

THEO DA ROCHA BARRETO

**A Precarização do trabalho e da vida dos novos
trabalhadores informais:**

o trabalho flexível nas ruas de Salvador.

SALVADOR
2003

THEO DA ROCHA BARRETO

**A Precarização do trabalho e da vida dos novos
trabalhadores informais:**

o trabalho flexível nas ruas de Salvador

Monografia de conclusão do
Bacharelado em Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da UFBA.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Graça
Druck.

SALVADOR
2003

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço profundamente a todos os trabalhadores que concederam alguns momentos de suas vidas sem os quais esta monografia simplesmente não existiria.

À Bartira Barreto, Bruno José, Misael Santos, José Carlos, Márcio Nicori, Cristiane Taquari e Luiza Trabuco, colegas que trabalharam duro, debaixo de sol e chuva, para a realização da pesquisa de campo.

Agradeço à toda a equipe de professores e funcionários do Centro de Recursos Humanos da UFBA, um lugar especial que me fez e faz acreditar na Ciência.

À cada colega e professor do Curso de Ciências Sociais da UFBA, sem os quais, jamais teria dado os primeiros passos na difícil tarefa de “conhecer”.

Ao PIBIC, à FAPESB e à UNITRALHO, órgãos de fomento que através da concessão de bolsas viabilizaram uma formação acadêmica sólida e bem orientada.

À professora Ângela Borges que tanto contribuiu para a minha formação com os comentários e discussões preciosas.

Agradeço à Jair Batista, Luís Flávio e Selma Cristina, colegas de iniciação científica que, com sua experiência e dedicação me ensinaram tudo e mais um pouco, pessoas que me mostraram com seus gestos e atitudes que, mesmo neste mundo regido pela lógica do Capital, o ser ainda vale muito mais que o ter.

Ao grande amigo e companheiro de labuta Luiz Paulo e à Moacir Oliveira, amigo, colega e irmão, pessoas que sempre reservaram cada momento de seus dias para discutir

cada dúvida, cada angústia, cada teoria, de maneira incansável, pessoas em quem me espelho para ser, a cada dia, um pesquisador mais competente e um ser humano melhor. Obrigado mesmo a estes dois.

Ao sociólogo e jornalista José Barreto, meu pai, sempre um grande amigo que me inspira e diz as palavras certas, que só um pai pode dizer.

À Eunice Rocha e Vera Rocha, minhas duas mães de verdade sem às quais eu simplesmente não existiria.

À Bárbara Barreto, minha irmã, por todos os vinte e três anos ao meu lado, discutindo e vivendo Ciência e Vida, pela paciência, pelas incansáveis discussões acaloradas.

Por fim, agradeço especialmente à minha orientadora Prof^a Dr^a Graça Druck, por acreditar na Ciência, no seu trabalho, na sua posição política no mundo, sem nunca perder de vista o olhar crítico sobre cada movimento da vida. Por assumir, como poucos, a posição de formar, não só profissionais da Sociologia, mas seres humanos responsáveis pelo mundo em que vivem. Agradeço pelo respeito, dedicação e seriedade com que, de maneira singular, tens ensinado com o teu exemplo que a vida do professor é feita de entrega, doação e compromisso, no intuito de construir uma realidade em que seus alunos contribuam para a formação de um mundo em que o poder seja distribuído de maneira mais equilibrada.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	VI
APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	8
a) Formulação do Problema:	9
b)Objetivos:	9
c)Justificativa:	9
d)Quadro de Hipóteses:	10
e)Processos de Observação:	10
f)Organização do Trabalho	11
CAPÍTULO 1 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	13
I - O QUE É INFORMALIDADE?	13
II - O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.	23
III - A CENTRALIDADE DO TRABALHO.	35
IV - ESPAÇO SOCIAL, CAMPO, CAPITAL E HABITUS.	39
CAPÍTULO 2 - NOTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NA BAHIA.	49
I - A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.	50
II - A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA.	53
CAPÍTULO 3- DA ESTABILIDADE À PRECARIZAÇÃO	63
I - O TRABALHADOR FORDISTA:	65
a) O trabalho formal ou emprego, um nome para o trabalho fordista.	65
b) O fordismo: um modo de vida.	67
II - O TRABALHADOR FLEXÍVEL:	81
CAPÍTULO 4- O TRABALHADOR FLEXÍVEL NA CONDIÇÃO DE TRABALHADOR INFORMAL.	95
I - NOTA METODOLÓGICA:	95
II - QUEM SÃO ESTES TRABALHADORES?	97
a) Perfil:	98
b) Trajetória:	110
III - COMO VIVEM?	122
a) Condições de trabalho:	123
b) Perspectivas futuras:	143
CONCLUSÃO:	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	154

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1	Faixa etária	100
Tabela 2	Local de Nascimento	101
Tabela 3	Cor	102
Tabela 4	Situação Conjugal	102
Tabela 5	Local de Moradia	103
Tabela 6	Tempo de moradia Por local de nascimento	104
Tabela 7	Escolaridade	105
Tabela 8	Fez algum tipo de curso para alguma profissão?	105
Tabela 9	Tem alguma religião?	106
Tabela 10	Se respondeu sim, qual?	107
Tabela 11	Quem sustenta a família?	108
Tabela 12	Qual era atividade de seu pai?	110
Tabela 13	Qual a atividade da mãe ?	111
Tabela 14	Qual o último trabalho que teve antes do atual?	112
Tabela 15	Quem era seu empregador?	113
Tabela 16	Tamanho da Empresa	113
Tabela 17	As vantagens que tinha neste emprego	114
Tabela 18	Você era sindicalizado?	115
Tabela 19	Tempo que deixou trabalho	116
Tabela 20	Quando saiu deste trabalho o que você recebeu?	117
Tabela 21	Entre este último trabalho e o atual ficou desempregado?	117
Tabela 22	Tempo de Desemprego	118
Tabela 23	De que maneira você começou na atividade atual?	120
Tabela 24	Tempo de Atividade	122
Tabela 25	Trabalha sozinho nesta atividade?	125
Tabela 26	É dono do ponto ou das mercadorias?	126
Tabela 27	O ponto é fixo?	127
Tabela 28	Freqüência dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores	128
Tabela 29	A atividade tem algum tipo de registro?	130
Tabela 30	Você se considera independente neste trabalho?	130
Tabela 31	Quantos dias você trabalha neste atividade por semana?	132
Tabela 32	Jornada de Trabalho	133
Tabela 33	Ganho por semana em SM	134
Tabela 34	Ganho por mês	134
Tabela 35	Como você compra as suas mercadorias?	136
Tabela 36	No caso de comércio, onde adquire a mercadoria que vende?	137
Tabela 37	O que acha do sindicato ou associação da sua categoria?	140
Tabela 38	Quando você adoece ou fica impossibilitado de trabalhar alguém te substitui?	142
Tabela 39	Além desta atividade, atualmente você tem algum outro trabalho?	143
Tabela 40	Você pretende continuar na atividade atual?	144
Tabela 41	Gostaria de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada?	145

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é fruto da experiência de três anos como bolsista de iniciação científica nos projetos “A reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho e o emprego no setor bancário da Bahia”, “Novos e velhos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas na cidade de Salvador/BA” e “O trabalho informal na cidade de Salvador/BA”, coordenados pela Prof^a. Maria da Graça Druck, financiados pela Fundação Unitrabalho, PIBIC e CNPq, pertencentes à linha de pesquisa “Trabalho, Saúde e Meio Ambiente” do Centro de Recursos Humanos (CRH/UFBA).

A participação nestes projetos possibilitou um contato com a bibliografia da Sociologia do Trabalho, bem como a “convivência” de três anos - através da pesquisa de campo - com as condições de existência da classe que vive do trabalho. O primeiro projeto possibilitou um contato com trabalhadores formais, exercendo uma atividade tipicamente fordista em dois grandes bancos estatais, o Baneb e o Banco do Brasil. Analisou-se as conseqüências e os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho e o emprego dos bancários, concluindo que o trabalho bancário, devido a um intenso processo de precarização se torna uma atividade de risco.

Os dois projetos seguintes tratavam de um segmento diferente de trabalhadores, pessoas que não estavam inseridas no típico trabalho formal, com carteira de trabalho assinada, mas que, exercendo atividades informais, nas ruas, em casa, no comércio ou na indústria, se constituíam também como elemento fundamental para o funcionamento da economia da Região Metropolitana de Salvador. Esta experiência nas três pesquisas e o contato com as histórias de vida de diversos trabalhadores formais e informais convergiu para um estímulo à conclusão do bacharelado em Sociologia a partir da temática sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho neste final de século.

INTRODUÇÃO

Pode-se verificar que ao final do século XX não foram poucas as previsões catastróficas que alardearam sobre o fim da história, o fim da Ciência, o fim da Ética, o fim da Moral, o fim do trabalho, do capitalismo etc. Na verdade, o que muitos teóricos da Sociologia do Trabalho apontam é um agravamento e acirramento das relações de exploração do capital sobre o trabalho humano, levando esta condição ao seu mais alto nível de precarização. Assim, diversas atividades tidas como secundárias e até mesmo descartáveis para o Capital, reaparecem como imprescindíveis para a manutenção e reprodução deste Sistema.

As relações de trabalho, através das mais variadas formas de inserção, penetrabilidade e sobrevivência dentro deste sistema, acabam assumindo e desenvolvendo novas formas, ao mesmo tempo em que recuperam, reproduzem e transformam formas antigas. Com isso, transforma-se, também, a realidade, as condições de vida e as relações sociais entre os homens e seus grupos. Com o intuito de descrever, delimitar, compreender e explicar estas transformações as Ciências Humanas classificam-nas, constroem tipos e categorias explicativas. Dentro desta gama de transformações ocorridas nas relações de trabalho, uma, denominada de *informalidade*, aparece como um fenômeno central, fundamental para a compreensão desta “nova” forma/faceta assumida pelo Capitalismo.

Ao contrário do que se tem alardeado sobre o fim do Trabalho e do Capitalismo, o que será demonstrado neste estudo é que o Capitalismo, na verdade, através das decisões políticas de homens reais, tem cada vez mais acirrado suas práticas de exploração do Trabalho Humano. Este, o trabalho, também continua vivo e vivido por homens/trabalhadores reais, cada vez mais informais, cada vez mais submersos, cada vez mais precarizados, mas sobreviventes, produtores, reprodutores e transformadores de realidades, de histórias de vida; homens que se relacionam com o seu meio, que desenvolvem estratégias de vivência e sobrevivência e fazem a realidade - material e simbólica - existir.

a) Formulação do Problema:

Diante deste quadro, este projeto se propõe a analisar os reflexos destas diversas transformações no mundo do trabalho a partir de seu impacto sobre o mercado de trabalho em Salvador. Isso será feito a partir de um estudo de caso sobre um segmento de trabalhadores que, diante do quadro de reestruturação do Capital, perdem seu trabalho formal e ingressam em uma atividade informal. Mais precisamente, **este trabalho tem como objeto de estudo um determinado segmento de trabalhadores que tenham exercido um trabalho tipicamente formal e que, atualmente, estejam exercendo uma atividade informal**. Deste modo a pergunta central que esta pesquisa se propõe a responder é : **quem são e como vivem estes trabalhadores informais oriundos de uma atividade formal e que estejam, atualmente, exercendo uma atividade informal?**

b) Objetivos:

- 1- Demonstrar como as diferentes formas assumidas pela categoria trabalho influenciam as condições de vida material e simbólica dos homens.
- 2- Analisar as transformações objetivas e subjetivas ocorridas na vida daqueles que, ao deixarem de exercer uma atividade formal e passarem a exercer uma atividade informal, passam assumir uma nova posição no espaço social.
- 3- Demonstrar que o processo de informalidade, ocorrido a partir da década de 90, aparece como uma consequência da crise de desemprego estrutural provocada pelo processo de reestruturação produtiva no setor formal.

c) Justificativa:

Esta pesquisa, bem como os seus objetivos se justificam pelas seguintes razões citadas abaixo:

- 1- Tem-se verificado, nos últimos anos o surgimento de uma nova configuração da informalidade, com o surgimento do chamado “novo trabalhador informal” .

- 2- A atividade informal há muito aparece como elemento essencial para a sobrevivência social e econômica da Região Metropolitana de Salvador.
- 3- Ainda são muito escassos e insuficientes os trabalhos na área da sociologia, com o intuito de compreender e explicar este fenômeno.

d) Quadro de hipóteses:

- 1- **O segmento de trabalhadores informais estudados nesta pesquisa são o exemplo mais evidente e precarizado do novo trabalhador flexível.**
- 2- **A mudança da condição de trabalhador formal para a de trabalhador informal leva a uma maior precarização das condições de trabalho.**
- 3- **A mudança da condição de trabalhador formal para a de trabalhador informal leva a uma maior precarização das condições de vida.**

e) Processos de observação:

O universo da pesquisa é de 191 trabalhadores de rua de Salvador que foram entrevistados durante os anos de 2001 e 2002, dos quais, 80 afirmam que tiveram um trabalho anterior em que eram empregados com carteira de trabalho assinada, sendo esta, portanto a amostra desta pesquisa. A pesquisa de campo foi realizada no período citado nas ruas e diversos bairros da cidade de Salvador.

1- Fontes primárias:

- Aplicação de questionários estruturado em perguntas fechadas e abertas àqueles trabalhadores que hoje exercem uma atividade informal, mas que tenham passado anteriormente por uma atividade tipicamente formal.
- Observação de campo para uma convivência com os trabalhadores que possibilitasse uma melhor apreensão de suas condições de trabalho e de vida.

2- Fontes secundárias:

- Foi feita uma consulta ao banco de dados da Pesquisa de Emprego e desemprego realizada pela Faculdade de Economia-UFBA e DIEESE;

- Foi utilizado o Banco de dados das Pesquisas “Velhos e Novos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas na cidade de Salvador/BA” e “O Mapa do trabalho informal em Salvador”¹

f) Organização do trabalho:

O trabalho completo é constituído por 4 Capítulos e uma conclusão, sendo que três destes capítulos são mais teóricos e o quarto diz mais respeito aos trabalhos de campo.

No primeiro capítulo foi apresenta-se uma revisão bibliográfica da literatura corrente sobre a informalidade no intuito de conceituar e apreender teoricamente este fenômeno. Em seguida é feito um exercício teórico para, a partir da teoria sobre o Exército Industrial de Reserva em Marx, fazer um leitura da informalidade como um fenômeno central para o capitalismo moderno, como uma arma do capital para a subsunção do trabalho. Por fim elege-se e demonstra-se, a partir de categorias de mediação desenvolvidas por Bourdieu, que a categoria trabalho, da forma como é pensada em Marx é um elemento central na produção da realidade material e simbólica dos homens e o elemento através do qual se pode apreender suas condições de existência.

No segundo capítulo é feita uma revisão sobre a história e a evolução do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia.

O terceiro capítulo é um esforço de compreender e elucidar as transformações que ocorreram no mundo e possibilitaram em um primeiro momento da história a formação do “homem fordista” e depois a desconstrução desta sociedade burocratizada para o surgimento do modelo de acumulação do tipo de “homem flexível.”

No Quarto capítulo, enfim será feita a exposição dos resultados de dois anos de pesquisa de campo. A partir da análise de tabelas depoimentos e relatos de campo será demonstrado como cada hipótese deste trabalho foi testada e comprovada, mostrando a verdadeira situação de precariedade em que vivem estes trabalhadores.

¹ Estas pesquisas, nas quais trabalhei como bolsista de iniciação científica (PIBIC-UFBA-CRH), foram

CAPÍTULO 1- *PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS*

coordenadas pela professora Graça Druck (CRH-UFBA-FFCH).

I - O QUE É INFORMALIDADE?

O tema *informalidade* ou *trabalho informal* vem tendo muito destaque, não só na literatura especializada da Economia e da Sociologia do Trabalho, mas também na mídia e no mundo social como um todo. Estas denominações ainda se apresentam de maneiras não muito claras, o que tem dificultado bastante o estudo deste fenômeno. As diversas categorias e conceitos utilizados para denominar o fenômeno da informalidade refletem, na verdade, as dificuldades que os indivíduos, organizações e o coletivo social tem enfrentado diante da situação de mudanças estruturais, econômicas, políticas, morais, objetivas e subjetivas que vêm transformando a realidade social em todas as partes do planeta. Assim não só a Ciência, mas os próprios agentes sociais buscam, através de sua ação e formas de ler, interpretar e se relacionar com o mundo, desenvolver formas de, não só entender a chamada “nova” ordem mundial, mas de sobreviver nela. A informalidade, reflexo visível dessas transformações, aparece nesta fase do Capitalismo mundial como um fenômeno, se não recente, central e ainda bastante confuso e complexo, assumindo as mais diversas facetas, a depender do contexto e do enfoque teórico usado para a sua abordagem. Segundo Cacciamali (2000,p.1), a informalidade é tratada como resposta a demandas legítimas, encaminhando possíveis soluções para a crise da nova ordem mundial ou considerada como um foco de tensões sociais, ampliando desigualdades e incertezas, agravando o estado de crise social, política e econômica do Capitalismo no novo milênio.

Nos vários estudos sobre trabalho informal a denominação “informalidade” tem sido utilizada para representar os mais distintos fenômenos, quais sejam: sonegação e evasão fiscais, terceirização, estagiarização, contratação ilegal de trabalhadores assalariados, trabalho temporário, assalariamento disfarçado, comércio de rua, trabalho ambulante, prestação de serviços, trabalho autônomo, microempresas etc.

Nos últimos anos diversos autores da Sociologia e da Economia do Trabalho têm feito um esforço para esclarecer teórica e empiricamente este fenômeno. Em recente trabalho, Alves apresenta uma revisão teórica onde diversos autores preocupados com esta temática (Fagundes, 1992; Paiva *et al*, 1997; Malaguti, 2000; Martins & Dombrowski,

2000; Bagnasco, 1987; Cacciamali, 1991 e 2000 etc) lançam uma luz sobre o debate atual apontando, pelo menos, três formas de conceituação mais claras e complementares: o *setor informal*, a *economia submersa* e, por último, uma conceituação que garanta *a união ou complementação dos dois conceitos anteriores*. Apontam no mesmo caminho autores como Filgueiras *et al* (2001), Druck (2000) Borges e Franco (1999).

A partir de agora será feita uma revisão sobre a origem e esclarecimento do conceito de informalidade ou trabalho informal usando, como suporte, alguns dos trabalhos dos autores listados acima.

O termo *Informal* aparece ligado à economia e às relações de trabalho, primeiramente, numa pesquisa sobre a estrutura do emprego nos países em desenvolvimento realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no final dos anos 60.

A OIT lançou, em 1969, o Programa Mundial do Emprego cujo principal objetivo era avaliar os efeitos sobre emprego e distribuição de renda dos modelos de rápido crescimento econômico adotados pelos países subdesenvolvidos, retardatários no processo de industrialização. O diagnóstico da OIT aponta que o padrão de desenvolvimento adotado por estes países, sustentado num sistema de substituição de importações, provoca uma industrialização com uma insuficiente oferta de empregos para absorver toda a população economicamente ativa. A consequência disto foi o surgimento de um excedente de mão-de-obra que se apresentava sob a forma de trabalhos realizados em atividades organizadas em pequena escala (Cacciamali, 2000).

A principal contribuição do estudo da OIT foi desenvolver uma tipologia alternativa que superasse as análises clássicas das economias dos países em desenvolvimento que sempre analisavam as estruturas de produção, de emprego e renda daqueles países sob um modelo operacional dual e estático que dividia a economia em dois setores: **moderno e tradicional**. O novo modelo teórico continuava dividindo a economia em dois setores, mas agora em **setor formal e informal**. Mas qual foi a superação real deste modelo de análise para o clássico?

A pesquisa realizada pela OIT foi feita primeiramente no Quênia. Neste país foi constatado que o processo rápido de industrialização tinha gerado inúmeras e variadas atividades que não podiam ser classificadas como tradicionais. Mas mesmo sendo consideradas modernas, estas atividades possuíam características singulares, ou seja, não se organizavam com base no assalariamento e o seu nível de renda estava muito distante dos setores mais modernos da economia, o que aproximava estas atividades dos setores mais tradicionais (Cacciamali, 1991). Estas atividades eram o chamado *setor informal*, que “era consequência do excedente da mão-de-obra resultante do elevado crescimento demográfico, que produziu um processo de migração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, havendo, assim, um aumento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos” (Filgueiras *et al*, 2000). A economia continuava sendo analisada de forma dual, só que, substituindo a denominação e a forma de análise de moderno x tradicional, para formal x informal. Assim, Cacciamali (1991,p.123) agrupa os critérios usados pela OIT para definir os setores formal e informal:

→Setor Formal:

- “ defronta-se com barreiras à entrada; depende de recursos externos; a propriedade do empreendimento é impessoal; opera em larga escala; utiliza processos produtivos intensivos em capital e a tecnologia é importada; a mão-de-obra adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal; atua em mercado protegidos através de tarifas, quotas etc.”

→Setor Informal:

-“ há facilidade de entrada; o aporte de recursos é de origem doméstica; a propriedade do empreendimento é individual ou familiar; opera em pequena escala; os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada; a mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal; atua em mercados competitivos e não regulados.”

Este estudo da OIT foi fundamental, como se pôde ver, para delimitar o início de uma conceituação mais precisa para se definir os setores formal e informal. No entanto, o que se pode observar é que, ao absorver estes estudos, a literatura especializada não conseguiu obedecer uma elaboração conceitual e empírica com qualquer rigor ou homogeneidade. Com isso surgiram diversas dúvidas e críticas com relação às abordagens sobre a informalidade que podem ser agrupadas em dois blocos básicos.

A primeira crítica refere-se ao fato de que os estudos derivados dos trabalhos da OIT continuam dividindo a economia em dois setores (formal e informal). Esta visão tem sido considerada por demais simplista pelos diversos autores da Sociologia e Economia do Trabalho preocupados com esta temática, já que não consegue dar conta da complexidade real das estruturas de produção e emprego, principalmente em se tratando da economia de países subdesenvolvidos.

A Segunda crítica se refere ao fato de que a maioria das abordagens sobre o tema continuou, assim como as análises tradicionais, a tratar a economia de uma maneira dual e estática, considerando o setor formal completamente independente do informal. Como observa Cacciamali (1991), neste contexto, o trabalho informal passa a ser relacionado somente com os segmentos mais pobres da população ocupada, sem levar em conta a relação destes trabalhadores com os meios de produção, ou seja, não se atentando às formas de inserção dos trabalhadores na produção nem às formas de organização do estabelecimento produtivo. Deste modo, estes estudos concluía sempre que o desenvolvimento e o crescimento econômico tenderiam a levar ao desaparecimento das atividades informais.

Somente na metade dos anos 70 alguns autores procuraram superar as dificuldades encontradas na primeira fase de utilização do conceito de setor informal.

Esta visão sobre o informal como setor independente do formal, dentro de um modelo de acumulação capitalista, não conseguiu sobreviver por muito tempo. Assim, desenvolve-se uma nova abordagem, mais preocupada em conceituar a informalidade a partir da definição da relação dos trabalhadores com os meios e instrumentos de produção. Com isso, *o setor informal passa a ser aquele constituído pelas atividades em que o*

produtor direto dos bens e/ou serviços é o possuidor dos meios de trabalho, podendo trabalhar sozinho ou com a ajuda de familiares ou outros.

Nesta nova visão, o setor informal é representado por atividades não capitalistas, mas que, dentro de um modelo de produção capitalista, têm uma relação intersticial e subordinada ao o setor tipicamente formal. O novo enfoque rompe com a visão dual e estática da economia, propondo que são os próprios movimentos e a dinâmica da lógica das atividades capitalistas que, além de produzir e reproduzir as condições de existência e reprodução de atividades formais, propiciam o surgimento, produção e reprodução de espaços produtivos que podem ser ocupados e explorados por atividades não capitalistas, ou seja, pequenos produtores e trabalhadores por conta própria. Segundo Cacciamali (1991), estes dois setores formam um sistema equilibrado, onde pode ocorrer um fluxo de renda e mão de obra do setor formal para o informal. O setor informal aparece como uma espécie de absorvedor de recursos, mantendo um permanente exército de reservas, sempre disponível para as necessidades do setor formal.

Estariam no setor formal, todos os trabalhadores assalariados (com ou sem carteira assinada, públicos e privados) e empregadores. Pertenceriam ao setor informal e seriam produtores informais típicos os trabalhadores autônomos ou por conta própria, empregados domésticos e trabalhadores familiares, donos de negócio familiar e pequenos produtores. Filgueiras *et al* (2000) aponta que é possível agregar ainda ao conjunto de trabalhadores do setor informal aquelas pessoas pertencentes a PEA que sejam classificadas como desempregadas, mas que estejam exercendo alguma atividade precária ou também aqueles que são inativos mas exercem alguma atividade excepcionalmente.

É importante ressaltar que esta nova forma de analisar a informalidade ainda é pensada como setor ou segmento da economia, possuindo certas características específicas na sua estrutura e dinâmica de funcionamento, distintas daquelas presentes no setor formal, tipicamente capitalista (Filgueiras *et al*,2000). Com relação à estrutura, por exemplo, o trabalhador típico da informalidade se insere na economia, fundamentalmente, através do mercado de produtos e serviços e não pelo mercado de trabalho como as atividades capitalistas (Borges e Franco, 1999). Com relação à dinâmica de funcionamento do setor informal, não se percebe a possibilidade de acumulação com a renda que a

atividade possa produzir, o que é produzido possibilita, em primeira instância, a reprodução do produtor e sua família e, em seguida, a manutenção/reprodução da atividade (Cacciamali, 1991).

No final dos anos 70, com a crise do padrão fordista e a implementação do processo de reestruturação produtiva, num quadro de desaceleração das economias, altas taxas de desemprego, aumento da inflação etc. surge um novo conceito e uma nova forma de se abordar a informalidade.

No período do pós-guerra pôde-se observar nos países capitalistas centrais uma expansão das atividades capitalistas junto com o estabelecimento de um pacto social que favoreceu a criação de empregos assalariados, tanto no setor público quanto no privado, possibilitando, ao mesmo tempo o estabelecimento de relações de trabalhos pautadas em leis que garantiam a seguridade social e cobertura legal dos trabalhadores. Diante de uma situação de forte regulação do Estado, carga tributária alta, diversas empresas tipicamente fordistas passaram a subcontratar empregados, fugindo aos moldes legais, passando a desrespeitar normas como as legislações trabalhistas. Aliado a isso, a partir dos anos 70, com a crise do Fordismo e do Estado de Bem Estar Social, bem como o seu enfrentamento com a implementação dos processos de reestruturação produtiva e aplicação das políticas neo-liberais, pôde se observar uma adoção aberta da implementação de atividades não regulamentadas pela legislação vigente nestes países. Cresce com isso o número de trabalhadores socialmente desprotegidos.

Nasce assim, um conceito de informalidade baseado na idéia de ilegalidade, ou seja, associado a diversas atividades que desrespeitam regras e normas de todo tipo, como a própria legislação trabalhista, pagamento de tributos e impostos, regulações sanitárias etc. e que são, de alguma maneira, aceitas socialmente (Druck, 2000). Como ***o que define a informalidade sob este conceito é a ilegalidade***, o trabalhador informal não é somente e necessariamente o trabalhador autônomo, possuidor dos meios de trabalho e que pode ser auxiliado por familiares ou outros ajudantes, ***para ser trabalhador informal, basta ser ilegal, não regulado***. Com isso, o assalariado também “vira” informal, basta estar em situação ilegal, subcontratado, sem carteira assinada. Nesta conceituação não é possível

nem mesmo distinguir/separar setores na economia. O trabalhador informal estaria, como um assalariado sem carteira assinada, presente, tanto no setor tido como tipicamente formal (uma grande empresa capitalista), como em atividades e empresas não registradas, se inserindo, então, na estrutura produtiva, através do mercado de trabalho e do mercado de produtos.

Filgueiras (2000) aponta que nos países subdesenvolvidos, o fato de um Estado de Bem Estar Social e um sistema de produção fordista não terem se constituído plenamente, a presença da informalidade, qualquer que seja o conceito, sempre foi real, mas que, a partir dos anos noventa, com a aplicação dos programas de liberalização econômica e implementação do processo de reestruturação produtiva, observou-se uma ampliação da informalidade, decorrente da transferência de trabalhadores inseridos nas atividades formais para as atividades informais. Isso deu origem ao que se tem denominado de *nova informalidade*, o objeto de estudo desta pesquisa.

Segundo Druck (2000) a nova informalidade, fruto direto do processo de reestruturação produtiva pode se apresentar, do ponto de vista da estrutura econômica como um conjunto de “novas formas de atividades informais” ou como uma destruição, redefinição e reprodução de velhas/tradicionais atividades. Ainda segundo Druck (2000), do ponto de vista dos sujeitos esta nova informalidade pode ser identificada por um conjunto de novos trabalhadores portadores de alguma experiência acumulada em atividades formais e que vem se inserindo tanto nas velhas quanto nas novas atividades.

Filgueiras et all (2001) aponta que a economia subterrânea está constituída por aqueles trabalhadores ocupados que não contribuem com a previdência social (assalariados sem carteira assinada, assalariado não sabe², trabalhadores familiares, parte dos autônomos, dos empregadores, dos trabalhadores domésticos e donos de negócio familiares), além dos desempregados ocultos por estarem exercendo atividade precária e os inativos com trabalho excepcional.

² Algumas categorias usadas no texto como *desemprego oculto por trabalho precário*, *inativos com trabalho excepcional* e *assalariado não sabe* foram criadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo DIEESE, Fundação SEADE, Faculdade de Economia (UFBA) e pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. O assalariado não sabe é aquele trabalhador que não sabe dizer se trabalha numa empresa privada ou pública.

Por fim, tomando como ponto de partida o processo de acumulação global do Capitalismo em nível mundial, analisando suas transformações, crises e reestruturações, interpretando seus efeitos sobre as formas de organização da produção, do trabalho assalariado e tantas outras formas de inserção dos homens nas estruturas e dinâmicas produtivas, faz-se necessário, ainda, aprofundar a noção de informalidade. Conforme Cacciamali aponta, pressupõe-se que a configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e da informalidade são frutos de três elementos: “os processos de reestruturação produtiva; a internacionalização e expansão dos mercados financeiros; o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; a desregulamentação dos mercados. Conceitos como setor informal ou economia submersa não são adequados, sozinhos, para uma análise mais profunda e precisa da realidade social produzidas pelas práticas de sobrevivência e reprodução impostas pelo Capitalismo mundial. Deve-se buscar complementá-los a partir de uma junção entre ambos os conceitos.

Primeiramente, será mostrado que a partir da junção destes dois conceitos tem-se o que Cacciamali (2000) chama de “processo de informalidade”, ou seja, uma aproximação daquelas atividades tipicamente formais às condições de insegurança, instabilidade e precariedade das atividades informais. Não há, neste sentido, a divisão deste fenômeno em setores distintos, o termo informal, portanto refere-se “à análise de um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições”(Cacciamali, 2000).

Mudanças político-econômicas estruturais, como o processo de reestruturação produtiva levam a uma reconfiguração do modo de exploração do trabalho pelo capital, provocando uma redefinição de processos de gestão de empresas, provocando um enxugamento de quadros, e todo um conjunto de práticas para a redução de custos e diminuição de encargos trabalhistas etc. (demissões, terceirização, subcontratação, estagiarização). Todas estas mudanças têm um impacto violento sobre o mercado de trabalho como um todo fazendo surgir aquilo que Cacciamali chama de processo de informalidade. A autora conclui:

“Assim, no momento contemporâneo, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o Processo de Informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacional e locais. Essas formas, sejam elas novas, recriadas ou ampliadas, devem ser tipificadas, de tal forma a constituírem em si mesmas categorias de análise, embora o exame sobre seu comportamento e evolução deva ser sempre referenciado ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento.” (Cacciamali, 2000)

Formas tradicionais de trabalhos informais são mantidas, produzidas, reproduzidas e alimentadas, ao lado do surgimento de um conjunto de novas atividades também informais, precarizadas, não só nas ruas, mas também dentro das pequenas e grandes indústrias, lugar por excelência do chamado trabalho formal com carteira assinada e garantias sociais.

Filgueiras (2000) também entende que se pode considerar a informalidade a partir da junção dos dois conceitos apresentados anteriormente, setor informal e economia submersa. Assim, como na análise de Cacciamali, pode-se juntar numa só categoria de análise os critérios da ilegalidade das atividades e da relação dos produtores com os instrumentos e meios de produção para se definir o que é informalidade. Neste caso, **seriam informais “tanto as atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, sejam elas legais ou ilegais, quanto as relações de trabalho não registradas, mesmo que tipicamente capitalistas (assalariados sem carteira assinada)”** (Filgueiras, 2000,p.5). O autor conclui que, desta forma, **a informalidade se identifica com todas as formas de relações de trabalho não fordistas**. As atividades formais seriam portanto aquelas tipicamente fordistas, ou seja, aquelas onde existe o assalariamento regulamentado.

Do ponto de vista da operacionalização empírica do conceito, Filgueiras (2000) aponta que os trabalhadores informais são aqueles que estejam exercendo atividades não fordistas, ou seja, atividades capitalistas não registradas e atividades não capitalistas, sendo eles portanto: trabalhador familiar, dono de negócio familiar, empregado doméstico, assalariado sem carteira, assalariado não sabe, trabalhador autônomo, parte dos

empregadores, desempregado oculto por trabalho precário e inativo com trabalho excepcional.

Tanto na noção de *processo de informalidade* como na de *trabalhadores não fordistas*, a utilização da idéia de um setor informal também não faz sentido, já que, os trabalhadores estão inseridos no aparelho produtivo tanto nos mercados de bens de serviços e produtos, como no mercado de trabalho. Isto acontece porque o foco do estudo nestas conceituação é sobre o Trabalho e os trabalhadores e não sobre a dinâmica econômica.

Assim, neste trabalho serão considerados estes dois últimos conceitos, como definidores da informalidade, abarcando, tanto **as formas de produção tipicamente não capitalistas (trabalhadores autônomos/por conta própria, vendedores ambulantes, trabalhadores detentores dos meios de produção etc.)**, sendo elas legais ou ilegais, como **as formas de relações de trabalho não registradas, mesmo sendo elas tipicamente capitalistas (terceirizados, subcontratados, assalariados disfarçados etc.)**. Acredita-se que esta conceitualização, permitirá uma análise mais cuidadosa que não deixará de fora nenhum segmento desses trabalhadores informais.

Vale ressaltar que sob esta perspectiva, a informalidade e todo conjunto de atividades informais, mesmo aquelas consideradas como possuidoras de características não capitalistas, estão subordinadas à lógica do capital, seja sob a forma de conservação e/ou ampliação de um exército industrial de reserva, seja sob o fato de que o escoamento das mercadorias e serviços destas atividades informais está intimamente subordinado à capacidade de compra de uma população assalariada. Assim, a informalidade, o mercado informal está subordinado à lógica da acumulação capitalista por duas vias complementares: primeiro, alimentando o capital através da sua existência enquanto exército de reserva, participando ativamente da reprodução da força de trabalho disponível; segundo, sendo alimentado pelo capital, já que são as pessoas diretamente exploradas pelo capital, os assalariados, que consomem as mercadorias e serviços produzidos pelo mercado informal, possibilitando desta forma seu escoamento e circulação.

Mas na verdade, a dependência do trabalhador informal à lógica de produção capitalista é um fenômeno bastante complexo e cruel, para analisá-lo faz-se necessária a recuperação de algumas categorias teóricas apresentadas por Marx, é isso que será feito a seguir.

II - O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA.

O retorno à obra de Marx faz-se necessário e imprescindível, já que, acredita-se que neste autor estão os argumentos mais claros e contundentes para se compreender a relação entre informalidade e formalidade, ou seja, a relação entre trabalho/trabalhadores informais e a lógica de acumulação do Capital. Marx torna possível a compreensão de como o capitalismo cria e recria as condições de existência e reprodução disto que se chama informalidade. Para isso, será necessária, como faz o próprio autor, a retomada de alguns conceitos básicos até chegar ao exército industrial de reserva propriamente dito, que neste trabalho, se agrupados com a grande massa de trabalhadores inseridos na condição de desemprego aberto, se confunde com o que hoje se chama de informalidade.

Ao demonstrar a lei geral da acumulação capitalista, Marx examinará qual a influência que o aumento do Capital tem sobre a sorte da classe trabalhadora. Assim, o autor mostrará como através de suas próprias mãos, os trabalhadores, ao propiciarem a acumulação do Capital, produzem a sua subsunção ou submissão completa ao sistema capitalista, estando ou não este trabalhador dentro de uma fábrica.³

Primeiramente, será esclarecido o que Marx entende por subsunção do trabalho ao Capital. O autor defende que existem dois níveis de subsunção, uma formal e outra real. A primeira - a subsunção formal - é característica do período em que os processos de produção do capital se apropriam da forma social do trabalho da manufatura. A segunda, a subsunção real ocorre quando as máquinas são introduzidas no processo de produção possibilitando o desenvolvimento da grande indústria.

³ “Na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelo produto de suas próprias mãos”(Marx, 2001,p.724).

A subsunção dos processos de trabalho e do trabalhador ao capital se originou a partir de uma forma de organização do trabalho preexistente, na qual, através de um processo histórico, operou-se uma expropriação material e simbólica dos produtores independentes, transformando-os em trabalhadores assalariados.

Segundo Marx, o trabalho só deixa de ser artesanal passando a ser formalmente subsumido na medida em que o capitalista individual consegue ampliar grandemente o volume de capital empregado, aumentando com isso a quantidade de operários, possibilitando a realização daquilo que Marx chama de “força coletiva”, desindividualizando o trabalho e ampliando a eficácia da extração da mais valia.

Neste momento, a subsunção é formal porque, embora o trabalhador esteja submetido à obrigação de vender seu trabalho ao capitalista, no âmbito da produção, no momento mesmo da realização do trabalho pode-se observar que, na manufatura, o ritmo e intensidade do trabalho ainda são fundamentalmente determinados pela capacidade e habilidade físicas do trabalhador. O Capital, para se expandir é ainda barrado pelo homem.

A subsunção real, no entanto, é para Marx a realização da lógica capitalista em sua plenitude. Com a introdução da maquinaria na produção nasce a grande indústria capitalista. Diferentemente da manufatura, a produtividade e, portanto, o ritmo da produção não dependem mais das habilidades e capacidades físicas dos homens, mas sim do ritmo e da longevidade da máquina. O homem passa a ser somente um apêndice da máquina na produção. Não é mais o trabalhador que se utiliza dos meios de produção, mas os meios de produção que se utilizam do trabalhador. A introdução da maquinaria inaugura uma fase no modo de produção capitalista em que não só o trabalhador, dentro da fábrica se submete ao Capital, mas também a sua família. São dadas, portanto, as condições para que todo ser humano seja escravo e dependente do capital, o trabalho, produtor e reproduzidor de mais-valia passa ser central na vida, até mesmo daqueles que não trabalham e aparentemente não contribuem para a reprodução e produção do sistema.

Pode-se dizer que subsunção do trabalho ao capital é o processo através do qual as forças produtivas se desenvolvem ao ponto de produzir condições objetivas nas quais os homens e o seu trabalho são reduzidos a uma única condição de existência, se submeter ao

processo de produção da mais valia ou se submeter ao processo de produção e reprodução do Capital.

O que se pode observar através do conceito de subsunção real é que as forças produtivas sociais do trabalho se desenvolvem possibilitando a aplicação da ciência e da maquinaria para a produção imediata e em larga escala de mais mercadorias com um mínimo de trabalho possível. A redução da quantidade de trabalho necessário provoca uma redução relativa na necessidade de se ter trabalhadores, possibilitando a formação de um excedente de pessoas prontas para o trabalho.

Mas como se dá a produção deste excedente de mão-de-obra? Segundo Marx a resposta para esta pergunta está na própria lógica da acumulação e ampliação do Capital, a resposta está na própria forma como os homens, ao produzirem e reproduzirem a lógica e o modo de produção capitalista, produzem também as amarras que os prendem à história. Dois fatores devem ser estudados para a compreensão desta lógica: a composição do Capital e as modificações que ele enfrenta ao longo do processo da acumulação.

Mas de que é composto o Capital? Nas palavras do próprio Marx:

“ A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que **o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho**, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, **todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva**; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda, de composição técnica.” (Marx, 2001, p.715; grifos meus)

O autor aponta ainda que há estreita relação entre as duas composições. A composição segundo o valor é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta.

Continuando, Marx afirma que um acréscimo no capital implica, também, um acréscimo na sua parte variável, ou seja, parte da mais-valia que é aplicada (transformada) em mais capital, tem sempre de se transformar especificamente em capital variável, ou seja, em um fundo sempre adicional de trabalho. Supondo-se que não se modifique a composição do capital, supondo-se que uma determinada massa dos meios de produção exijam sempre a mesma quantidade de força de trabalho, se o capital é ampliado, sua parte constante aumenta, a procura por trabalho aumenta na mesma proporção do crescimento do capital. A expansão de capital implica a expansão do proletariado ou nas palavras do próprio Marx (2001,p.717), “*Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado.*” O trabalhador produz a mais valia que é convertida em mais capital, que é convertido em mais trabalhadores, assim ao trabalhar para o capitalismo o homem produz mais trabalhadores prontos a servir ao capital, ou seja, mais proletários.

A produção da mais valia é a intenção e a lei última do modo de produção capitalista. Ao comprar a força de trabalho, o capitalista quer aumentar o seu capital, utilizando uma mercadoria (força de trabalho), capaz de produzir mercadorias que contêm em si, mais trabalho do que aquele que foi pago pelo capitalista. Com isso, uma determinada força de trabalho, só interessa ao capitalista quando conserva os meios de trabalho convertendo-os em capital, quando produz o seu próprio valor em forma de capital, e além disso, produz com uma parte de trabalho não pago, um determinado capital adicional (Marx, 2001).

Mas se o objetivo do capitalista é aumentar a exploração da mais-valia para ampliar a sua acumulação de capital, ele precisa, ao incorporar mais trabalhadores para colocar em funcionamento mais meios de produção, reduzir o salário destes trabalhadores, aumentando a quantidade de trabalho não pago fornecida por eles. Assim conclui Marx (2001,p.723-724): “a relação entre capital, acumulação e salários é apenas a relação entre trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho necessário para por em movimento este capital... em última análise, é apenas a relação entre trabalho não-pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora.”

O capitalista precisa de trabalho humano, pois somente o trabalho produz valor, somente o trabalho produz o capital que é o valor que se valoriza. Teoricamente, imagina-

se que por ser tão procurada a força de trabalho seria uma mercadoria bastante cara, o que não seria bom para o capitalista, o qual, para garantir seu acúmulo de Capital teria que pagar salários altos para os trabalhadores.

Mas a natureza da acumulação capitalista exclui toda e qualquer diminuição do grau de exploração do trabalho ou elevação do seu preço que possa comprometer sua reprodução em escala sempre ampliada. E como afirma Karl Marx, é assim que tem que ser em um sistema em que o homem existe para servir às necessidades de expansão dos valores existentes e não a riqueza material existe para atender as necessidades do homem.

Há um momento do crescimento da acumulação do capital em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho se torna fator imprescindível para a produção e reprodução do sistema, proporcionando a continuidade e crescimento da acumulação. O aumento na produtividade implica exatamente uma alteração na composição técnica do capital, que se supunha constante até então. Assim, segundo Marx:

“o grau de produtividade no trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho. A massa dos meios de produção que transforma aumenta com a produtividade do seu trabalho.” (Marx, 2001,p.725)

Os meios de produção acabam desempenhando um duplo papel com relação à produtividade. A utilização e incremento de uns é consequência e de outros e condição do aumento da produtividade, ou seja, a incorporação de determinados instrumentos de trabalho se dá por causa de um aumento na produtividade ocorrido, entretanto há determinados instrumentos que, ao serem incorporados, provocam o aumento da produtividade.

Fato é que o aumento da produtividade implica em uma alteração na composição técnica do capital. Implica também num aumento do capital em geral, observando-se, no entanto, um maior crescimento da massa dos meios de produção em relação à quantidade de trabalho necessário para colocá-la em funcionamento. Observa-se portanto que o

aumento da produtividade reflete na composição orgânica do capital como uma redução da sua parte variável⁴ em relação à sua parte constante.

O aumento da produtividade significa, também, que uma quantidade muito maior de mercadorias é produzida por uma dada quantidade de força de trabalho numa quantidade de tempo muito menor. Isto provoca uma redução no valor da força de trabalho e, conseqüentemente uma redução nos salários. A conseqüência disto é que o capitalista pode ampliar a produção de mercadorias sem aumentar salários, aumentando a exploração da mais valia, ampliando, com isso, a acumulação de capital. A quantidade de trabalho não-pago, cresce com relação a quantidade de trabalho pago, sem que, para isso seja necessário aumentar a jornada de trabalho ou necessariamente aumentar o número de trabalhadores. O mesmo número de trabalhadores produz mais em menos tempo, sobrando muito mais tempo na jornada de trabalho para a realização de trabalho não-pago.

Bem, continuando o caminho para demonstrar como se forma a mão de obra excedente, Marx afirma que o desenvolvimento e crescimento da produtividade do trabalho coletivo só é possível com o desenvolvimento da cooperação em grande escala. Somente através deste forma de organização da produção é possível parcializar o trabalho, organizando sua divisão de maneira que cada trabalhador produza como uma única força coletiva de forma mais otimizada, economizando os meios de produção, forjando um instrumental de trabalho como sistemas de máquinas que possuem mais eficácia quando utilizados coletivamente, possibilitando, portanto, a transformação do processo de produção em uma aplicação lógica e tecnológica da ciência, proporcionando uma maior e mais eficaz exploração do trabalho humano em busca da ampliação da acumulação de capitais. Como demonstra o autor de *O Capital*, somente assumindo a forma capitalista pode a produção de mercadorias tornar-se uma produção em grande escala.

A lógica é a seguinte: acumular nada mais é do que ter cada vez mais capital para investir em mais capital. Ter certo grau de acumulação de capital é a condição de existência do modo de produção capitalista, assim, este modo de produção sempre vai se

⁴ Nunca é demais lembrar que falar numa redução relativa do emprego da força de trabalho pelo capital, não significa que, em números absolutos, tenha diminuído a quantidade de força de trabalho utilizada pelo

mover no intuito de garantir esta acumulação. A maneira de se ter capital é a extração cada vez maior de mais valia, a partir da exploração do trabalho. A mais valia extraída/produzida do trabalho humano é convertida em capital, este capital é convertido em meios de produção alterando a composição técnica do capital. A alteração da composição técnica, com redução cada vez maior da parte variável em relação à constante, leva a um aumento de produtividade, garantindo um aumento da exploração da mais valia, que por sua vez é revertida em mais capital, propiciando a acumulação. É um ciclo que reflete um movimento dialético em que a acumulação de capital desenvolve o modo de produção capitalista e o modo de produção capitalista desenvolve a acumulação, sendo que este movimento só pode ser realizado pelas mãos dos trabalhadores, que produzem a própria jaula na qual, aos poucos, vão se prendendo totalmente.

Vê-se como toda acumulação é meio, é veículo para uma nova acumulação. A acumulação proporciona a ampliação de riquezas que funcionam como capital nas mãos de capitalistas individuais. Esta riqueza, concentrada, possibilita ao capitalista investi-la em capitais, proporcionando o desenvolvimento da produção em grande escala, ampliando a produtividade, desenvolvendo, assim, o próprio modo de produção capitalista.

Depois de seguir o caminho da concentração nas mãos de vários capitalistas individuais, o capital social tende a se centralizar, sendo acumulado nas mãos de um único capitalista. Esta centralização de capitais nas mãos de um único capitalista possibilita uma aceleração dos efeitos da acumulação, acelerando e aumentando as transformações na composição técnica do capital, aumentando a parte constante às custas da parte variável, ou seja, aumentando a produtividade, com um número relativamente menor de trabalhadores. O Capital continua necessitando incondicionalmente de trabalho humano, só que em quantidades relativas cada vez menores. Nas palavras do próprio Marx:

“O capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava.”(Marx, 2001,p.731)

Capital. É óbvio que a quantidade de trabalhadores empregados na indústria do séc. XXI é muito maior que no séc. XIX, o capital, ao se expandir, sempre precisa de trabalho.

A concentração e posteriormente a centralização do capital proporcionam uma reprodução mais eficiente do próprio sistema capitalista, ocasionando uma larga ampliação do capital global em geral. Bem, foi visto que o que determina a procura de trabalho não é a magnitude do capital global, mas sim o seu componente variável, que cai progressivamente com o aumento da produtividade e conseqüentemente com o aumento do capital global. O que deve ser entendido é que, com o aumento do capital global cresce também a força de trabalho que nele se incorpora, só que em proporções cada vez menores. As constantes alterações na composição técnica do capital, provocadas pelo próprio processo de acumulação e centralização provocam reduções aceleradas na sua parte variável, em relação à constante. Aparentemente, tem-se a impressão de que é a população absoluta de trabalhadores que cresce muito mais rápido do que as formas de ocupação desta população. A existência ou o aumento de uma mão-de-obra excedente não depende dos valores absolutos da população, mas sim dos movimentos da própria lógica da acumulação capitalista. O aumento do capital global faz com que o sistema necessite de mais trabalho mas sem contratar trabalhadores, assim são utilizadas tecnologias e métodos para incrementar a produtividade, liberando parte dos trabalhadores, diminuindo a necessidade destes com relação ao crescimento do capital. Assim afirma Karl Marx:

“...a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.”
(Marx, 2001,p.733)

Na obra de Marx deve ser dada a atenção à capacidade humana, à prática humana, assim, quando o pensador alemão afirma “...a acumulação capitalista sempre produz...”, deve-se sempre estar atento que está se falando da ação humana dos trabalhadores e dos capitalistas. Quem produz são os homens, quem produz as condições necessárias para que ocorra a acumulação capitalista é o ser humano, o trabalhador e o capitalista, o primeiro, que ao exercer sua atividade, produz sempre um valor excedente que é convertido em capital e reinvestido pelos segundos, os capitalistas, para possibilitar a acumulação. Então, é a própria população trabalhadora juntamente com os capitalistas que, ao produzir a acumulação do capital, desenvolvendo as forças produtivas, criam as condições que fazem

dela mesma uma população supérflua. A produção de uma população excedente é, portanto, um produto necessário do desenvolvimento da riqueza do sistema capitalista.

O que é pior é que além de ser um produto do próprio sistema, esta população excedente passa a ser imprescindível para a sua sobrevivência, já que se constitui num exército industrial de reserva absolutamente disponível ao capital, proporcionando material humano sempre pronto para ser usado no sistema como uma função reguladora, como bem se quer e entende, sem qualquer limite.

A existência deste excedente exerce forte pressão sobre os trabalhadores empregados e o capitalismo acirra esta pressão dividindo a classe trabalhadora em três blocos: empregados, parcialmente empregados e desempregados, sendo que os dois últimos fazem parte do chamado exército de reserva. Uma parte da classe trabalhadora é submetida a uma não inclusão forçada - parcial ou total - no sistema fabril, fruto da exploração excessiva da outra parte que produz para o enriquecimento dos capitalistas e, ao mesmo tempo, junto com os excedentes produz e reproduz esta fatídica condição de existência num ciclo cruel, vicioso e crescente.

É este conjunto de ativos excedentes que ao servir como concorrência, regulam os movimentos gerais dos salários e regulam também a oferta de emprego no mercado de trabalho. Se a acumulação do capital aumenta, aumenta a necessidade de trabalho, mas aumenta também a oferta de trabalhadores, já que o crescimento da acumulação possibilita liberação destes trabalhadores através da implementação de algum incremento tecnológico que possibilita a extração de mais trabalho de menos gente. Além disso, o número muito grande de oferta de trabalhadores desempregados faz com que os empregados ofereçam mais trabalho, possibilitando ao capitalista a nada milagrosa multiplicação da força de trabalho nas fábricas sem a necessidade de se contratar um homem sequer, ou aumentar qualquer salário. A existência de um exército industrial de reserva torna completo o despotismo do capital sobre todos os trabalhadores.

Mas quem eram, empiricamente falando, os homens que faziam parte deste EIR? Segundo definição do próprio Marx, seriam todos aqueles trabalhadores que estivessem desempregados ou parcialmente empregados. Ora, comparando-se esta definição dada por

este autor pra a mão de obra excedente do capitalismo do séc.XIX às diversas definições de informalidade demonstradas no item anterior deste capítulo, pode se concluir que o trabalhador informal (o não fordista ou que se inclui no processo de informalidade) é por excelência e por direito, juntamente com toda massa de desempregados, parte componente do Exército Industrial de Reserva do capitalismo do século XX e início do XXI.

Marx aponta que quanto maiores a riqueza social e o capital em função desta riqueza, a capacidade e força de crescimento deste capital, a magnitude do proletariado e a capacidade da força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. Como foi demonstrado, a força de trabalho disponível cresce pelas mesmas causas que crescem as forças de expansão do capital. A magnitude do exercito industrial de reserva cresce, portanto, junto com a riqueza. Graças ao progresso da produtividade do trabalho social uma quantidade sempre crescente de meios de produção pôde ser utilizada com uma quantidade cada vez menor de trabalho, produzindo uma riqueza e um capital gigantescos nos últimos 100 anos, à custa de uma submissão completa dos trabalhadores a um modelo de produção onde o homem serve à coisa e não a coisa que serve ao homem. O homem produziu tanto, num espaço de tempo cada vez menor, com cada vez mais trabalho e cada vez menos homens, aumentando as forças produtivas do sistema, reduzindo os empregos, tornando mais precária a sua condição de vida e existência, e deixando esta forma de vida como legado e herança para toda uma geração de seus filhos e dos filhos de seus filhos. O produto do modo de produção capitalista para este início de milênio é uma mão de obra excedente gigantesca, que se “disfarça” de trabalhador precário, ilegal, subcontratado ou autônomo, que sob a alcunha de informal se lança sobre a sorte de condições de trabalho, as mais diversas, como única fonte de estratégias de sobrevivência.

Este trabalhador, chamado hoje de informal, cumpre, portanto para o sistema capitalista, as mesmas funções que o EIR descrito e analisado por Marx cumpria no século XIX. O trabalhador informal é, enquanto excedente, parte constituinte do sistema, condição necessária para o seu funcionamento, sua produção e reprodução. É também produzido e reproduzido pela própria lógica do capitalismo.

A existência do exército industrial de reserva, hoje representado em parte por aquilo que se chama informalidade ou trabalho informal, é a expressão máxima daquilo

que Marx chamou de subsunção do trabalho ao capital. Todo processo de construção deste excedente de mão de obra obedece a lógica mais evidente do capital, submeter todos os homens a uma lógica de produção que proporcione ao sistema se produzir e reproduzir a partir da extração da mais valia do trabalho humano. É claro que só se extrai mais-valia do trabalhador fabril, do proletário, mas o capital cria e recria a partir da exploração de todos os trabalhadores as condições e formas de explorar ainda mais o trabalhador produtor da mais-valia. Assim, informais e formais estão todos dentro de uma mesma lógica, a lógica da acumulação. Num dos mais belos trechos do Capital Marx assim resume a lógica deste sistema:

“...dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo do seu trabalho, transformado em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que este se incorpora a ciência, como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capitalismo. Mas todos os métodos para produzir mais-valia são, ao mesmo tempo, métodos de acumular e todo aumento da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Inferre-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração. **A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital.** Acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital. (Marx, 2001,p.749)

Todo trabalhador, formal ou informal, empregado ou desempregado é tragado pelo desejo de dominação do Capital. A subsunção do trabalho ao capital extrapola portanto os limites da fábrica e a relação de produção entre homem e máquina. O homem não é mais somente apêndice de máquina, mas unicamente veículo de desenvolvimento do Capitalismo. A subsunção passa a ser a subsunção de todo homem enquanto ser, à lógica

do capital, reduz todos os dias dos homens, mesmo aqueles que estão desempregados, a dias de trabalho, e o trabalho é um trabalho que funciona sempre para a produção e reprodução do próprio sistema. Todo tipo de trabalho, mesmo aquele que não é realizado na fábrica, ou seja parte do trabalhador informal de hoje, cumpre direta e indiretamente a função de contribuir para a sobrevivência e reprodução do capitalismo.

Enganam-se, portanto, aqueles que defendem a informalidade como lugar de liberdade, de livre movimento e livre escolha. Este assunto será tratado mais adiante num capítulo próprio para a análise dos dados da pesquisa de campo, mas vale desde já esta reflexão. O trabalhador informal é tão livre e independente do sistema quanto o desempregado que não possui trabalho e que vive todos os dias de sua vida em função do ter e não ter trabalho. O trabalho assume a forma única (seja formal ou não) de atividade que produz e reproduz o sistema capitalista tornando-se uma imposição, um presente de mau gosto dado pelo capitalismo aos homens, um produto do próprio trabalho do homem para o homem. A informalidade não produz mais-valia como o trabalho fabril, mas contribui para a produção da mesma, na medida em que sua existência subjuga o proletário às mais precárias condições de exploração do seu trabalho. Servindo como exército de reserva e sendo “eternamente” conservado assim, o trabalhador informal é submetido e subjugado sob a mesma lógica de exploração e submissão que oprime o trabalhador tipicamente capitalista.

III - A CENTRALIDADE DO *TRABALHO*.

A recuperação desta categoria em Marx se faz necessária por dois motivos: Primeiro, um mais geral, que implica em demonstrar que as relações de produção, enquanto relações de trabalho dentro da construção teórica do autor alemão, não podem ser compreendidas de forma simplificada na perspectiva de um reducionismo economicista. Segundo, entender o trabalho como central na vida dos homens é um pressuposto teórico e metodológico incondicional para a realização deste estudo. A pergunta central deste estudo - *quem são e como vivem os trabalhadores informais oriundos de uma atividade formal e que estão, atualmente, exercendo uma atividade informal?* – e, conseqüentemente a sua

resposta, se respaldam no fato de que o trabalho é a mediação dos homens com mundo e é através da investigação das suas relações e condições de trabalho que se pode determinar suas condições de vida

Recentemente tem se observado, nos debates dentro de alguns ramos da sociologia do conhecimento, um forte movimento para banir o modelo marxista de compreensão da realidade social. São tantos os adjetivos e conceitos para classificar ou desclassificar a teoria marxiana, dentre os mais amenos estão aqueles que a taxam de reducionista e economicista, palavras que analisadas de maneira descuidada e fora do sentido proposto por Marx, reduzem a realidade social a um determinismo econômico, reificando uma subordinação de toda a realidade social às relações econômicas, e com isso, desumanizando esta realidade.

As relações econômicas das quais fala Marx são as relações de produção, são fruto das relações humanas, produto da atividade humana sobre a natureza, sobre as verdades objetivas e subjetivas. Ao intervir no seu meio, o homem pode alterar a realidade, produzindo o novo, pode também conservar esta realidade, reproduzindo-a, com isso um mundo é criado, recriado, transformado, conservado e as gerações que se sucedem vão “encontrando” uma realidade - material e simbólica - já dada, construída por gerações anteriores e esta realidade é que vai ser um dos elementos fundamentais na condução das ações dos homens para a continuidade da produção e reprodução do mundo e da vida social.

A ação humana, a atividade do homem real, histórico, produtor e produto da história é o centro da obra de Marx. As relações de produção da forma como são tratadas por Marx não podem ser entendidas de maneira reduzida, trata-se de relações de produção da realidade material e simbólica, realizadas por homens históricos, em determinado contexto histórico, sob determinadas condições de existência. A economia em Marx é o que tem de mais humano em teoria social, nasce do trabalho humano e é o próprio trabalho humano.

Para este autor, toda realidade social nasce do trabalho e o trabalho humano nasce da realidade social, assumindo formas e características diversas em momentos e contextos

históricos diferentes. O trabalho humano é central na obra de Marx, na proposta de Marx para a compreensão da realidade social. É pelo trabalho que o homem constrói, transforma, produz, reproduz ou conserva as suas condições de existência e vivência, a sua forma de ser no mundo, o trabalho é, portanto, a mediação do homem com o mundo, com a realidade ideal, material, simbólica, objetiva e subjetiva. No item anterior deste capítulo foi demonstrado como o homem, através do seu trabalho, atua no processo de acumulação do capital e como as mais diversas formas de organização do trabalho atuam na produção e reprodução do sistema.

Em seus *Manuscritos Econômicos Filosóficos* e na *Ideologia Alemã*, Marx define **trabalho** como a **atividade essencial do homem** e, portanto, como a **própria essência do homem**, trabalho é, para Marx, em primeira instância, **a capacidade do homem de se relacionar com a natureza e com o seu meio, transformando, alterando ou conservando a realidade para produzir bens (materiais e simbólicos) no intuito de garantir a sua possibilidade de produção e reprodução e, portanto, garantir sua sobrevivência**. Apurando um pouco a leitura sobre a obra de Marx pode-se perceber que o pensador alemão, ao falar de sobrevivência, não trata somente da sobrevivência do homem como indivíduo, como unidade biológica que precisa satisfazer necessidades básicas, fala, também, e essencialmente, de uma sobrevivência social do homem. Na verdade, para Marx, a sobrevivência física do homem é também sobrevivência social. O trabalho é esta atividade através da qual o homem interfere no mundo produzindo coisas para satisfazer necessidades básicas, produzindo novas necessidades que exigem novas coisas e novas realidades, produzindo matéria e idéia, produzindo símbolo e coisa, estabelecendo as suas condições de existência e de relação com o mundo e com os outros homens. O que define o que são estas necessidade é a realidade cultural e política de cada sociedade em seus momentos históricos específicos.

Esta primeira definição de trabalho é uma definição mais filosófica, ontológica, onde o trabalho adquire um significado a-histórico, já que é, em qualquer momento histórico, em qualquer contexto, é atividade essencial, atividade vital do homem, é aquilo que mantém o homem vivo enquanto corpo biológico e enquanto ser social.

O homem, ao realizar trabalho, produz realidade e esta realidade é deixada de herança para as várias gerações que se sucedem na história. A forma como estas gerações vão se relacionar com o seu mundo (o trabalho nestas gerações) vai ser profundamente determinada pela realidade que herdaram das sociedades anteriores. Mas cada geração também age e interfere no seu meio podendo modificá-lo, tem-se então o movimento, a transformação da realidade e assim a história acontece.

Com isso o trabalho humano adquire, também, um significado histórico, já que, apesar de ser sempre atividade vital do homem, o trabalho, a ação humana de interferir na realidade assume formas diferentes nos vários momentos históricos. O tipo de realidade, a forma de ser de cada sociedade e de “seus” homens num dado momento histórico será constituída a partir da forma que o trabalho, enquanto força produtiva e mediação do homem com o mundo social e natural assumir.

Em *O Capital*, Marx estuda a forma assumida pelo trabalho num dado momento histórico, forma esta em que, como já se sabe muito bem, uma determinada classe de homens se encontra desprovida de todos os seus instrumentos de trabalho, restando-lhe, como no início da História, somente o seu corpo, sua força e sua capacidade de realizar trabalho. Sem ter mais terra livre para ocupar e produzir e, com isso, ficando impossibilitados de garantir sua sobrevivência, estes homens são obrigados a transformar sua força de trabalho em um produto, que é colocado à venda e comprado por uma outra classe que é possuidora dos instrumentos e dos locais de realização do trabalho, os meios de produção.

A esta forma assumida pela atividade humana sobre sua realidade chamou-se Capitalismo e é nesta realidade que os homens estão mergulhados, até que se prove o contrário. O trabalho informal do século XX é mais uma forma histórica assumida pelo trabalho humano. Uma forma de trabalho Capitalista. Mesmo não sendo produtor direto de mais-valia, mesmo não estando sob a oposição clássica, trabalhador x meios de produção, ao assumir a forma de Exército Industrial de Reserva, o trabalho informal é capitalista, no sentido de que existe para servir ao sistema. Além do mais, o trabalho informal pode ser visto como um produtor indireto de mais-valia, já que se trata de uma espécie de

assalariamento disfarçado, um assalariamento indireto, em que o trabalhador paga o seu próprio salário enquanto escoar as mercadorias do Capitalismo.

Para alguns teóricos do fim do século XX, todas estas transformações e crises observadas, inclusive e principalmente no âmbito das relações de trabalho têm criado e recuperado estas novas e velhas formas do trabalho humano (até mesmo anteriores ao capitalismo), que aparecem, por um lado como resposta e solução à uma crise de paradigmas que estaria levando ao fim deste modo de produção, ou como retrato do agravamento de um sistema que estaria construindo os caminhos para o seu próprio fim.

A seguir, através do uso de algumas categorias utilizadas por Bourdieu para desenvolver o seu *conhecimento praxiológico*, será possível demonstrar como a categoria trabalho aparece como elemento de criação de formas de ser e de agir no mundo e com isso como o trabalho produz realidade, relação humana, *habitus* de classes, relações de poder, ao mesmo tempo em que também é produzido por todas estas coisas.

IV - ESPAÇO SOCIAL, CAMPO, CAPITAL E HABITUS.

A escolha de um autor como Pierre Bourdieu se dá por um motivo simples, por se tratar de um pensador do social cuja obra possui um universo de categorias teóricas construídas sob uma precisão lógica muito bem fundamentada, onde teoria e método parecem não se separar um só instante, possibilitando desta forma uma análise mais precisa sobre a ação prática dos homens na realidade em que vivem. As categorias e o método desenvolvidos por Bourdieu funcionam como um instrumental ideal para o estudo da ação e das condições de trabalho e vida dos trabalhadores informais das ruas de Salvador, principalmente quando se trata de um segmento que vivia sob uma forma específica de organização do trabalho (formal) e que tem agora de garantir sua sobrevivência sob a nova condição de informal.

Bourdieu entende que o mundo social tem sido objeto de três formas de conhecimento: primeiro, o conhecimento *fenomenológico* que, para Bourdieu, identifica como verdade passível de análise para a sociologia a experiência primeira do mundo social, onde a construção e identificação da realidade se dá a partir das representações primeiras que os sujeitos sociais têm de sua realidade, onde a ação social é fruto da ocasião, só é passível de ser entendida enquanto momento, pois só no ato próprio de sua realização que esta ação tem vida e significado; segundo, o conhecimento *objetivista* que, ao contrário, considera a verdade, a realidade social, as práticas e ações humanas, a forma como o homem vê e vive no mundo como fruto de estruturas objetivas. Para o pensador francês estas duas formas de conhecimento sobre o mundo social pecam; a primeira, a *fenomenológica*, por negligenciar as estruturas sociais, que não estão necessariamente presentes no ato da ação social, mas que a influenciam e determinam; a segunda, a *objetivista*, por fazer da estrutura um ente reificado que se impõe sobre os sujeitos, transformando a ação social em um mero cumprimento mecânico de regras pré impostas. Por fim para superar os limites destas duas formas de conhecimento, Bourdieu propõe o conhecimento *praxiológico*, que ele define como o conhecimento que “tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-la, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade”.(Bourdieu, 1983, p. 47)

O conhecimento praxiológico é a maneira encontrada por Bourdieu para responder a pergunta: O homem constrói a sociedade ou a sociedade constrói o homem? Na verdade são as duas coisas, é uma relação dialética, o homem constrói a realidade social e esta realidade constrói o homem. Como afirmou Marx, os homens não escolhem as condições sócio-históricas nas quais nascem, nascem em uma realidade herdada e construída por outros homens no passado. Por exemplo todos os homens que nasceram no século XX encontraram um mundo já moldado, construído pelas gerações anteriores. Estes homens interiorizam esta realidade. Mas cada homem também age no seu tempo, exteriorizando o que interiorizaram, e desse modo, interferindo na realidade, podendo transformá-la ou não. Assim, ao mesmo tempo em que é formado pela sociedade em que vive (interiorizando a

exterioridade encontrada), age nesta sociedade (exteriorizando a interioridade) transformando, criando, produzindo, reproduzindo e conservando a realidade social.

Utilizando a categoria trabalho como o elemento de mediação do homem com a realidade, será demonstrado, a partir de então, como o conhecimento praxiológico proposto por Bourdieu tenta elucidar e esclarecer o mistério da criação das condições de existência do ser humano, ou seja a produção e reprodução da própria realidade social.

Para melhor compreender e explicar a realidade social, Bourdieu propõe que a sociologia se apresente como uma *topologia social* tratando o mundo social como um espaço:

“... multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica: No interior de cada um dos subespaços, os ocupantes de posições dominantes e os ocupantes de posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas...”(Bourdieu apud Borges, 2001, p.1)

Para Bourdieu o mundo social é um espaço com várias dimensões, construído por princípios de diferenciação e distribuição. A condição de existência social - material e simbólica - de um homem ou de um grupo de homens é definida pela posição que eles ocupam neste espaço social. Este espaço social deve ser entendido como um conjunto de vários campos onde diversas propriedades estão atuando no sentido de gerar (e sendo geradas por) estes princípios de diferenciação e distribuição, conferindo a quem as possui força ou poder neste universo social, produzindo desta forma o próprio espaço social. Estas propriedades que atuam construindo o espaço social são os diversos tipos de Poder (que Bourdieu prefere chamar de Capital), que ocorrem no universo social e que estão distribuídos em diferentes campos deste universo. Assim, a cada campo (cada dimensão) do universo social corresponde um tipo de capital (poder).

O capital pode existir num estado objetivado, assumindo formas de bens e propriedades materiais, ou pode assumir uma forma subjetiva, simbólica, incorporada pelos agentes sociais. Ele representa um poder sobre um determinado campo, representa a posse ou acúmulo de bens materiais, produtos do trabalho presente ou passado, representa uma posse e poder sobre os meios de produzir bens, representa a garantia de atribuir a quem o possui, o direito legítimo de ser possuidor de bens tanto materiais como simbólicos, que estiverem em disputa num dado momento histórico, no espaço social. As várias espécies de capital correspondentes aos diversos campos, são uma espécie de trunfo, que num jogo definem as probabilidades de ganho de um jogador. Com isso, num jogo de cartas onde as regras dizem que o jogador que tiver a maior quantidade de ás é o ganhador, terá a vitória aquele que tiver em suas mão o maior número desta carta. Ela é o trunfo, o poder, aquele que a tem, mesmo não possuindo nenhuma outra carta é o vencedor, porque é o possuidor do Capital que determina a vitória. Tem-se, então, na ótica de Bourdieu, distribuídos nos diversos campos do espaço social, diversos tipos de poder, sendo alguns deles o Capital Econômico, o Capital Social, Capital Cultural, Capital Simbólico etc., os agentes se distribuem neste espaço segundo o volume global de capital que possuem e segundo a composição do seu capital.

Então, para se definir a posição de um agente social no espaço social e, com isso, compreender a sua condição de existência neste espaço, é necessário definir a posição que este agente ocupa nos diferentes campos, ou seja, a posição que este agente ocupa na distribuição dos diferentes tipos de poder que atuam nos diferentes campos.

Para este estudo interessará mais especificamente determinar o campo, o lugar próprio das relações de trabalho. Normalmente seria mais sensato classificar a categoria trabalho no campo Econômico. Apesar da crítica dura que Bourdieu disere contra o marxismo este autor vai concordar que, apesar de os campos e os diversos tipos de poder atuarem de maneira relativamente autônoma no universo social, eles são, em última instância “subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica” (Bourdieu apud Borges, 2001, p.1), ele afirma ainda que:

“As relações dos outros campos com o campo de produção econômica são ao mesmo tempo relações de homologia estrutural e de dependência causal; a forma das determinações causais é definida pelas relações estruturais e a força da dominação é tanto maior quanto mais aproximadas das relações de produção econômica estiverem as relações em que ela se exerce.” (Bourdieu apud Borges, 2001, p.3)⁵

A categoria trabalho, as relações de produção seriam portanto um espaço, um subcampo do Campo Econômico, e os meios de produção, a força de trabalho, os produtos⁶ do trabalho (tanto materiais quanto os simbólicos), a capacidade de se relacionar com o meio natural e social transformando-o ou mantendo-o seriam os diversos, tipos de capital que estariam em disputa, no espaço social.

A determinação da posição ocupada pelos agentes no espaço social e, conseqüentemente, a compreensão e análise das condições de existência dos agentes sociais seria possível então, através da determinação da posição destes agentes neste subcampo, do lugar ocupado por estes agentes na distribuição destes vários tipos e capital.

Para Bourdieu, falar em espaço social “é dizer que não se pode juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer, descurando as diferenças fundamentais, sobretudo econômicas e culturais.”(Bourdieu,1989c, p.138) O Espaço Social é um lugar de distribuição de capital, esta distribuição é desigual e gera diferenças entre os agentes sociais, aproximando uns, separando outros, criando formas de ser, estilos de vida, características que possibilitam dividir, ao menos como recurso metodológico, a sociedade e os grupos de agentes sociais em classes específicas. Classificar e agrupar os agentes sociais em classes semelhantes e distintas passa não somente pela tarefa de encontrar as suas posições no espaço social, mas também pela tarefa de entender como agem estes sujeitos, como os agentes sociais exercem sua atividade no mundo, como sua ação prática, individual ou coletiva os torna passíveis de serem classificados num mesmo grupo, numa

⁵ Admite-se esta afirmação de Bourdieu em considerar a instância econômica como determinante em última instância da vida social por que se continua a tratar a economia como a mais humana das atividades do homem, aquela em que o homem age sobre o mundo e transformando-o ou conservando-o para garantir a sua sobrevivência . Assim, neste sentido, trabalho humano e instância econômica se confundem, ou melhor o trabalho é um subcampo do campo econômico.

mesma classe. A pergunta seria, por exemplo, como devem agir no mundo, diante de uma mesma situação, um determinado grupo de trabalhadores para que se possa classificá-los como pertencentes à classe dos trabalhadores informais? O que possuem, quem são, como agem no mundo, qual a probabilidade de agirem deste ou daquele modo, para que agentes sociais sejam classificados como pertencentes a esta ou aquela classe, sendo eles padres, músicos, soldados, meninos de rua, homossexuais, mulheres, operários, muçulmanos, judeus, professores etc?

Faz-se necessário neste instante a incorporação de um novo conceito de Bourdieu, o conceito de *habitus*, o princípio gerador da prática, aquilo que faz o homem ser no mundo, agindo sobre este mundo, produzindo e reproduzindo a realidade ao mesmo tempo em que é produzido por ela.

Assim como cada campo corresponde a um determinado capital, o *habitus* corresponde à posição que os agentes sociais ocupam no espaço social. O *habitus* é o elemento de mediação entre as estruturas e a prática, é a mediação entre todas as formas de poder referente a cada campo e a ação dos agentes no espaço social. Agentes sociais que ocupam a mesma posição dentro de um dado campo, que possuem mais ou menos a mesma quantidade dos mesmos tipos de Capital, compartilham do mesmo *habitus*, ou seja têm a mesma probabilidade de agir e ser no mundo de maneira semelhante, mais aproximada, constituindo assim uma mesma classe. Assim o sociólogo francês define *Habitus*:

“As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente.” (Bourdieu, 1983, 61)

⁶ Nunca é demais lembrar que neste estudo a realidade social, a própria sociedade é também produto do trabalho humano.

O habitus é portanto produto de estruturas objetivas, das condições de vida e existência nas quais os agentes estão mergulhados, estas estruturas objetivas são absorvidas, inculcadas, apreendidas, são interiorizadas e vão determinar uma maneira de ser do agente, uma propensão, uma inclinação, uma probabilidade de este agente agir de uma determinada forma numa dada situação. Isto é o habitus, uma espécie de segunda natureza, como algo que está em cada homem e diz quem ele é e como ele deve agir sem que ele mesmo perceba, aquilo que faz com que todos os dias as pessoas aceitem trocar produto por dinheiro e isto não lhes cause nenhuma estranheza, porque isto é o seu habitus, sua forma de ser no mundo, quase nunca pensada e problematizada. O agente social interioriza as estruturas exteriores, características de um tipo determinado de condição de existência, essas estruturas produzem as estruturas do habitus - sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como um gerador de percepções de apreciações e de ações - , este habitus produz a ação social, a prática onde as estruturas interiorizadas são, agora, exteriorizadas reproduzindo ou transformando a realidade.

O habitus é a mediação entre a subjetivação da objetividade - interiorização da exterioridade (estruturas objetivas) - e a objetivação da subjetividade - exteriorização da interioridade. Esta objetivação da subjetividade é a própria ação prática, momento em que o agente social interfere no seu meio, ou reproduzindo a estrutura interiorizada ou transformando esta estrutura, modificando a realidade e com isso fazendo a história.

A ação social em Bourdieu nem é uma mera resposta mecânica determinada pelas estruturas objetivas, nem é somente fruto somente do momento, ela é produto de uma relação dialética entre a situação momentânea e o habitus, a prática só pode ser entendida e explicada se “ colocarmos em relação as estruturas objetivas que definem as condições sociais de produção do habitus (que engendrou essas práticas) com as condições de exercício deste habitus, isto é, com a conjuntura que, salvo transformação radical, representa um estado particular desta estrutura.” (Bourdieu, 1983, 63)

Conclui-se então que, como foi dito anteriormente que a maneira de se compreender e definir as condições de existência dos agentes sociais é determinar a posição dos agentes no espaço social, é através deste habitus que será possível determinar esta posição, já que ele é o produto desta posição, as práticas produzidas pelo habitus são a expressão maior da condição de existência dos agentes. É a partir das práticas dos agentes que se pode determinar a posição destes agentes na distribuição dos mais diversos tipos de Capital.

Fazendo uma analogia com a teoria de Marx, o que é esta prática de Bourdieu senão a atividade humana de se relacionar com o mundo, transformando-o, produzindo e reproduzindo a realidade? Não seria novamente a categoria trabalho, a mediação do homem com o mundo social, aquilo que produz estruturas, realidade, bens, produtos, idéias e é, ao mesmo tempo produzido por tudo isso, através da interiorização da exterioridade, que são as estruturas formadoras do habitus, que por sua vez é o produtor da prática, que é por sua vez o próprio trabalho humano na sociedade.

Tem-se então a dialética da produção e reprodução da realidade e é sob este esquema teórico que será possível desvendar o que é a informalidade para aqueles trabalhadores que, até pouco tempo atrás, estavam mergulhados nas condições de existência de um trabalhador formal, trabalhadores cujo habitus é formado por condições objetivas específicas, as do trabalho formal, trabalhadores que possuíam um determinado tipo de capital referente à sua posição no espaço social, o capital referente à posição de um trabalhador formal, e que têm, agora, que se inserir numa nova realidade, numa nova condição de existência, determinada e construída por um novo trabalho, por uma nova forma de se relacionar e interferir no mundo: a informalidade.

Admitindo-se que o trabalho assume diversas formas históricas, pode-se deduzir que este processo de informalidade que surge de forma mais intensa no final do século XX é mais uma dessas formas históricas do trabalho, só que uma forma ainda subordinada à estrutura do modo de produção capitalista. Este processo de informalidade é fruto de transformações estruturais sofridas nas formas de organização do trabalho no mundo capitalista. Estas transformações e, portanto, a informalidade, invadem a fábrica e a rua, abarcam desde as mais bem estruturadas formas de organização do trabalho (o trabalho

fábrica), até mesmo as formas pré-capitalistas exemplificadas no trabalho autônomo, artesanal, feito nas ruas. Quando se afirma que o trabalho é uma atividade central na vida dos homens, que é a mediação do homem com a realidade social, quando se admite que esta atividade central vem sofrendo transformações estruturais bruscas neste final de século, admite-se também que a vida dos homens, seu modo de se relacionar com o mundo, sua condição de existência também sofrem transformações sérias.

O trabalhador que exerce uma atividade tipicamente formal (o trabalhador fabril, por exemplo) é possuidor de tipos específicos de capital, que lhe garante uma determinada posição no espaço social, conferindo a estes trabalhadores um habitus próprio e, portanto, uma dada condição de vida. Na literatura sobre trabalho, o trabalhador fabril fordista - o clássico trabalhador formal do século XX - é aquele indivíduo que pertence a uma classe de trabalhadores que projetam carreiras, têm a possibilidade de desenvolver um determinado padrão de consumo e acumulação garantido pela certeza do salário e da gratificação certa, ao fim do cumprimento do dever. Estes trabalhadores possuem também a garantia da aposentadoria para um descanso futuro após tanto tempo de trabalho, estruturam suas vidas através de projeções futuras garantidas pelo padrão de vida propiciado pelo seu trabalho. Estes trabalhadores possuem também uma forte organização de classe garantida por uma maior facilidade em unir grupos específicos de trabalhadores, sob um mesmo sindicato, que luta por interesses semelhantes e mais bem definidos.

A realidade do trabalhador que passa por uma transformação como o processo de informalidade, ou seja que sai de uma condição de formal para a de informal é bem diferente. O processo de informalidade reconfigura as relações de trabalho completamente, alterando, com isso, as condições de vida e existência dos trabalhadores, transformando o padrão de consumo e acumulação. Provavelmente, são eliminadas as projeções futuras garantidas pelo “salário certo”, a noção de carreira praticamente desaparece, as relações sociais também se transformam, os interesses se transformam, as condições objetivas e subjetivas destes trabalhadores são alteradas. O trabalho formal, a ideia de constituição de uma carreira é tida como uma vitória, uma conquista social, a informalidade, ao eliminar a perda da projeção futura de uma constituição de carreira pode significar uma perda de prestígio social. Para o trabalhador informal a vida é um dia após o outro, os cálculos, as contas, as projeções e os sonhos não ultrapassam o ontem e o amanhã, qualquer coisa além

disso é distante demais é futuro demais para quem só pode viver o presente. Essas são as características básicas, como mostraremos mais adiante, do modo de vida do trabalhador flexível.

Não se pode esquecer que esta informalização do mundo do trabalho é fruto de um processo de transformações estruturais nas relações de produção e nas instituições como um todo, a partir de uma reformatação das economias mundiais, nacionais e locais engendradas por um processo político específico, o neoliberalismo. (Cacciari, 2000). As categorias desenvolvidas por Bourdieu se adequam como mediação para se compreender com se daria, portanto, na vida destes trabalhadores que passam a ser informais, a subjetivação destas estruturas transformações estruturais.

Há, portanto, na mudança da condição de trabalhador formal para informal, uma nova redistribuição de capitais, com o surgimento de novas relações de poder entre agentes que ocupam uma nova posição no espaço social, que se relacionam com uma nova realidade estrutural e, portanto, novas realidades objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas, produzindo e reproduzindo, desta forma, também, esta realidade no espaço social, estabelecendo novas condições de vida que poderiam ser suficientes para determinar a formação de um novo habitus.

CAPÍTULO 2

NOTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NA BAHIA.

O período compreendido entre as décadas de 30 e 70 do século passado com a consolidação, no âmbito da política, do Estado Social-democrata e no âmbito da produção, do modo de produção Fordista, significou uma fase áurea experimentada pelo capitalismo mundial. Baseada num pacto social que buscava delimitar o campo da luta de classes afastando o “fantasma do Socialismo”, esta fase do capitalismo se constitui numa forma de sociabilidade fundada em um compromisso que implementava e garantia ganhos e seguridade social para a classe trabalhadora nos países centrais. Durante este período, as economias daqueles países que se constituíram em grandes potências do capitalismo viveram um período de superprodução em um estado de quase pleno emprego. (Antunes, 1999)

No entanto, pôde-se observar a partir do último quartil do século XX um desmantelamento desta ordem sócio-política e, conforme aponta Castel (1998), o desenvolvimento econômico deixa de ser sinônimo de desenvolvimento social. O modelo

de desenvolvimento do “período de ouro” entra em crise e, na tentativa de superar esta crise, é implementado um processo de reestruturação produtiva, sustentado por um aparato político-ideológico (o Neoliberalismo) que reconfigura o papel do Estado defendendo a idéia da plena liberdade econômica.

Pochmann (1999) analisa as conseqüências desta reestruturação do capital para a população ocupada, demonstrando que os impactos para o mundo do trabalho são a desregulamentação das relações de trabalho, o retrocesso nos ganhos sociais, o aumento das vagas no setor terciário, o esvaziamento absoluto dos empregos nos setores primário e secundário e o surgimento de altas taxas de desemprego. Druck (2000) também aponta que a implementação do processo de reestruturação produtiva tem provocado uma crise de desemprego estrutural em toda economia mundial, além “*de um aumento da precarização do trabalho e do emprego, com crescimento das atividades não regulamentadas ... e do trabalho por conta própria.*” Esta análise mostra uma realidade enfrentada não só pelos países centrais do capitalismo mundial, mas principalmente pelos países periféricos, com o agravante de que, nos últimos, nunca chegou a se desenvolver um modelo de capitalismo de *welfare*, como o dos países centrais.

É sob esta ótica que neste capítulo será feita uma breve recuperação sobre a história do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia, para uma melhor compreensão da realidade dos brasileiros que *vivem do e no trabalho* e, mais precisamente, para uma melhor compreensão das realidades históricas e objetivas nas quais se inserem os trabalhadores de rua da cidade de Salvador que estão sendo estudados nesta pesquisa.

I - A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL:

Segundo Feitosa dos Santos (2000), a história do recrutamento da força de trabalho no Brasil é, desde sua origem como colônia escravista, até os dias atuais, mesmo que de forma simbólica, marcada pelo autoritarismo, a submissão e a violência. As análises deste autor sobre as formas de trabalho presentes no Brasil Colônia ou Império esclarecem sobre uma dificuldade de se falar em mercado de trabalho no país durante estes períodos. É somente no século XX, mais precisamente a partir da década de 40, que se começa a

identificar a formação de um mercado de trabalho no Brasil, mesmo que de forma singular e subdesenvolvida, nos moldes capitalistas.

Pochmann (1999) aponta dois períodos distintos na evolução do mercado de trabalho no Brasil. O primeiro, que vai de 1940 até 1980, foi um movimento de estruturação deste mercado de trabalho ocorrido de forma simultânea ao processo de industrialização do país, marcado pela institucionalização das relações de trabalho (criação da CLT), expansão do emprego assalariado e com registro, principalmente nos segmentos tipicamente capitalistas.

A literatura sobre este tema (Carvalho, 1986; Cacciamali, 1989; Matoso, 1990; Oliveira, 1991; Filgueiras et al, 2001) aponta que, mesmo demonstrando esta tendência de industrialização e organização do mercado de trabalho, o padrão de desenvolvimento adotado pelos países subdesenvolvidos, sustentado num sistema de substituição de importações, provoca uma industrialização com uma insuficiente oferta de empregos para absorver toda a população economicamente ativa. A consequência disto foi o surgimento de um excedente de mão-de-obra que se apresentava sob a forma de trabalhos realizados em atividades organizadas em pequena escala.

Com isso, mesmo atravessando um período longo de crescimento das relações formais de trabalho, impulsionado pela implementação do projeto de industrialização nacional (1950-80) e institucionalização destas relações devido a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), observa-se, como aponta Segnini (2001), que o mercado de trabalho no Brasil jamais conseguiu generalizar o emprego formal para o conjunto de sua população; pelo contrário, criou-se no país “um mercado altamente flexível, com situações diferenciadas, desiguais e, em grande medida, precárias” (Segnini, 2001). Ou seja, não se fundou neste país um pacto social que garantisse um pilar de direitos para a maioria de sua população.

No entanto, mesmo permanecendo em situação de desigualdade, concentração de renda, informalidade, baixos salários e subemprego, os dados referentes à evolução do mercado de trabalho no país eram significativos e, para alguns, esperançosos. No período, o trabalho assalariado cresceu de 12,1% para 49,2 % (Segnini, 2001) e a população em

idade ativa (PEA) urbana, ocupada e assalariada passou de 42% em 1940 para 62,8% em 1980 (Pochmann, 1999).

Mas a partir da década de 80, com a implementação de um conjunto de medidas macroeconômicas para conter o colapso financeiro da economia brasileira e regular o crescimento da dívida externa, se inaugura a segunda fase identificada por Pochmann. Segundo este autor, o período pós-80 representa um retrocesso na trajetória geral das ocupações, com a inauguração de uma fase de desestruturação do mercado de trabalho. Observa-se um desassalariamento de parcelas crescentes da PEA e uma expansão dos segmentos informais e do desemprego, sustentado numa política nacional de adoção das determinações do Consenso de Washington, que visa uma inserção do Brasil no processo de globalização, a partir de uma abertura comercial indiscriminada, ausência de políticas defensivas, sobrevalorização da moeda, altos juros e abandono do projeto de industrialização nacional (Pochmann, 1999 e Segnini, 2001).

Druck (1999) em seu estudo sobre a terceirização no Complexo Petroquímico da Bahia afirma que nos anos noventa pode-se observar no quadro político econômico internacional a intensificação do processo de reestruturação produtiva e a propagação do modelo japonês, além das discussões sobre o curso das políticas neoliberais e seus principais resultados, principalmente em se tratando dos países de periferia nos quais estas práticas foram implementadas a partir dos planos de estabilização econômica determinados pelo consenso de Washington.

Diante deste quadro internacional a década de 90 se inicia para o Brasil debaixo de pressões das instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial), de segmentos do capital multinacional e de governos dos países centrais, principalmente os Estados Unidos (Druck, 1999). Para a autora, a eleição de Fernando Collor para a presidência da República, em 1989, representou uma vitória da proposta de implementação das políticas neoliberais no Brasil.

Alguns ajustes na economia como a abertura da economia, através de uma drástica redução das alíquotas de importação e um programa de privatização e desregulamentação da economia. Os impactos destas medidas se fizeram sentir rapidamente através de um

desaquecimento da economia, somado a uma súbita abertura das importações, o que provocou o fechamento, falências e concordatas de várias empresas, implicando em inúmeras demissões fazendo crescer o desemprego. Além disso pôde-se observar uma redução significativa do número de empregos devido à redução de quadros realizadas pelas várias empresas estatais privatizadas.

Neste contexto de implementação das políticas neoliberais observa-se que, no âmbito mais econômico esta ideologia se manifesta a partir do processo de reestruturação produtiva do capital.

Em um outro estudo realizado pela autora, Druck (2000) aponta que, a partir da década de noventa, nos países periféricos como o Brasil, os processos de reestruturação produtiva, a globalização e a aplicação das políticas de estabilização econômica, para atender os interesses do capital internacional, redesenharam completamente os processos de organização e gestão do trabalho, introduzindo novas tecnologias, flexibilizando jornadas de trabalho e o emprego, provocando uma política de enxugamento do quadro das empresas, levando a economia do país a uma séria crise de desemprego estrutural. Além disso, com a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização de suas relações aumentam as modalidades de inserção na produção que estão ligadas diretamente a modelos de produção não formais, como o trabalho clandestino, trabalho à domicílio, terceirização, quarteirização, comércio de rua, trabalhadores por conta própria e outros. (Druck, 2000)

Pochman (1999) destaca que em 1989 o total de assalariados no país representava 64% da PEA, enquanto em 1995 esta proporção caiu para 58,2%. Já os assalariados com carteira assinada representavam 38,3% em 1989, caindo para 30,9% em 1995.

Em recente divulgação (2002) da pesquisa mensal sobre o emprego realizada pelo IBGE, a taxa de desemprego aberto no Brasil passa de 5,1% em setembro de 1994 para 7,5% no mesmo mês em 2002. Estes números revelam um pouco da realidade do mercado de trabalho no Brasil após a implementação da política de flexibilização das relações de trabalho e enxugamento de postos de trabalho implantadas pelo processo de reestruturação produtiva.

II - A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA:

Um aspecto importante sobre a evolução do mercado de trabalho na Bahia é que, mais precisamente, a sua capital possui um caráter singular em se tratando do chamado trabalho informal. Enquanto, de um modo geral, tem-se discutido a informalidade enquanto um fenômeno novo e subordinado ao próprio setor formal, subordinado à lógica da produção capitalista, em Salvador, este tipo de trabalho sempre existiu e foi central para o funcionamento da economia da cidade.

Na verdade, não é historicamente adequado se chamar as formas pretéritas de organização do trabalho, predominantes desde o século XIX, na cidade de Salvador, de trabalho informal. A noção ou conceito de informalidade não existia, já que não havia um aparato estatal encarregado de regulamentar as atividades realizadas pelos trabalhadores do século XX, nos moldes de uma classificação entre formal e informal. A formalização ou institucionalização do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia só se dá no século XX, nas décadas de 40 e 50. O que se pode observar é que havia um conjunto de atividades não capitalistas ou pré-capitalistas, que reuniam uma gama de vendedores ambulantes, carregadores e prestadores de serviço dos mais diversos tipos, trabalhadores que deixaram uma marca na história e na composição cultural e econômica da cidade de Salvador, sendo possível observar até hoje resquícios e sobrevivências claras destas atividades nas ruas da cidade. O que hoje se chama de trabalhador ambulante ou camelô, nesta cidade, é uma herança histórica de atividades antigas e tradicionais de uma Salvador ainda não propriamente capitalista (Durães, 2002).

A compreensão deste aspecto é central para uma compreensão da organização do espaço social urbano e do mercado de trabalho na RMS. No entanto, como na análise feita para o Brasil, é somente no século atual que se pode falar no desenvolvimento de um mercado de trabalho nos moldes capitalistas na Bahia. É no início da década de 50, que a Bahia passa a participar efetivamente do plano de desenvolvimento industrial implementado pela era Getúlio, através da exploração do petróleo no recôncavo baiano, a partir da criação da Petrobrás.

Segundo Oliveira (1987), com a chegada da Petrobrás na Bahia inicia-se o desenvolvimento de atividades econômicas diferentes do padrão até então predominante na região, subordinado principalmente pela indústria de exploração da cana-de-açúcar. A economia baiana muda profundamente e pode-se observar uma dinamização do setor da construção civil (construção pesada e demandas de habitações) e o surgimento de vários incentivos ao setor metalúrgico e mecânico para a criação de pequenas empresas.

Nos anos sessenta, vem a segunda fase da industrialização do estado com a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), é o período da chamada “industrialização incentivada”. Observa-se neste período vários investimentos dos capitais do centro-sul na região nordeste, principalmente na Bahia, atraídos pelos incentivos fiscais do governo. O que ocorre, na verdade, é que este processo de industrialização tardia do Nordeste e da Bahia, se realiza como complementar à industrialização do Sul e Sudeste do país, produzindo diversos bens intermediários necessários à estas regiões (Oliveira, 1987; Druck, 1999)

A terceira e mais recente fase do processo de industrialização da Bahia se deu com a criação do Polo Petroquímico de Camaçari reunindo empresas representativas do complexo químico, sustentadas no modelo tripartite, ou seja implementadas a partir dos investimentos de capitais do Estado, do setor privado nacional e do setor privado estrangeiro (Druck, 1999). A instalação do Pólo, no início da década de 70 vai marcar profundamente toda a estrutura sócio-econômica-cultural do Estado e da RMS, representando um sonho de emprego e melhoria de vida para centenas de trabalhadores que se qualificavam em busca de um padrão de vida elevado.

A criação do Complexo Petroquímico de Camaçari integra a Bahia e a região nordeste numa nova divisão social do trabalho e evidentemente as diversas transformações ocorridas, aparentemente somente no âmbito econômico, trazem consigo mudanças sociopolíticas radicais. Segundo Oliveira (1987), verifica-se na Bahia um intenso e rápido processo de urbanização e uma mudança significativa na estrutura de emprego. O autor mostra que em 1940, 23,6% da PEA, na Bahia era rural, passando para 5,7% em 1970. Neste mesmo período o setor passa de 16,5% para 26,1%.

No entanto para Oliveira (1987), mesmo que toda esta onda de industrialização tenha marcado profundamente a estrutura social e econômica da região, todas as transformações ocorridas se deram de maneira desorganizada, num contexto de desenvolvimento econômico excludente e que não dava as mesmas chances de melhoria de vida para os cidadãos. Assim, enquanto a industrialização do estado proporciona o desenvolvimento de fábricas que utilizam tecnologia de ponta e que empregam trabalhadores altamente qualificados (muitos de outros estados), com chance de melhorar substancialmente sua qualidade de vida, do outro lado da moeda sobrevivem um número gigantesco de trabalhadores que não são absorvidos pela indústria e pelo setor formal urbano, ficando entregues à própria sorte, tendo que se lançar no mundo da informalidade, realizando as mais diversas atividades, vendendo todo tipo de coisas, prestando os mais variados serviços para garantir sua sobrevivência. Segundo pesquisa realizada em 1971, (Singer apud Druck, 2000), dois terços da força de trabalho da economia urbana de Salvador eram empregadas em "funções e ocupações não diretamente ligadas ao setor capitalista da economia."

Carvalho também constata que na Região nordeste *"... a incorporação de atividades de porte capitalista e mais moderno, com avanço do assalariamento e a expansão e consolidação de um proletariado urbano, vem coexistindo com a persistência e reprodução de atividades organizadas de forma não capitalista, representadas principalmente pelos trabalhadores autônomos e pelos diversos segmentos da pequena produção"* (1986, p.15).

Ainda neste sentido Druck (1999, p.171) afirma que: "O que é importante problematizar nestas considerações é que o industrialismo, compreendido enquanto uma forma de trabalhar que determina uma forma de viver, não se estabelece de forma completa na Bahia." Acrescenta ainda que:

"A trajetória histórica da região lhe conferiu uma singularidade. A industrialização, embora tenha acelerado e contribuído, decisivamente, para definir um novo padrão de racionalidade na atividade produtiva, fê-lo numa dimensão ainda marcada por traços muito fortes de uma

sociedade 'desorganizada'. Nesta, o trabalho deixou de ser obrigatório e compulsório, mas ainda não é totalmente considerado gratificante e livre, mesmo porque este novo tipo de trabalho - assalariado - é ofertado para uma pequena parcela da sociedade." (Druck, 1999; p.171)

O processo de industrialização na Bahia cria, portanto, um mercado de trabalho estruturalmente fragmentado, diferenciado, hierarquizado, com baixíssimos níveis de remuneração onde se pode observar a combinação de formas mais modernas de exploração do trabalho assalariado com a existência de práticas de trocas mercantis. Mas um ponto Druck (1999) faz questão de ressaltar: o que passa a prevalecer com toda a onda de industrialização na Bahia é a lógica da venda da principal mercadoria: a força de trabalho.

Por isso que pode-se dizer que na década de 80, consolida-se na Bahia e na RMS um padrão fordista de trabalho (Druck, 1999). A criação do Polo Petroquímico de Camaçari leva a uma criação de um novo padrão de gestão do trabalho, levando à formação de um contingente de trabalhadores assalariados que amplia o número daqueles já existentes desde a chegada da Petrobrás na Bahia, cujos modos de trabalho e de vida, suas formas de ser e agir no mundo, seu habitus, portanto, podem ser definidos como tipicamente fordistas. O Pólo surge e se desenvolve como um sonho para uma parcela, mesmo que restrita, da população que se preparava para entrar numa empresa moderna, ter acesso a um emprego estável e valorizado socialmente, ingressando num novo padrão de vida garantido por um bom salário e prestígio social.(idem)

Pode-se, portanto, afirmar que todo este processo de industrialização na Bahia insere a RMS nos moldes de uma sociedade salarial, nos moldes de uma sociedade dirigida por um modo de produção fordista. Este modo de produção se desenvolve como padrão de sociedade se inserindo nos mais diversos setores da economia na RMS. Claro que devem ser guardadas as devidas precauções neste tipo de afirmação, já que se está falando de uma hegemonização do fordismo numa economia periférica, o Brasil, e de uma periferia da periferia, a Bahia. Com isso deve-se entender que o fordismo que se desenvolve no Brasil e na Bahia é singularmente diferente dos tipos que se desenvolvem nos países centrais.

No início da década de 90, com a crise do fordismo e a implementação do processo de reestruturação produtiva neste "parque industrial" do estado, esta situação se altera profundamente desencadeando uma repercussão negativa sobre a economia e a sociedade da capital baiana. Segundo Druck (2000): *"os principais indicadores demonstram que : i) ocorre acentuada redução dos ocupados com vínculos empregatícios estabilizados na indústria e nos serviços, neste último é onde se encontra a maioria das 'terceiras' e o aumento dos assalariados 'sem carteira' e do trabalho 'por conta própria', formas de inserção bastante recorrentes no segmento do mercado dominado pelas 'terceiras' (contratos de prestação de serviços, contatos de 'experiência' não formalizados etc.)... ii) um aumento muito rápido no desemprego."*

Se o período compreendido entre as décadas de 50 e 80 podem ser considerados como um período de surgimento de consolidação de uma sociedade salarial na Bahia, a partir dos anos noventa pode-se dizer que, com a globalização, a aplicação das políticas neoliberais e a implementação do processo de reestruturação produtiva no país, a Bahia se insere no mundo da acumulação flexível, voltando a sentir o gosto de um mau do qual nunca conseguiu se livrar ou superar, a precarização das condições de trabalho e consequentemente da vida daqueles "que vivem do e no trabalho".

São vários os estudos que visaram dar conta das transformações do mercado de trabalho na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador a partir da década de noventa, alguns destes trabalhos serão revisados a partir de então para uma melhor compreensão dos impactos dos avanços das políticas neoliberais e da implementação de um modelo de acumulação flexível para a estrutura sócio-econômica da região.

O primeiro trabalho a ser analisado é uma publicação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), chamada *Panorama Social da Bahia nos anos 1990*, que, como o nome revela apresenta um conjunto de artigos que fazem um diagnóstico da estrutura sócio-econômica da Bahia na década de noventa. As análises publicadas nesta revista fazem uso das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), levando em conta o início da década de 90, o ano de 1992, e o seu final, o ano de 1999.

Em artigo publicado nesta revista, Suerdieck (2003) faz uma caracterização da oferta de mão-de-obra na Bahia nos anos noventa bem como uma análise das tendências desta oferta durante este período. A autora mostra que em 1992 a População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA) na Bahia eram estimadas em 9.121.000 e 5.583.000 pessoas, respectivamente. Em 1999 este quadro se altera e pode-se observar um crescimento da população da PIA, que passa a ser estimada em 10.425.000, e também da PEA que passa a ser estimada em 6.412.000 pessoas.

A autora continua suas análises afirmando que, em termos absolutos, verifica-se um crescimento do número de ocupados na Bahia, passando de 5,1 milhões em 1992 para 5,8 milhões de pessoas em 1999. No entanto, se observa-se a proporção desses ocupados na PEA, este número mostra um decréscimo de 92,5% em 1992 para 90,9% em 1999, refletindo uma elevação do desemprego.

O grande aumento verificado na PEA, portanto, se dá predominantemente pela elevação dos números de desempregados e não por um aumento no número de ocupados. Durante a década de 80 a média das taxas de desemprego aberto foi de 4%, saltando consideravelmente para 9,1% na década de 90. (Suerdieck, 2003)

Suerdieck (2003) conclui que de um modo geral os números do PNAD revelam, com base nos indicativos analisados, que o mercado de trabalho baiano durante a década de 90 revelou quatro tendências mais marcantes: “uma escolarização progressiva dos trabalhadores, o aumento da participação feminina na PEA, a elevação e disseminação do desemprego e o retardamento da inserção no mercado de trabalho.”

A autora faz questão de frisar que apesar do aumento da escolarização, este fator não é suficiente para garantir uma inserção ou permanência no mercado do trabalho, já que o desemprego também tem aumentado entre os mais escolarizados. Afirma, ainda, que apesar do registro do aumento dos números dos grupos com maior escolaridade, 51% da oferta de mão-de-obra na Bahia ainda era constituída pelo grupo de pessoas com até três anos de estudo.

Em um outro artigo publicado nesta mesma revista da SEI, Santana faz uma análise centrada apenas na parcela ocupada da População Economicamente Ativa. O autor aponta que em 1992 o setor secundário era responsável por 12,8% da absorção de mão de obra na Bahia enquanto o setor terciário absorvia 39,7% da mão de obra no estado. Em 1999 o setor terciário passa a absorver 42,8% da mão de obra contra 13,1 do secundário o que evidencia a tendência de uma ampliação crescente do setor de serviços na década de noventa.

O autor observa que durante a década de noventa ocorre um processo de transferência de mão de obra do setor industrial para o setor de serviços, principalmente devido ao intenso processo de terceirização das atividades do setor secundário além dos da privatização em alguns segmentos específicos como energia, água e saneamento e da introdução de novas tecnologias ou mudanças organizacionais o que, em geral, tende a provocar reduções nos postos de trabalhos (Santana, 2003).

Santana acrescenta ainda que o mercado de trabalho na Bahia, durante os anos noventa, no que diz respeito às formas de inserção da população ocupada, reproduziu uma tendência também verificada a nível nacional, de redução dos postos de trabalho regidos pelo regime de assalariamento e de aumento da informalidade.

Os dados da SEI analisados por Santana revelam que em 1992 entre os trabalhadores empregados na Bahia, 43,4% tinham carteira de trabalho assinada e 50,8% declaravam que não possuíam nenhum vínculo formal no trabalho. Já em 1999 o número de trabalhadores com carteira assinada cai para 38,5% no estado e o de empregados sem qualquer vínculo sobe para 52,9%.

Em se tratando da Região Metropolitana de Salvador, Borges e Franco (1999) fazem uma análise dos resultados da Pesquisa Informal Urbana realizada pelo IBGE, em 1997. Trata-se de uma pesquisa domiciliar que busca identificar os proprietários de negócios informais. Borges e Franco demonstram que foram classificados como informais 99,5% das empresas com menos de 5 empregados na RMS. Dessas empresas 89,6% eram de trabalhadores por conta própria e os restantes eram empregados. Das atividades informais, entre as mais importantes, verifica-se que 25,8% eram de comércio e serviços,

21% de Serviços de Reparação, Pessoais e Domiciliares e de Diversões, 17,5% eram indústrias de construção e 13,9% eram serviços de Alojamento e Alimentação.

Apesar das limitações metodológicas, Borges e Franco concluem que esta pesquisa fornece dados que permitem por abaixo alguns mitos sobre a informalidade. Dentre estes mitos, destaca-se o fato de que a informalidade vem sendo considerada pelo poder público em geral como uma alternativa frente ao desemprego estrutural provocada pela reestruturação produtiva. Esta pesquisa acaba mostrando que as atividades informais da RMS se caracterizam por rendimentos muito baixos, dificuldades como a falta de clientes, grande concorrência, lucro baixo e falta de capital para reinvestir. Assim as autoras concluem que estas atividades são marcadamente caracterizadas por uma situação de risco e precariedade.

Os dados mais recentes da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pela Faculdade de Economia da UFBA, juntamente com o DIEESE, a SEI, SEPLANTEC e SETRAS, mostram que a taxa de desemprego na RMS saiu de 21,6% em 1997 para 27,5% em 2001. Em julho de 2002, a taxa foi de 27,7%, sendo, neste mês, a mais alta do país.

Ainda segundo a PED os números mostram que em 1997: 8,4% dos ocupados estavam na indústria; 17,9% no comércio; 58% no setor de serviços; 3% na construção civil e 10,8 nos serviços domésticos. Os números para 2001 revelam que no setor industrial e no comércio o número de ocupados caiu para 8% e 16,6%, respectivamente. No entanto, em 2001 verifica-se um aumento do número de ocupados nos setores de serviços (59,7%) e da construção civil (4%) enquanto que nos serviços domésticos o número de ocupados ficou constante (10,8%) com relação a 1997.

Pode-se concluir que, depois do crescente processo de industrialização experimentado pela região a partir da década de 50 e consolidado na década de 70, o retrato do mercado de trabalho na década de oitenta, vai se caracterizar pela presença da informalidade, da precariedade nos vínculos empregatícios e pela baixa absorção da mão-de-obra pela indústria de transformação, sendo que, estes fenômenos estarão associados ao surgimento e consolidação de uma sociedade salarial, exemplificada, principalmente, pelo surgimento de um conjunto de trabalhadores com um nível de vida mais elevado, melhores

salários e coberturas sociais. Na década de 90 algumas características da década anterior, não só se reproduzem com se intensificam, chegando a lançar no risco e na precariedade até mesmo o conjunto de trabalhadores mais privilegiados pertencentes aos setores de ponta da economia baiana. Assim o retrato do mercado de trabalho na década de noventa é marcado por uma redução da demanda de mão-de-obra por parte das grandes empresas e dos setores de ponta da economia, pela perda de rendimento dos trabalhadores, pela precariedade dos postos de trabalho criados e pela precarização dos postos já existentes. Somado a tudo isso verifica-se um quadro de uma profunda crise estrutural de desemprego.

Assim, informalidade e desemprego passam a constituir o resultado mais penoso da reestruturação produtiva, gerando um profundo processo de precarização das condições de vida dos trabalhadores. São três processos que parecem funcionar harmoniosamente, se complementando e se abastecendo. A informalidade acaba absorvendo parte dos desempregados demitidos do setor formal via processos de enxugamento dos quadros; o setor formal, principalmente indústrias e serviços, mantém, cria e desenvolve as mais precárias formas de contratação, conseguindo, através da ilegalidade ou informalização ou flexibilização dos seus contratos, a garantia da contenção de custos e a formação de “exércitos de reservas”, condição tão desejada e necessária para a sua sobrevivência na competição do mercado e, ainda, como resultado, um contingente de homens e mulheres que não consegue sequer se inserir nas atividades informais, que também tem os seus limites.

CAPÍTULO 3- *DA ESTABILIDADE À PRECARIZAÇÃO*

No capítulo anterior foi feita uma revisão sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil e na Bahia. Foi demonstrado que, tanto no Brasil quanto na Bahia, verificou-se o desenvolvimento de uma sociedade salarial/fordista terceiromundista e, em seguida, a partir da globalização, da disseminação das políticas neoliberais e da implementação do processo de reestruturação produtiva, o desmantelamento desta forma de organização social para o estabelecimento do que se tem chamado de padrão de acumulação flexível.

Não se pode falar necessariamente que o capitalismo atravessa um momento de transição do fordismo para o modo de acumulação flexível, isto porque já se passaram pouco mais de 10 anos de crises e transformações e o que se vê é o estabelecimento de um modelo de acumulação capitalista, que vive e se reproduz das incertezas, inconstâncias e da instabilidade das estruturas e normas sociais. Também não se pode falar que o fordismo tenha sido determinantemente substituído ou superado já que o modelo de sociedade vigente, principalmente no que tange às relações de trabalho conservam práticas fordistas, como por exemplo o controle racional do tempo - mesmo que o tempo seja incerto - e a naturalização do capitalismo como a única forma de vida possível para os seres humanos, além é claro da missão infundável de subsunção do trabalho humano ao Capital.

Bem, o fato é que se pôde observar que nestes últimos dez anos ocorreu um conjunto de transformações estruturais, econômicas, sociais e políticas que condicionaram o surgimento de um novo modelo de organização da sociedade estabelecendo novos padrões de produção e reprodução do Capitalismo.

Autores como David Harvey (1989), no clássico *Condição pós-moderna*, afirmam que, juntamente com estas transformações estruturais, o momento histórico que desembocou com o processo de crise do fordismo é caracterizado também por um conjunto de práticas e estratégias subjetivas de resistência ao tipo de sociedade burocratizada, rotinizada e aprisionante criada pelo fordismo e seu Estado de muito pouco bem estar. Como exemplo destas práticas o autor aponta os movimentos de contracultura dos anos 60, o movimento *hippie* e os movimentos sociais das minorias excluídas que começaram a se fundir formando um movimento político-cultural de oposição ao sistema justamente no momento em que o fordismo parecia estar no seu apogeu..

Este capítulo será um esforço de compreender como determinada forma de organização das estruturas sociais ao serem produzidas e/ou interiorizadas contribuem para a formação e surgimento de um determinado tipo de homem. Como um determinado tipo de homem ao exteriorizar sua interioridade condiciona a reprodução e produção de determinadas estruturas objetivas, formando um tipo específico e singular de sociedade.

Num primeiro momento se tentará compreender e elucidar que formas de agir e pensar, quais os projetos de vida, a forma de lidar com o tempo, com o cotidiano, as probabilidades de ação de um homem produzido e produtor de um modo de acumulação e de vida fordista. Em um segundo momento, diante das diversas transformações que levaram à crise do fordismo e ao estabelecimento do novo modelo de acumulação flexível, se tentará compreender e elucidar o novo homem que se forma sob esta nova lógica, como provavelmente agem, o que desejam, como organizam e dão sentido às suas vidas.

Na verdade, o que será feito neste capítulo é o levantamento de algumas características, modos de ser e de agir e estruturas que permitam identificar elementos do habitus do trabalhador fordista e do trabalhador flexível.

Este estudo defenderá a hipótese de que o trabalhador que tinha um emprego formal e agora tenta garantir sua sobrevivência, produção e reprodução através da informalidade, atravessa estas duas condições; primeiramente como um trabalhador fordista e, depois, ao ser lançado na informalidade, como o mais precário dos trabalhadores flexíveis.

I - O TRABALHADOR FORDISTA:

a) O trabalho formal ou emprego, um outro nome para o trabalho fordista:

Primeiramente, uma coisa deve ser clarificada: se o que interessa neste estudo são os trabalhadores informais de rua de Salvador que tiveram como atividade anterior um trabalho formal, por que é necessário caracterizar e compreender o habitus do trabalhador fordista?

Bem, como já foi dito anteriormente, o critério utilizado para se definir se o trabalho anterior do entrevistado era formal foi o fato de que nesta atividade anterior o entrevistado tinha sua carteira de trabalho assinada. A carteira de trabalho assinada garante o estabelecimento de um contrato específico, com regras de troca mútuas específicas cujo o cumprimento é garantido pelo Estado. Estas regras implicam que o trabalhador se torna empregado de uma outra pessoa, uma empresa, uma instituição ou do capital, ou seja, vende sua força de trabalho e em troca recebe um pagamento pelo uso de seu trabalho (o salário), além de um conjunto de garantias e benefícios. O cumprimento deste contrato deve ser mediado e garantido pelo Estado.

Ora, esta forma assumida pelo trabalho, baseada em um contrato específico, mediado e garantido pelo poder público, se torna hegemônica em todas as partes do mundo e é conhecida, tanto na linguagem popular quanto acadêmica como emprego. O emprego é, na verdade uma forma específica de trabalho assalariado, uma forma específica de trabalho capitalista que se configurou historicamente com o modelo de produção Fordista.

Castel afirma que :

“... uma relação salarial comporta um modo de remuneração da força de trabalho, o salário - que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operário e de sua família -, uma forma da disciplina do

trabalho que regulamenta o ritmo da produção, e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, isto é, o contrato de trabalho e as disposições que o cercam.

Ter-se-á reconhecido que acabo de destacar essas características a partir dos critérios propostos pela escola da regulação para definir a relação salarial ‘fordista’” (Castel, 1998, p.414)

É no fordismo que o trabalho, assume a forma de emprego e, além de se tornar símbolo de inclusão e inserção social, se transforma também num dos mais requisitados objetos de estudo das Ciências Sociais.

Portanto, quando se fala em trabalho formal se está falando em emprego e, quando se fala em emprego, se está falando necessariamente de uma forma específica assumida pelo trabalho no capitalismo, que é o trabalho fordista. É claro que, quando se fala em trabalho fordista, se pensa logo no trabalho realizado dentro da fábrica, dentro da indústria, mas o fordismo vai além de um modo de gestão ou gerenciamento do trabalho na indústria, o fordismo passa a ser um modo de vida que se alastra pelas diversas instâncias da realidade social e, por isso, se alastra também pelas diversas formas de trabalho nos diversos setores da economia, seja na indústria, no comércio, na agricultura, na prestação de serviços etc. O contrato de trabalho fordista se torna hegemônico e o emprego, o trabalho com carteira assinada, o trabalho formal são os vários nomes dados para esta forma específica assumida pelo trabalho no capitalismo.

Os trabalhadores objetos de estudo deste trabalho exerceram sua atividade anterior na indústria, no comércio ou no setor de serviços, a sua relação de trabalho anterior é necessariamente uma situação de emprego, algumas mais precárias, outras menos, mas devem ser entendidas como uma relação de trabalho fordista, já que implicam em um recebimento de um salário e em um contrato que assegura o recebimento de direitos sociais e trabalhistas. Assim, estes trabalhadores, de uma forma ou de outra, cada um com sua especificidade, enquanto empregados, têm um modo de ser, de agir, têm uma postura diante da vida mediada por estruturas objetivas características de um modo de vida que se estabelece em sociedades marcadas pela hegemonia do contrato fordista.

b) O fordismo: um modo de vida.

O que será descrito aqui como um “habitus fordista”⁷, diz respeito à características gerais do fordismo. Deve-se levar em conta que o fordismo apresenta suas variações e especificidades locais, tanto no que diz respeito aos países de primeiro mundo quanto nos países periféricos. No entanto, quando se fala em modo de vida fordista, ou melhor, em um habitus fordista, se fala principalmente em probabilidades, em uma propensão, uma inclinação, uma probabilidade do trabalhador ser e agir de uma determinada forma numa dada situação. Então, independente de se estar tratando de um fordismo periférico, o que importa é apreender, as características gerais de um padrão geral de comportamento definidor daquilo que se chama de trabalhador fordista. O que se tentará fazer é identificar algumas das características e condições para que se identifique o *modus operandi*, um jeito de ser, de agir e de pensar de um trabalhador fordista seja ele uma pessoa nascida nos Estados Unidos, um europeu ou um brasileiro.

Para se entender o fordismo faz-se necessário, antes de tudo, identificar as bases de seu surgimento no seu antecessor, o taylorismo. O taylorismo e o fordismo podem ser vistos como, fenômenos complementares. Ambos inauguraram uma nova cultura do trabalho, que teve como ponto de partida a fábrica, mas que, posteriormente se alastrou por outras instâncias da vida fundando um novo modelo de sociedade.

O taylorismo, também chamado de “administração científica do trabalho” surge como uma nova cultura do trabalho no final do século XIX e início do século XX, nos Estados Unidos, período em que se consolida um padrão específico de acumulação capitalista baseado no “industrialismo e na atuação monopolista dos capitais”, período em que a crença no conhecimento científico passa a ser a mola condutora e salvadora da história (Druck, 1999).

⁷ Para uma melhor compreensão do uso da categoria habitus - desenvolvida por Pierre Bourdieu - dentro do debate da Sociologia do Trabalho recomenda-se a leitura do estudo sobre a reestruturação produtiva no Banco do Brasil, de Selma Cristina de Jesus, intitulado *A crise do habitus fordista: um estudo do processo de reestruturação do Banco do Brasil* (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - UFBA).

Alguns estudiosos entendem o taylorismo como um tipo de mecanização sem a introdução da maquinaria, ou seja, trata-se de uma forma de gerenciar cientificamente o processo de produção proporcionando uma clara e eficiente divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual cujo fim se reduz essencialmente no objetivo de subordinar, ou, nos termos de Marx, “subsumir o trabalho ao capital”, através da expropriação do conhecimento dos trabalhadores.

Em termos práticos a proposta do taylorismo consiste em um aumento radical da produtividade do trabalho “através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas do trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento” (Harvey, 1989), sendo que, isto se refere ainda restritamente ao interior da fábrica. Assim, no intuito de garantir maior eficiência e produtividade, o taylorismo planta bases mais sólidas que possibilitam um maior controle do trabalho, impondo uma divisão e organização que implicassem numa subordinação do trabalhador ao Capital (Druck, 1999).

Mas é claro que este processo não se dá de forma natural e pacífica, ao contrário, o que a história mostra é que houve muita resistência por parte dos trabalhadores em aceitar a gerência científica do trabalho. A nova gestão de trabalho implicava um rompimento com velhos hábitos, com velhos comportamentos e a aceitação deste novo padrão de comportamento exigia o surgimento de um novo homem, de uma nova sociedade, de uma nova forma de vida. Conforme salienta Druck (idem), não bastava mudar burocraticamente a gestão do trabalho, para que este sistema funcionasse, era preciso que muitas práticas sociais e culturais fossem redefinidas. Neste sentido que o fordismo passa a aparecer como um fenômeno central para compreensão do tipo de sociedade que se constitui no mundo ocidental no século XX.

A bibliografia corrente sobre o tema aponta que os princípios do taylorismo costumavam se basear em conteúdos autoritários e pautados muito mais no uso da força. Conforme aponta Gramsci, é muito mais fácil manter o controle sobre uma pessoa, um grupo ou um sociedade através da persuasão e do convencimento, do que pelo uso de práticas autoritárias ou pelo uso da coerção. Um rei pode manter um povo sob seu domínio através da força das armas, mas este domínio se torna legítimo e hegemônico se cada

cidadão pertencente a este povo é convencido de que se deve deixar dominar. Portanto, é sob esta ótica que se pode e deve compreender o fordismo e diferenciá-lo do taylorismo.

Segundo Harvey o marco inicial do fordismo deve ser o ano de 1914, quando Henry Ford estabelece o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem de carros em sua fábrica em Michigan. É somente quando os salários passam a se tornar um instrumento de barganha atrativo é que se pode vislumbrar uma aceitação da “gerência científica” por parte dos trabalhadores. Assim, se funda um modelo de gestão de trabalho baseado em pactos de concessões e trocas, fundamentados numa relação de poder não tão clara, o conflito capital x trabalho. Nasce, com o fordismo um modelo de sociedade onde, em troca de um salário e em troca de uma série de benefícios sociais, o trabalhador “precisa ceder a sua iniciativa, a sua vontade, o seu saber”, precisa ceder sua essência, seu trabalho, o controle sobre seu trabalho e sobre sua vida (Druck, 1999).

O fordismo, portanto, deve ser entendido com um processo de afirmação e consolidação da hegemonia do modo de produção capitalista, baseado mais no convencimento do que na coerção, mais na persuasão que no autoritarismo. Os trabalhadores não devem ser forçados ou domesticados através da coerção ou da força, devem, antes de tudo, ser convencidos, educados, persuadidos para que possam dar seu consentimento a este novo modelo de gestão do trabalho. Para que isto ocorra, Gramsci acredita que a organização fordista do processo de trabalho deve **transcender o chão da fábrica**, “constituindo um modo de vida marcado pela racionalidade através da capacidade de comando do capital, da imposição de sua disciplina sobre o trabalho e sobre os trabalhadores” (Gramsci, 1984). O autor italiano aponta ainda que o fordismo consistiu no “maior esforço coletivo realizado até agora, para criar, com rapidez incrível e com uma consciência jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem” (1984, 396), com isso, ele deixa claro que o desenvolvimento de novos métodos de trabalho estão indissolúvelmente ligados ao desenvolvimento de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida.

O fordismo, em termos práticos, consiste numa combinação do uso da tecnologia, fundamentada na linha de montagem, indissolivelmente ligada à gerência racional do tempo de produção, com formas atrativas de compensações e trocas com os trabalhadores, como, por exemplo, os salários mais altos do que a média e os diversos benefícios sociais. Este modelo, aparentemente harmônico, esconde nesta aparência de relações de troca uma relação de poder, que é a busca incessante, pelo capital, do domínio completo da sociedade, que antes deve começar com o controle do trabalho e do trabalhador (Druck, 1999).

O fordismo se desenvolve então como um modelo de sociedade, um fenômeno que sintetiza a essência de um momento histórico, marcado profundamente por revoluções tecnológicas, por um novo padrão de industrialização, pela produção e consumo em massa e pela integração dos trabalhadores neste sistema de consumo, em troca da cessão de sua atividade essencial em prol da acumulação do capital.

Um outro ponto marcante a ser destacado para se compreender como o fordismo se estabelece como um modelo de sociedade, é o fato de que, o mundo acabara de atravessar dois momentos cruciais na história, primeiro a Revolução Russa e depois a Segunda Guerra Mundial. Estes dois episódios proporcionaram o contexto histórico ideal para a consolidação do fordismo. A vitória comunista na Rússia e na Europa do Leste abria perspectivas e possibilidades alternativas de vida para as pessoas e a classe trabalhadora no mundo inteiro. O mundo Capitalista precisava apresentar à sua comunidade uma forma de organização social que pudesse garantir um determinado padrão de qualidade de vida baseado numa política de pleno emprego e ampliação de benefícios sociais - até para os excluídos dos muros das fábricas - garantidas pela atuação e intervenção do Estado.

Assim, num cenário internacional de disputa política entre o capitalismo e o socialismo surge o Estado fordista-keynesiano, como forma de enfrentar a intensificação das lutas operárias e de consolidar o controle do capital sobre os trabalhadores, suas vidas e sobre toda a sociedade. Surge, no mundo capitalista, o que se costuma chamar de o “pacto social fordista”, um modelo de sociedade, a sociedade do salário ou sociedade salarial, como denomina Castel, com um novo tipo de homem, com uma ética e modos de ser próprios.

Castel, em um capítulo do seu clássico *As metamorfoses da questão social*, evidencia as condições históricas, as estruturas que tornaram possível o surgimento e estabelecimento da sociedade salarial. O autor entende que para o estabelecimento e consolidação da relação salarial fordista foi necessária a reunião de cinco condições básicas.

Estas cinco condições serão apresentadas para permitir uma melhor compreensão das transformações objetivas e subjetivas, estruturais e simbólicas que levaram à constituição do homem fordista, que vai além do trabalhador fordista.

A primeira condição apontada por Castel é que tinha que haver uma nítida separação entre os trabalhadores que trabalhassem efetiva e regulamente e o inativos, ou semi-ativos que deviam ser excluídos do mercado ou protegidos pelo estado através de regulamentações legais. Para o autor a definição moderna da condição de assalariado exige uma definição precisa daquilo que se chama de população ativa, ou seja identificar aqueles que estão ocupados e aqueles que não estão. Mas porque isto se torna necessário? Bem, é muito simples; localizar e contabilizar os trabalhadores é um passo importante para uma maior regulação do mercado de trabalho e controle de seus fluxos e um controle do mercado de trabalho é um passo mais importante para romper os obstáculos a uma maior racionalização do trabalho. O capital precisa do controle dos seus ativos e do seu exército de reserva disponível. Do ponto de vista mais subjetivo, é preciso converter cada homem e cada mulher em operário do capital identificando-os e conformando-os a uma conduta mais regular, convencendo-os de que seu lugar é o emprego, é a fábrica é a venda de sua força de trabalho para outrém. Assim o controle de quem é ou está empregado é fundamental para o desenvolvimento de um modo de produção baseado no salário, é preciso ter bem claro quem é funcionário/empregado do capital e que é o excluído da relação salarial e que deve ser absorvido pelos programas de assistência da sociedade.

A segunda condição foi a “fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e racionalização do processo de trabalho no quadro de uma gestão do tempo exata, recortada, regulamentada”. Não basta contabilizar e identificar o trabalhador ativo para convencê-lo a ser empregado do capital, a vender sua força de trabalho para viver dentro

da fábrica. O próprio processo de trabalho deveria conter em si só elementos de convencimento, coerção e de retenção do trabalhador em sua atividade. O trabalhador deve ser fixado então, em um posto de trabalho diante da máquina, preso a um processo de trabalho específico. A máquina impõe uma subordinação do trabalhador aos processos de trabalho, mais objetiva e ao mesmo tempo, mais subjetiva também. Com a máquina não se discute, não se protela, simplesmente se segue o ritmo de trabalho imposto por ela.

Com a organização científica do trabalho e a fixação do trabalhador ao um local de trabalho para ser submetido a esta organização o trabalhador não se submete necessariamente por uma coerção externa, mas por um conjunto de operações técnicas, cronometradas, com durações rigorosamente definidas que subordinam o trabalhador de uma maneira prática e objetiva, eliminando o fazer cega e qualquer margem de liberdade que o trabalhador pudesse ter. Este processo de trabalho, com tarefas parceladas, tornadas simples e repetitivas destitui o trabalhador do seu saber, desqualifica-o e o aprisiona. O trabalhador é, portanto, alienado do seu saber o saber de sua atividade essencial o seu trabalho, devido uma diferenciação bem clara entre concepção e realização da atividade, o trabalho intelectual, o pensar, pertence à gerência e o executar pertence ao operário.

Castel evidencia que a homogeneização científica das condições de trabalho acabou criando um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma consciência e identidade entre trabalhadores unidos sob uma mesma classe submetida as penosas formas de organização do trabalho. O autor afirma categoricamente que “foi sem dúvida a racionalização científica da produção que contribuiu de modo mais decisivo para a homogeneização da classe operária” (1998, p.427). A formação de um conjunto de trabalhadores unidos por uma identidade de classes é um ponto determinante para a compreensão do tipo de homem e de sociedade que se forma no ocidente capitalista.

Bem, mas este sistema, como já foi dito anteriormente, não se estabeleceria somente através da coerção. Fundar uma nova sociedade necessitaria de um acordo entre os dirigentes desta sociedade e a grande população de trabalhadores que não ficaria por muito tempo servindo de carne de canhão do desenvolvimento de capitalismo, ainda mais que passavam a ter a alternativa socialista como opção. Houve muita resistência e mobilização operária contra o taylorismo. O trabalhador queria ser incluído no sistema e

ter direito a alguma fatia do bolo das riquezas do capitalismo produzidas por eles mesmos. A resistência operária mostrava que algumas outras condições ainda se faziam necessárias para o surgimento da sociedade salarial e o seu homem fordista

A terceira condição que o autor destaca relaciona-se com a necessidade de estabelecimento de um pacto social que pudesse garantir a inclusão dos trabalhadores na divisão mesmo que desigual das fatias do bolo das riquezas produzidas no novo modelo de produção. *Esta terceira condição é o acesso do trabalhador a novas formas de consumos, através do salário, o que faz do trabalhador um produtor e reproduzidor (usuário, consumidor) da produção em massa.*

É Henry Ford quem primeiro sistematiza a relação entre produção em massa e consumo de massa e cria a possibilidade do operário moderno ter acesso ao estatuto de consumidor dos produtos do capitalismo produzidos pelos próprios trabalhadores. Antes disso, o trabalhador era concebido somente como um produtor máximo e um consumidor mínimo. Conforme afirma Marx o único consumo legítimo ao trabalhador era reduzido ao necessário para reproduzir sua força de trabalho e manter sua família num nível de mediocridade.

As transformações iniciadas com Ford revelam uma relação entre o aumento do salário, o aumento da produção e o aumento do consumo que vai além de uma simples motivação em consumir por parte dos empregados só porque têm um salário mais alto. O que se constrói é uma política de pagamentos de salários que insere os trabalhadores numa nova forma de existência: o trabalhador deixa de ser unicamente produtor para ser consumidor.

O trabalhador deixa de viver numa zona de vulnerabilidade característica dos primórdios do Capitalismo onde os homens estavam condenados a viver cada dia com o que ganhavam no dia, satisfazendo suas necessidades uma de cada vez (Castel, 1989). O trabalhador se insere numa espécie de falsa liberdade onde pode controlar e administrar o seu tempo através de um salário que equivalia a uma jornada mensal de trabalho, através do consumo de bens duráveis, através do planejamento de sua vida que passa a se resumir em um desejo de bem estar representado por um bom liquidificador, um bom

eletrodoméstico, um bom carro ou uma boa moradia. O trabalhador, através do consumo, passa a ter acesso a um novo mundo que lhe confere um novo modo de existência. Surge também, desta maneira, um novo tipo de trabalhador e conseqüentemente um novo tipo de homem. O trabalho, para uma parcela considerável de trabalhadores, deixa de ser o retrato de miséria e insegurança dos primórdios do Capitalismo e a classe que vive do trabalho passa a ganhar um status especial na sociedade capitalista, status conquistado com luta social e mantido pela necessidade de garantir poder de consumo aos trabalhadores, para desta forma, continuarem alimentando o “círculo virtuoso” do fordismo.

A quarta condição é o acesso pelos trabalhadores à propriedade social e aos serviços públicos. O trabalhador passa a participar também da distribuição de um estoque de bens comuns, não necessariamente comerciáveis e que estavam disponíveis na sociedade. Desenvolve-se inicialmente uma rede mínima de seguridades ligadas ao trabalho, mas em seguida estes bens se ampliam e a classe trabalhadora passa a ter acesso a bens coletivos como higiene, educação, saúde, seguro desemprego, aposentadorias e tantos outros benefícios sociais.

Por fim, a quinta e última condição que Castel aponta é a criação de um direito do trabalho que reconhece o trabalhador como membro de uma totalidade, de um coletivo dotado de um reconhecimento e um estatuto social que vai além da concepção individual do contrato individual de trabalho. O trabalhador faz parte de um corpo coletivo passa a possuir uma dimensão coletiva maior que a individual. O direito, e com isso se quer dizer o Estado passa a reconhecer juridicamente que o contrato de trabalho, mesmo sendo entre um homem individual e o empregador, implica em negociações e interlocuções coletivas. Os direitos e deveres dos trabalhadores passam a ser definidos através de uma convenção coletiva, a relação liberal, face a face, entre patrão e empregado deixa de ser uma relação entre indivíduos para ser uma relação entre classes. Assim, um operário admitido a título individual por uma empresa, se beneficia das disposições acordadas e previstas na convenção coletiva.

A união destas cinco características são, para Castel o alicerce da fundação e desenvolvimento de um modelo de sociedade criadora e criada pelo homem fordista., na qual o trabalhador se insere através do que o autor denomina de *integração na*

subordinação. O trabalhador é repatriado ou somente patriado à sociedade depois de uma história de quase exclusão nos primórdios do capital. Os fatores que proporcionaram este pertencimento podem ser identificados como o acesso a seguros sociais, direitos do trabalho, a um salário, ganhos salariais, acesso ao consumo de massa, participação na distribuição da propriedade pública e possibilidade de desfrutar de boas condições de moradia, transporte, saúde e lazer. O trabalhador passa a ser alguém, vira cidadão, homem, ator social e classe social com lugar privilegiado no sistema, porque ocupa dois papéis centrais na lógica capitalista, o primeiro e mais importante, o de produtor e depois, o de consumidor dos produtos de seu trabalho.

Na sociedade de classes, como dizia Weber, o homem passa ser definido mais por um ter do que por um ser. A sociedade salarial é um grande exemplo desta nova ética a qual se refere Weber. O trabalhador ganha um lugar na sociedade, passa a ser considerado incluído, porque se insere numa esfera de consumo, de posses, de obtenção de bens materiais, que se cristalizam em estruturas simbólicas indispensáveis à Cidadania. Na sociedade capitalista, tudo é passível de se tornar uma mercadoria, pronta para ser vendida e consumida, inserido na sociedade de consumo através de seu salário, o trabalhador passa a comprar seus espaços, sua cidadania, seu status e sua identidade.

Ora, é claro que a discussão não é tão simples assim, a formação da sociedade salarial se dá sob uma relação de poder bem definida, a relação capital x trabalho. O trabalhador fordista passa a existir também através da luta de classes, da identidade operária. A identidade, a inclusão, a construção da nova sociedade e de um novo homem se deu debaixo de lutas e conflitos entre duas classes com interesses opostos, portanto o trabalhador passa a ser o que é, não somente porque comprou com seu salário os espaços e os bens para garantir um lugar na sociedade, mas também e principalmente, conquistou estes espaços, através de uma luta que foi capaz de colocar a classe trabalhadora em condições de existência e reprodução quase satisfatórias, uma condição de bem estar garantida por um pacto social firmado pelo Estado.

O fato é que neste conflito entre o ser e o ter, nasce um tipo de trabalhador e de homem, com formas de agir e pensar próprias de sua condição de existência, formas de agir e pensar que representam uma ética e um modelo de humanidade singular na história e

que garantem a estes atores sociais uma posição, um lugar específico na sociedade, característico de uma relação própria com o tempo, com seus projetos e desejos e possibilidades de realizações.

Para se entender melhor a formação do habitus do trabalhador fordista duas categorias básicas serão usadas como mediação: a primeira, a relação com o tempo e o tipo de ética e caráter que se constitui a partir da mesma; a segunda, o significado social do salário.

A relação do trabalhador com o tempo está ligada à uma ética do trabalho específica formadora e formada por um tipo específico de racionalidade. O autor que melhor identificou esta ética do trabalho capitalista que se constituiu como uma racionalização da vida ocidental foi Max Weber. Em sua obra clássica *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, o sociólogo alemão demonstra como o protestantismo vai servir como um terreno fértil para o desenvolvimento da ética capitalista, onde o trabalho surge como elemento determinante na constituição das identidades dos atores sociais.

Weber analisa como o protestante do séc. XVII tentava provar seu valor a Deus disciplinando-se, negando uma recompensa presente em prol da crença futura da salvação no Reino dos Céus. O Protestante tinha que moldar sua história, sua personalidade e sua identidade de modo a somar um todo significativo digno diante de Deus. Mas apesar de moldar a sua história, este homem não era senhor do seu destino, já que, através do dogma da predestinação, Deus já havia escolhido aqueles que se sentariam ao seu lado no momento derradeiro. Restava apenas, ao protestante, trabalhar disciplinadamente, com o intuito de mostrar dignidade e bondade ao seu Deus, sem qualquer certeza de recompensa futura. Restava ao homem a crença de que, aquele que conseguia disciplinar o seu tempo através do trabalho, assim o fazia por já ser um escolhido, aquele que é capaz de organizar e disciplinar os seus dias e a sua vida só o faz por já ser um escolhido de Deus. Os resultados destas “crenças” levam conseqüentemente a um comportamento previsível; a prática de um trabalho árduo, disciplinado e implacavelmente organizado para todos - como prova do sinal da predestinação, da salvação divina - sem nenhuma certeza da recompensa futura. Portanto, em busca de uma gratificação incerta, o homem tinha que trabalhar durante toda sua vida, mostrando ser digno e valoroso, sempre adiando suas

satisfações e projetando-as para o futuro.

Através de Weber pode-se observar como esta ética cairá como uma luva para as necessidades do modo capitalista de produção e, portanto, como esta ética passará do protestante para o capitalista, originando um novo tipo de caráter e concepção de sujeito, a de um homem motivado e decidido a provar seu valor moral pelo trabalho. Assim, a idéia do trabalho como sinal de salvação diante de Deus fará surgir um homem disciplinado e enquadrado ao modo de trabalho exigido pelo Capital, um homem que derrama quanto for preciso do seu suor, dentro das fábricas para ser recompensado, mais tarde, com a revelação da sua salvação diante de Deus, no Reino dos Céus ou, no Reino dos Homens, com o recebimento do seu salário somente após o cumprimento do dever.

A compreensão da lógica desta ética para o trabalhador fordista pode ser descrita de maneira simples, neste modo de produção, o homem vende sua força de trabalho, antecipa ao capitalista a sua mercadoria quando faz uso desta força de trabalho dentro da fábrica e adia sua recompensa, o seu salário, e as satisfações que ela pode lhe trazer, já que só recebe seu pagamento depois do cumprimento do dever, depois de ter mostrado o seu valor.

A consolidação de um sistema capitalista e, conseqüentemente, do fordismo, necessita do estabelecimento de uma ética, um modo de ser conformado desta maneira, um tipo de homem que faz um uso altamente autodisciplinado do tempo, adia suas satisfações e as projeta sempre para o futuro.

E assim se constrói um tipo de sociedade inscrita numa racionalidade que rotiniza o tempo, burocratiza as relações com este tempo ao ponto de criar, como revela Richard Sennett (1999), um geração de trabalhadores cujo o tempo de vida era linear, que ano após ano trabalhavam no mesmo emprego onde faziam sempre o mesmo trabalho, ou mudavam pouco de emprego, recebiam sempre o seu salário no final do dever cumprido, conferiam suas poupanças, esperavam a aposentadoria e o seu descanso com toda uma cobertura de benefícios, tudo muito previsível. Em troca, estes trabalhadores vendiam suas vidas ao capital, em busca de uma satisfação que deveria vir com o pagamento do salário ou na futura aposentadoria, coisas já garantidas e previsíveis. O tempo é, portanto, rotinizado,

disciplinado, burocratizado e o homem que constrói esta realidade também se molda a ela adquirindo suas formas.

O fato de adiar a satisfação também tem uma influência forte do pensamento modernista de crença na ciência, na evolução e progresso advindos do saber humano, científico e racional. Uma crença pautada na idéia de que se o homem pode controlar a vida racionalmente, a humanidade fatalmente caminha para um progresso, um futuro, como crê o projeto social-democrata, onde as desigualdades seriam superadas.

Castel acredita que este *ethos*, esta forma de ser que faz com que este tipo de homem projete o futuro pode ser justificada e sentida no seu padrão e modos de consumo, seus investimentos em bens duráveis, nos sistemas de créditos, sua poupança, nas prestações, no salário que possibilitam um crescimento e aproximam o futuro, o fazem uma possibilidade e inscreve no destino destes homens o caminho para um progresso indefinido (Castel, 1989).

Surge desta relação com o tempo algo que só parece ser possível para o trabalhador fordista, a noção de carreira. Ter um trabalho, ser empregado, permanecer num mesmo emprego durante toda uma vida, receber uma gratificação por este trabalho, faz com que o trabalhador possa construir uma história própria, com um encadeamento lógico, perceptível. A permanência num emprego por um longo período de tempo, a realização de um mesmo trabalho, a previsibilidade disto tudo se inscreve material, física e psicologicamente na trajetória destes homens lhes possibilitando uma narrativa de vida linear (Sennett, 1999). A noção de carreira, projetada por um emprego fordista implicava para o trabalhador em definição de objetivos e compromissos de longo prazo, consolidação de padrões de comportamentos profissional e social e, conseqüentemente, um senso de responsabilidade por sua conduta. O trabalhador pode então dizer quem é, pelo que faz no presente, pelo seu trabalho, pode dizer o que será, porque seu trabalho lhe possibilita a constituição de uma identidade duradoura, uma carreira que o coloca em uma posição no mundo, com um papel definido na sociedade e permite uma certa previsibilidade de como será sua existência futura.

Desta forma, se compreende que esta projeção para o futuro está pautada em estruturas concretas e palpáveis do presente, a burocracia da jaula de ferro da qual falava Weber, além de um modo de ser bastante subjetivo que produz e reproduz estas estruturas, legitimando-as e tornando-as reais. Como afirma Sennett “o tempo parece ser o único recurso que aqueles que estão no fundo da sociedade têm de graça”, a sociedade fordista era pautada numa relação com um tempo palpável, previsível, passível de ser modelado, racionalizado e organizado, em cima do qual se podia construir histórias de vida planejadas, sempre projetadas para uma satisfação adiada para o futuro.

Além da relação com o tempo, a outra categoria escolhida para caracterizar o modo de ser do homem fordista é o salário ou a condição de assalariado. Em Marx há uma discussão bastante interessante sobre o significado do salário. Quando se fala em salário, se pensa logo no pagamento dado pelo capitalista ao trabalhador pela realização de seu trabalho. Na verdade, o salário é o pagamento por uma parte do trabalho realizado pelos trabalhadores.⁸

O que interessa aqui é o significado social e individual que o salário adquire no fordismo. Como já foi dito antes, no fordismo, o salário transforma o trabalhador em um consumidor, em alguém capaz de participar de alguma forma da distribuição dos produtos da sociedade capitalista. Com o seu salário, o empregado, o trabalhador fordista pode pagar as prestações de sua casa, do seu carro, pagar a escola dos filhos, contribuir para a previdência, garantir sua aposentadoria, comprar bens materiais etc., com salário o trabalhador pode ser também a partir do seu ter.

Associado à rotinização e previsibilidade do tempo o salário recebido ao fim do mês, sempre com o mesmo valor, às vezes com gratificação, as vezes com aumento, permitia ao trabalhador fordista regular, controlar e planejar seus gastos, seus planos, sua vida e construir projetos para si e para sua família. A condição de assalariado assegura um espécie de identidade que não é forjada somente no consumo, isso não seria suficiente, o valor material de ter um salário é ainda maior enquanto valor simbólico de ser assalariado, de ter uma emprego.

⁸ Para um melhor compreensão deste debate, ler O Capital de Karl Marx, livro 1, volume 1, principalmente

No fordismo, a maior parte dos membros da sociedade é composta de empregados, de assalariados, o que, segundo Castel (1989), aparece como um princípio único que, ao mesmo tempo, os reúne e os separa fundamentando, assim, uma espécie de *identidade social*. Na sociedade salarial existem margens definidoras de locais e papéis específicos e definidos, **ou se é assalariado, ou se está abaixo desta condição, ou a cima dela**. A condição de assalariado é mais do que um pagamento por um trabalho é a definição de uma relação de poder que define a distribuição dos indivíduos no espaço social, diferenciando-os e/ou identificando-os. O assalariado é julgado e se julga a partir de sua situação de empregado, ele é o que é, existe socialmente a partir do lugar que ocupa no espaço social.

O salário libertou o trabalhador da escravidão e o aprisionou ao capital. Mas mesmo subordinados ao capital, estes trabalhadores encontram um lugar na sociedade, estão incluídos no jogo do sistema. O salário é uma remuneração, mas é também o reconhecimento de que o trabalho e o trabalhador são socialmente úteis. O trabalhador tem através de sua condição de assalariado uma espécie de Cidadania legitimada pela sua participação reconhecida na construção da sociedade e na produção para esta sociedade. Ser assalariado é, segundo Castel (1989, p.581) “o ponto médio concreto sobre o qual se constroem direitos e deveres sociais, responsabilidades e reconhecimento, ao mesmo tempo que sujeições e coerções.”

Este é, portanto, o homem fordista, cuja identidade, a cidadania, as conquistas de sua vida, seus projetos, a relação com sua família são mediadas e condicionadas pelo seu trabalho, ou melhor, pelo seu emprego, seu salário e carreira que ele constrói ao longo de sua trajetória. É um tipo de homem que renuncia seu presente, vende disciplinadamente sua força de trabalho, renuncia e aliena momentos de sua vida para o capital em troca de diversos benefícios sociais, aposentadoria, acesso a planos de saúde, escola para os filhos, prestação da casa, um carro, um determinado padrão de consumo, o reconhecimento social, um lugar na produção da realidade, ou seja, um conjunto de coisas que este trabalhador deseja, legitima como essenciais e o fazem ser quem é. Com seu salário certo ao final do mês, sabe exatamente o que fazer, como poupar, em que gastar, em que investir, sabe

também que o terá, o salário, ao final do mês novamente, para continuar planejando sua vida e o seu futuro.

Com isso, acredita-se ter elencado algumas das características mais evidentes, capazes de identificar a maneira como o trabalhador fordista, o empregado, o clássico trabalhador formal, se relacionava com seu mundo, produzindo-o e reproduzindo-o e sendo produzido por ele. Deve-se agora, revelar o seu avesso, ou em linguagem junguiana, a sua sombra, aquele que sempre existiu, no capitalismo, desde os seus primórdios e mesmo em sua fase fordista, mas sempre foi escondido e disfarçado nas periferias da sociedade ou nas profundezas dos inconscientes, o trabalhador flexível.

II - O TRABALHADOR FLEXÍVEL:

Como diz Castel, o salário, o assalariado foi criado e, primeiramente, colocado à margem da sociedade, foi aos poucos invadindo os espaços sociais até que chegou ao topo e ao centro do mundo humano, espalhando a sua marca por toda a parte. Passou a ser a única definição possível para o trabalho, assumiu o papel de definidor de status e identidade social para homens e mulheres em detrimento de outras instâncias da realidade social. Quando, enfim, a sociedade experimenta índices de pleno emprego nos países do primeiro mundo quando o emprego se torna elemento central na vida dos homens, quando parece não ser mais possível viver sem um salário e seus benefícios, esta condição social desmorona e o emprego parece deixar de ser central para a continuidade do processo de acumulação do capital. O fordismo parece não ser mais interessante para o capitalismo e o homem fordista, se torna descartável e até mesmo inútil.

A crise do fordismo pode ser datada, segundo a maioria dos estudiosos, no período final dos anos 60. É a partir deste momento que passam a se manifestar os vários sintomas do esgotamento do fordismo enquanto modelo de gestão e organização do processo de trabalho e enquanto modelo de sociedade. Para Harvey (1989), esta crise pode ser resumida em uma palavra: **rigidez**. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo, de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa, havia rigidez nos mercados, no consumo, na organização do trabalho, no Estado de bem Estar,

nas relações pessoais, enfim, em todas as dimensões da vida do padrão de acumulação fordista.

No caso mais restrito da rigidez na gestão e organização do trabalho, havia uma resistência por parte dos trabalhadores, sustentada em um poder sindical extremamente forte que impediam qualquer possibilidade de flexibilização das relações de trabalho ou supressão de qualquer conquista já adquirida pelos trabalhadores. As manifestações e movimentos organizados pelos sindicatos passam a apontar para uma recusa de continuar contribuindo com a gestão taylorista-fordista, baseada em um tipo de trabalho parcializado, repetitivo, burocratizado, desqualificado e rotinizado. As lutas e resistências podiam ser expressas nos índices de absenteísmo, nos defeitos de fabricação e nas quebras de ritmo da produção (Druck, 1999).

Na verdade este conjunto de manifestações representavam bem mais que um protesto contra um modelo de organização do trabalho, tanto que, passam a não se limitar ao chão das fábricas ou outros locais de trabalho, mas se generalizam para os vários setores da sociedade. Assim, jovens e estudantes, na maioria das vezes, passam a se rebelar contra o *jeito americano* questionando sua rigidez e seus padrões racionais, autodisciplinados, que regulavam não só o trabalho, mas principalmente a vida. Vários movimentos se espalham em todo mundo reivindicando, através de uma espécie de indisciplina social, propostas de sociedades alternativas, livres do controle e da burocracia do fordismo (Harvey, 1989; Druck, 1989).

É por isso que para os autores da Escola de Regulação⁹, o fordismo começa a desmoronar por causa dos movimentos sociais, tanto dentro dos locais de trabalho, quanto nas ruas em todo o mundo. A crise do sistema possuía, também, um caráter estrutural na medida em que os movimentos sociais e as lutas de classe, representadas principalmente na recusa dos trabalhadores de se submeterem à gestão fordista, implicavam numa crise no regime de acumulação do sistema (Druck, 1989). Aos poucos, o pacto social fordista começava a ruir. A produtividade começava a despencar, a taxa de crescimento do lucro

⁹A Escola da Regulação Francesa desenvolve o debate que leva à uma leitura do fordismo não só como um modelo de gestão do trabalho, mas principalmente como um modelo de regulação da sociedade como todo, extrapolando os muros das fábricas.

baixava e os investimentos seguiam o mesmo curso. Como os investimentos eram menores, geravam menos emprego e reduziam-se os salários, comprimindo então os mercados e o consumo. O desemprego também disparava, mas o pacto fordista implicava em aumentos dos investimentos nos programas de auxílio social a estes desempregados. Como estes encargos sociais ficam bastante pesados, passam a ser financiados pelos impostos, onerando a parte mais ativa da economia, tanto no que se refere aos salários dos trabalhadores, quanto no que diz respeito aos lucros das empresas. Tudo isso provoca novamente uma queda nos lucros e nos investimentos agravando a crise do sistema. O único instrumento de resposta a esta crise que possuía um caráter mais flexível era a política monetária do Estado, que passava a imprimir o quanto de moeda fosse necessária para manter este sistema funcionando, o que provocou uma onda inflacionaria que poria um fim no período de expansão do pós-guerra (Harvey, 1989).

Somou-se a tudo isso os efeitos da decisão da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) de aumentar os preços do petróleo e a decisão árabe de suspender a importação do ouro negro para os países do Ocidente durante a Guerra árabe-israelense de 1973. Isto provocou uma crise energética que se associa à crise financeira já existente, ampliando a crise mais geral do sistema. A profunda recessão desencadeada pela onda inflacionaria do início da década de 70, juntamente com o choque do petróleo puseram em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista.

O que fica evidente é que o fordismo deixa de servir como um modo de vida legítimo, tanto no que diz respeito às estruturas sociais, quanto às necessidades subjetivas dos sujeitos sociais. O fordismo e seu modo de vida não serviam mais, nem como instrumento de hegemonização do capital, nem como um jeito de ser legítimo desejado pelos homens. As décadas de 70 e 80 representam, portanto, um período marcado por diversas transformações estruturais e subjetivas, evidenciadas em uma profunda reestruturação econômica, social e política ocorrida neste período. Verifica-se a instalação do que se pode chamar de um período de transição, marcado por oscilações e incertezas e que inaugura uma série de novas experiências no espaço da organização do trabalho e da vida social como um todo.

Druck (1999, p.71) aponta três fatores estruturais como centrais para compreender este período de transição do fordismo para a formação do novo regime de acumulação: primeiro, o acontecer da Terceira Revolução Industrial; segundo, as mudanças nas políticas de gestão e organização do trabalho; e terceiro, uma flexibilização nos mercados de produtos.

O fordismo esgotara, portanto. Não interessava nem ao sistema nem aos homens. Era preciso legitimar um outro regime. O que os diversos autores colocam sobre o tema é que os movimentos sociais, principalmente os de trabalhadores se enfraqueceram com a crise e não conseguiram imprimir uma onda de transformações na sociedade que pudessem superar esta crise de forma favorável para si. Com isso, o pacto fordista que trouxera diversas conquistas para a classe que vive do trabalho, ao ser rompido, deixa morrer consigo estas conquistas e o que a história mostra é uma vitória do modelo de sociedade proposto pelo ideário neoliberal. A sonhada desrotinização e desburocratização das relações sociais parece ser um remédio um tanto amargo para a classe que vive do trabalho. Passa a nascer o modelo de acumulação flexível e com ele o trabalhador flexível e o homem flexível.

Como já foi mostrado anteriormente, Castel evidencia as condições históricas, as estruturas que tornaram possível o surgimento e estabelecimento da sociedade salarial e para tanto elenca cinco acontecimentos históricos. Bem, a transição da sociedade salarial para o modelo de acumulação flexível, pode ser entendida como um processo de desconstrução daqueles cinco pontos descritos por Castel. Assim, para uma melhor compreensão do significado destas transformações no trabalho e na vida, vale a pena fazer um pequeno exercício e inverter os acontecimentos descritos por Castel. Observa-se, então: um processo de desmantelamento do direito do trabalho juntamente com sua noção de convenção coletiva, passando cada trabalhador a ser tratado e identificado como uma individualidade, como uma empresa; uma maior concentração da renda e conseqüentemente a diminuição dos investimentos em bens públicos, reduzindo a distribuição destes bens para a maioria da sociedade; uma onda de recessão, desemprego e reduções salariais que acaba excluindo grande parcela da população da possibilidade de consumir grande parte do que é produzido; a expulsão do trabalhador dos pontos fixos de trabalho através das ondas de desemprego, subcontratação, terceirização e flexibilização

das jornadas e relações de trabalho; por fim e como consequência do que foi dito, verifica-se uma dificuldade de diferenciar e classificar os ocupados e os não ocupados no mercado de trabalho.

Estas características parecem, portanto, se tratar de um retrocesso histórico. Talvez com relação às conquistas sociais sim, mas em se tratando dos diversos avanços tecnológicos e da tendência do sistema capitalista de subordinar o homem à sua lógica, a história parece só ter caminhado para frente. O sistema flexível parece ter aperfeiçoado a capacidade fordista de colocar o controle da vida dos homens nas mãos do capital. Durante a vigência do fordismo, ainda havia a ameaça socialista sempre presente e que proporcionava um certo equilíbrio de forças entre os trabalhadores e o capital. O modelo de acumulação flexível parece não ter inimigos, a não ser suas próprias contradições internas. E é sobre estas contradições internas que deve se pautar a luta política da classe trabalhadora. O homem precisa voltar a crer que é o construtor e produtor da realidade.

Mas o movimento do capital em busca de uma resolução para a crise do sistema se pauta exatamente no enfraquecimento das resistências dos trabalhadores, iniciando assim um processo de reestruturação produtiva, apoiado numa tecnologia microeletrônica, em novas políticas de gestão e organização do trabalho fundamentadas em uma política patronal que visa cooptar e neutralizar qualquer forma de protesto ou resistência da classe trabalhadora. São políticas que acabam excluindo, através de demissões, subcontratações e terceirizações grande parte dos trabalhadores, enfraquecendo suas entidades coletivas e sua capacidade de organização (Druck, 1999).

São diversos os processos que levam à formação do novo sistema e do novo homem, mas o foco central de todas estas transformações é o confronto direto com a rigidez do fordismo. No que diz respeito às relações de trabalho Harvey afirma que:

“Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do

ponto de vista da população trabalhadora como um todo. A mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação... ou do trabalho temporário... A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.” (Harvey; 1989, p.144)

A precarização do trabalho, a onda de desemprego, a flexibilização das relações de trabalho parecem ser uma exigência da acumulação capitalista no final do século XX. O homem, para viver sob esta lógica, ou para construí-la e reproduzi-la deve ser diferente daquele tipo do homem fordista, deve se instaurar uma nova ética, uma nova relação com o tempo e uma nova mediação com o mundo para constituir identidades, já que, a condição de assalariado passa a ser algo ultrapassado desnecessário, inútil. O trabalhador e o homem flexível devem gostar do risco, da incerteza, de tudo que dê uma sensação de liberdade frente à burocracia e previsibilidade do fordismo.

Um ponto fundamental para entender esta nova lógica flexível é a descartabilidade de tudo. No mercado de consumo, uma quantidade cada vez maior e mais variada de produtos é lançada para logo perderem seu caráter de novidade e serem logo substituídos por algo mais novo. Alguém chega numa loja de informática e pede um computador de última geração, chega em casa e instala sua nova máquina, quando entra na internet para ver as novidades da web descobre em um site especializado que seu computador de última geração acabara de ser superado por um novo lançamento do mercado. Tudo é descartável e obsoleto.

O mesmo ocorre no mercado de trabalho, pessoas são contratadas e demitidas com uma facilidade incrível. Surge a onda do novo, qualquer coisa que dure um pouco mais de tempo torna-se velha, gasta e obsoleta, como os homens também são mercadorias, são coisas, logo perdem a utilidade para a empresa. Que empresa quer continuar com aquele “velho” empregado que constituiu carreira na empresa, recebe um salário alto, tem todos os benefícios, é autodisciplinado e não consegue inovar já que foi “criado” na rotina do fordismo? Este trabalhador é antigo, não presta, tem dificuldade de se adaptar, não está

preparado para o risco do novo mundo, suas qualificações e conhecimentos estão ultrapassados e por isso, deve ser descartado.

Mas, mesmo neste novo sistema, perduram diversas estruturas fordistas, principalmente em se tratando das leis trabalhistas que defendem os que vivem do trabalho. Na verdade, para o mundo flexível, estas estruturas também estão obsoletas e carregam o estigma da burocracia e rigidez fordista. Portanto, as leis são flexibilizadas e as estruturas e instituições, de um modo geral são reinventadas, ou mesmo destruídas. O mundo flexível ganha caráter e nome de pós-moderno. Tudo aquilo que represente durabilidade, constância ou previsibilidade não presta. Assim, no mundo pós-moderno, tanto a ciência, quanto o senso comum passam a rejeitar as estruturas, os sistemas, as instituições ou qualquer coisa que represente algum caráter de estabilidade, coletividade ou que fuja da instantaneidade do presente.

No âmbito das relações mundiais observa-se uma financeirização de todas as relações econômicas. Prioriza-se aplicações em mercados financeiros e a especulação passa ser a mola da história. Montantes de dinheiro e ações baseadas em valores especulados, fictícios, valem mais do que indústrias de concreto, do que homens de carne e osso. Empresas fundem capitais, outras são privatizadas, outras simplesmente desaparecem ou são vendidas, com todo desprendimento e todo este processo é acompanhado de demissões, subcontratações, terceirizações etc. É preciso correr risco e viver no risco e nas incertezas, porque é o risco que produz dinheiro e a incerteza é a única alternativa.

Segundo Castel (1989) três pontos aparecem como pilares para a cristalização deste novo regime. Primeiro, a *desestabilização dos estáveis*, ou seja, verifica-se que grande parte da classe operária e assalariados de classe média estão perdendo seus empregos. Segundo, a *instalação na precariedade*, que significa que estes trabalhadores que perdem seus empregos, perdem também toda a série de benefícios que a condição de assalariado lhes garantia, além de serem lançados na informalidade ou no desemprego. Terceiro e último, verifica-se um *déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, ou seja há uma redução dos postos de trabalho e dos lugares possíveis onde as pessoas possam exercer alguma atividade que possa ser útil à sociedade e que portanto garanta algum reconhecimento público.

Todas estas transformações servem de base para a formação, ao mesmo tempo que são formadas por uma nova ética do trabalho, que implica fatalmente em uma nova relação com o tempo, além de novas bases constituidoras de identidade já que a condição de assalariado parece ser privilégio de uma parcela cada vez mais reduzida da classe que vive do trabalho. É assim que se forma o homem flexível, com suas formas de pensar e agir próprias e diferenciadas do homem fordista, do empregado assalariado. O que parece mais curioso na definição do modo de ser deste novo tipo de homem e de sociedade é que para defini-lo, deve-se buscar aquilo que eles foram, ou seja, eles só se definem por aquilo que não são mais. Parece que tentar buscar e identificar qualquer substância palpável no comportamento destes homens somente pelo que são hoje é uma tarefa muito difícil.

Neste intento, Richard Sennett (1999) parece ter tido avanços consideráveis na definição deste novo homem. O trabalhador flexível despreza o conformismo, os conformistas e todos aqueles que se escondem e se protegem debaixo da armadura da burocracia, ao contrário, sabe que tem que se manter preparado e aberto à mudanças e a correr riscos. Um dos pontos principais tocados pelo sociólogo americano diz respeito às novas maneiras de organização do tempo social, principalmente do tempo de trabalho.

O primeiro ponto a ser destacado nesta nova ética do trabalho é que no modelo de acumulação flexível não há longo prazo. Aquele tipo de trabalho baseado na constituição de uma carreira duradoura, que avança ano a ano e utiliza um mesmo conjunto de qualificações por toda uma vida está simplesmente acabando. O mercado e o novo tipo de racionalização da vida não permitem que se faça as mesmas coisas sempre do mesmo modo, não permite que as pessoas possam permanecer por muito tempo em mesmo trabalho, em uma mesma empresa, exercendo uma mesma atividade.

A lógica do recebimento de uma quantia em dinheiro como pagamento após a realização do trabalho feito parece ainda permanecer. Mas o salário, como se entende no fordismo parece cada dia ter seus dias contados. Ninguém mais pode afirmar ter certeza que vai conseguir um bom emprego na juventude, vai construir uma carreira neste emprego e melhorar seu salário ano após ano. O trabalhador flexível não pode ter certeza

de nada, pois ter certeza sobre o futuro pode implicar em fraqueza, pode significar um dificuldade de lidar com o risco e as incertezas do mercado.

Nenhum trabalhador dura muito tempo em uma atividade, logo, ele deve tirar todo proveito que esta atividade puder lhe trazer no presente. Nada de satisfações adiadas, nada de projetar desejos e vontades para o futuro, o que interessa é o presente, o aqui e agora imediato. Conforme aponta Sennett, a seta do tempo se partiu, não tem mais trajetória, não tem mais direção numa espécie de sociedade onde as instituições são sempre reinventadas. A medida do tempo histórico na sociedade fordista se dava pela observação do passado e por uma projeção do futuro calcada nas conquistas do presente. Na sociedade flexível o passado deve ser descartável e descartado, pois funciona como uma bola de ferro que impede o novo de surgir e caminhar, o futuro simplesmente não existe e não se pode pensar nele, nem mesmo projetá-lo, já que ninguém sabe o que estará fazendo no dia seguinte. A única coisa que existe é o presente, um contínuo e eterno presente, por isso este novo tipo de homem busca realizações imediatas. Se está trabalhando em um emprego temporário para uma empresa, deve aproveitar ao máximo esta oportunidade e fazer o que puder com o dinheiro que ganhar, já que o dinheiro é insuficiente para poupar e não se sabe se depois vai ter um outro trabalho para ter dinheiro e satisfazer as necessidades.

A ética do trabalho que predominou no fordismo e que possibilitou um adiamento das conquistas e satisfações além de um planejamento claro do futuro estava fundamentada, como já foi dito em instituições duráveis e previsíveis. Esta forma de lidar com o tempo não tem lógica nenhuma em um regime cujas instituições mudam rapidamente.

O trabalhador flexível não tem férias e não tem folga, trabalha por jornadas, recebe por trabalho realizado. Se não trabalha, não ganha, se não ganha, não consome, não come e não vive. O *flexitempo*, como prefere denominar Sennett, não é como o calendário de folgas e férias do emprego formal, nem é comparável ao total de horas semanais que o empregado tem que cumprir na empresa. Não há bases concretas sob as quais se organizar para planejar e organizar o tempo futuro, o tempo é sempre pensado e organizado no e para o presente.

Uma questão então deve ser levantada, como estes trabalhadores, estes homens compõem um trajetória, como definem o que são, como modelam suas vidas, já que o passado é constantemente destruído, como estes homens podem desejar ser algo já que o futuro está sempre fora de seu alcance. Na sociedade da acumulação flexível não existem estruturas ou instituições nas quais os homens possam se enxergar para compor uma imagem de si mesmos, por isso, talvez, seja tão difícil de dizer quem são.

O que se tem hoje é uma geração de trabalhadores e de homens cujo tempo de vida é extremamente fragmentado, que não conseguem se fixar em emprego e a cada ano ou mês estão exercendo uma atividade diferente, não recebem sempre um salário no final do dever cumprido já que às vezes não têm nem mesmo um dever a cumprir, não têm capital para investir em poupanças e não podem contar com uma aposentadoria ou um descanso quando estiverem com idade avançada já que não são cobertos por benefícios. Talvez, a única coisa realmente certa e previsível em suas vidas é que o **não** é uma constante em suas vidas, ou seja, só tem certeza do que **não são** e da imprevisibilidade das suas condições.

O trabalhador flexível normalmente também não tem salário, não tem emprego, está excluído portanto da sociedade salarial, está excluído do emprego fordista. O seu consumo é, portanto, restrito àquilo que o seu ganho pela atividade realizada puder comprar. Para os mais precarizados dos trabalhadores flexíveis a situação é pior: não sabe quanto nem quando vai ganhar e, quando está ganhando alguma coisa, não sabe durante quanto tempo esta remuneração pode durar, já que o trabalhador pode ser dispensado de sua atividade a qualquer momento. Esta lógica faz com que o trabalhador fique impossibilitado de programar seus gastos, de poupar um dinheiro e construir um projeto futuro para si e sua família. Na verdade o que ocorre não é uma impossibilidade de calcular gastos e despesas, ao contrário, estes trabalhadores têm que entrar numa lógica onde o cálculo racional do tempo e do dinheiro é bem mais radical e bem mais imediato. Deve-se ter o cuidado de viver com o pouco e com o incerto, por isso o gasto e a relação com o dinheiro tem que ser mediado por um grau de racionalidade maior, já que é feito todo momento, num presente interminável, sem descanso, sem possibilidades de acumular. A

relação com o tempo e o dinheiro tem de ser calculada a ponto de garantir um consumo mínimo que possibilite uma sobrevivência e reprodução mínimas do trabalhador.

Um outro ponto é a perda da condição de assalariado é a perda da condição de empregado e junto com ela, a perda da identidade. Quem é o trabalhador flexível? Às vezes é assalariado, noutras não é, às vezes está contratado como terceirizado, em outro momento está desempregado, amanhã faz um bico e depois presta um serviço hoje, está sempre pronto para ser tudo, dependendo da demanda, este trabalhador se adapta a qualquer coisa, a qualquer dificuldade, a qualquer emprego afinal de contas ele é flexível. Bem, pode parecer sofisma, mas quem é tudo, na verdade não é nada, não há nada em que se prender para defini-lo.

Mais uma vez, a saída é identificar e definir estes trabalhadores pelo que não são mais, pelo já foram um dia. Como já foi colocado, a condição de assalariado serviu como um definidor da classe trabalhadora, serviu como um constituidor de identidade social e demarcador dos lugares ocupados pelos homens no espaço social. O trabalhador assalariado sabia exatamente a sua posição no espaço social, sabia exatamente quem eram seus “inimigos” e amigos. As relações de poder estavam muito bem definidas e os trabalhadores tinham mais facilidade de se organizar coletivamente com seus comuns e reivindicar posições no espaço social.

Para o trabalhador flexível esta lógica inexistente, ele não possui um atividade duradoura, que possua um visibilidade social, que possa provar à sociedade e a ele mesmo que é útil, que participa e de que é necessário para a produção e construção da realidade social. O homem flexível, enquanto trabalhador aparece como socialmente inútil, já que é descartável. Não importa o homem, o que importa é que a atividade seja feita e qualquer um pode fazer. Se um homem não faz, pode ter certeza que tem alguém que pode fazer no seu lugar e ocupar seu lugar no espaço social. As pessoas são descartáveis, não importam quem são. O que é pior é que um trabalhador flexível não pode ser visto como companheiro de classe de outro trabalhador flexível. Eles são sempre concorrentes e disputam os mesmos espaços, a atividade e a clientela. A pergunta a ser feita é, segundo Sennett: quem precisa destes homens? O sistema inteiro irradia indiferença e torna cada trabalhador desnecessário, inútil e descartável.

O pior é que não se sabe quem são os inimigos, ou melhor todos são inimigos, concorrentes. Para o homem flexível sua definição não se dá pelas similitudes ou por sua identificação com o outro, mas somente pela diferença. “Só sei o que sou e isso só vale para o aqui e agora. Sei também que não sou o outro pois o outro ou me contrata ou é meu concorrente.” A este trabalhador só resta tentar provar que é útil, que sabe trabalhar e que seu trabalho tem algum valor social. Assim, não basta saber trabalhar, ter qualificação, é preciso saber se vender, ser empresário de si mesmo, ser seu próprio patrão, ser uma empresa e negociar seu valor. Os indivíduos são forçados, eles mesmos, a definir sua identidade profissional e convencer a todos, para fazer com que seja reconhecida (Castel, 1989).

O trabalhador flexível parece não possuir, portanto, estruturas fixas nas quais construir uma identidade e um modo de ser fixos, ele vive sob uma lógica da reinvenção contínua das instituições e portanto uma lógica na qual tem que reinventar suas práticas, atitudes e posturas diante das mais diversas situações. Sennett afirma que o aspecto da flexibilidade que talvez mais cause confusão é exatamente seu impacto sobre o caráter. Caráter aí entendido como: “o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros” neste sentido o termo caráter “concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossas experiências emocionais. É expresso pela lealdade e compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro” (Sennett, 1998, p.10). Como então definir o caráter de alguém que não tem como ter qualquer projeto a longo prazo ou que não possa adiar sua satisfação para o futuro? Como estes homens podem estabelecer relações de lealdade e compromissos mútuos numa sociedade onde as estruturas e instituições são feitas e desfeitas a todo momento? Como dizer algo sobre alguém que vive nesta sociedade? A idéia seria acreditar que não há definição suficiente para estes homens flexíveis, eles não teriam um caráter definido portanto, já que são incapazes de firmar compromissos mútuos e duradouros, pois os termos nos quais definem seus compromissos estão sempre sujeitos a incertezas e mudanças.

Bem, talvez não seja bem assim e, neste sentido, vale recorrer a Marx. Quando se olha estes homens como indivíduos isolados, fica realmente difícil defini-los tamanha a

inconstância e heterogeneidade de sua condição, acaba se reproduzindo esta lógica moderna da individuação. No entanto, quando se olha estes homens como trabalhadores, como um todo coletivo, seu eu se enche de significados e sentidos. Como trabalhadores, são ágeis, adaptáveis, estão abertos a mudanças, realizam suas atividades, fazem seus pactos, seus planos e cálculos sempre numa relação de curto prazo, assumem riscos continuamente e dependem cada vez menos de leis e instituições formais. Mas não é só isso, não é porque não estão em situação de emprego que não têm utilidade social, que não participam da construção e reprodução da realidade social. Ao contrário, são extremamente úteis neste momento histórico do capitalismo. O capital precisa deles, precisa destes trabalhadores em situação de precariedade e fragmentados, eles fazem parte de um exército de reservas, quando não estão empregados, que é indispensável para a acumulação do capital. Em seus manuscritos Marx escrevia:

“O trabalhador só é trabalhador assim que é *para si* capital, e só é capital assim que é um *capital para-ela*. A existência (*Dasein*) do capital é a *sua* existência, a sua *vida*, na medida em que este, independentemente do trabalhador determina o conteúdo do seu modo de vida. A economia política não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que não trabalha (*Arbeitsmenschen*), na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha (*Arbeitsmensch*), o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso são *figuras* (*Gestalten*) que não existem *para ela*, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do administrador da miséria, fantasmas [situados] fora de seu domínio. As carências (*Bedürfnisse*) do trabalhador são assim, para ela [a economia política], apenas a necessidade (*Bedürfniss*) de conserva-lo *durante o trabalho*, a fim de que a *raça dos trabalhadores* não desapareça. O salário possui, por conseguinte, exatamente o mesmo significado de *conservação* (*Unterhaltung*) na manutenção (*Standerhaltung*) de qualquer outro instrumento produtivo, tal qual o *consumo do capital* em geral, podendo reproduzir-se com juros. Como o óleo que se põe na roda para mantê-la em movimento. O salário pertence, pois, aos custos obrigatórios do capital e do capitalista e não deve ultrapassar a necessidade desta obrigação.” (Karl Marx apud Ranieri, 2001, pp.32-33,)

No capitalismo todo homem é transformado em capital e, portanto, toda forma de trabalho é capital. Na acumulação flexível a história não é diferente. O trabalhador flexível é útil e necessário. Desta forma, o modelo de acumulação flexível, assim como o fordismo,

também parece se constituir como um modelo, não só de gestão do trabalho, mas como um modelo de organização da sociedade. Por isso uma nova sociedade constitui e é constituída por um novo tipo de homem, este homem flexível para quem são eliminadas as projeções futuras garantidas pelo “salário certo”, para quem a noção de carreira desaparece, as relações sociais se redefinem, os cálculos e o tipo de racionalidade parecem sofrer uma radicalização tremenda que invade todas as instâncias da vida. Este novo homem é patrão de si mesmo, ele mesmo é que regula seu tempo e disciplina sua conduta, já que não existem e ele mesmo não deseja qualquer instituição ou estrutura burocrática para fazer este controle. Parece que o homem racional de Weber atinge seu grau mais radical, pois nem precisa mais da “jaula de ferro” para coagi-lo. E ao serem empregados de si mesmos, estes trabalhadores parecem não perceber que continuam empregados do capital.

CAPÍTULO 4- *O TRABALHADOR FLEXÍVEL NA CONDIÇÃO DE TRABALHADOR INFORMAL.*

I - NOTA METODOLÓGICA:

Os dados aqui analisados foram retirados de dois projetos em que foram entrevistados trabalhadores de rua da cidade de Salvador. Assim, quando se diz que o objeto de estudo desta pesquisa é a nova informalidade deve-se fazer algumas ressalvas. Primeiramente, quando se fala em nova informalidade a bibliografia sobre o tema mostra que trata-se de um fenômeno que deve ser entendido das seguinte forma: a) novos trabalhadores que se inserem na informalidade criando novas atividades informais ou reproduzindo e/ou reconfigurando atividades tradicionais; b) novas atividades informais, diferentes das tradicionais, como por exemplo motoristas de transporte escolar, técnicos em informática, trabalhadores terceirizados ou subcontratados por empresas etc. Bem, neste trabalho, foi estudado um segmento desta nova informalidade: somente *os trabalhadores de rua* que tiveram como atividade anterior um trabalho com carteira assinada. Nesta pesquisa, portanto, não aparecerão dados sobre os novos trabalhadores

informais que exercem suas atividades em casa, dentro de algum estabelecimento empresarial ou escritório, mas sim sobre aqueles que têm no espaço privilegiado ou “desprivilegiado” das ruas o local de realização de seu trabalho.

Dos 191 trabalhadores de rua de Salvador que foram entrevistados, 80, ou seja, 42% do total, afirmam que tiveram um trabalho anterior em que eram empregados com carteira de trabalho assinada. Este dado, como será demonstrado mais adiante, é muito expressivo, já que deixa evidente que a presença destes novos trabalhadores informais se faz forte, também, em atividades tidas como tradicionais nas ruas de Salvador, como por exemplo os vendedores ambulantes que ocupam as calçadas da cidade. A realidade das ruas mostra que cada vez mais os trabalhadores estão deixando os espaços de trabalho entre quatro paredes, o locus do trabalho formal como as lojas, bancos, indústrias etc. para tentar continuar garantindo a sua sobrevivência do lado de fora dos muros do emprego formal.

São trabalhadores tornados excluídos dos espaços privilegiados do que ainda restou de uma organização de trabalho Fordista, são trabalhadores jogados fora do emprego, imersos numa nova realidade, que exige deles uma nova forma de organizar seu tempo, redefinir seus gastos, reconfigurar padrões de consumo, desenvolver uma nova relação de trabalho e, enfim, mergulhar numa nova forma de organizar e gerir suas vidas. Os números vão mostrar um conjunto de trabalhadores excluídos do emprego, dos benefícios sociais, da estabilidade, mas mostrarão um conjunto de trabalhadores incluídos no desemprego, na precarização e na instabilidade, trabalhadores incluídos, sim, num sistema que cada vez mais necessita da existência destes trabalhadores informais que engrossam a cada dia o contingente do Exército Industrial de Reserva tão necessário para a produção e reprodução do Capital..

Assim, com o intuito de responder à questão central desta pesquisa - **quem são e como vivem estes trabalhadores informais oriundos de uma atividade tipicamente formal e que estejam, atualmente, exercendo uma atividade tipicamente informal** - este capítulo foi disposto e organizado da seguinte maneira: I - Quem são estes trabalhadores - onde será feita uma análise sobre o perfil e a trajetória dos trabalhadores de

rua estudados; II - Como vivem? - onde serão analisadas as condições de trabalho e de vida destes homens e mulheres, bem como suas perspectivas futuras.

Este capítulo é, na verdade, um esforço de captar e tornar compreensível a realidade destes trabalhadores, o seu cotidiano, a forma como interpretam a realidade que os cerca, ou seja, se insere na perspectiva definida por Bourdieu de compreender como estes trabalhadores interiorizam a exterioridade - como as estruturas objetivas condicionam suas vidas - e como exteriorizam a interioridade - como estes trabalhadores interpretam, dimensionam e passam a conduzir suas vidas transformando ou reproduzindo as condições nas quais estão imersos. Este capítulo é, enfim, um esforço de comprovar que **os trabalhadores informais se apresentam como o exemplo mais evidente e mais precarizado de um trabalhador flexível**. Para tanto, e ainda assim admitindo as insuficiências das metodologias das Ciências Sociais, será feita uma análise onde serão mesclados relatos de campo, depoimentos de trabalhadores, recuperação de narrativas e dados quantitativos apresentados em tabelas.

Vale ressaltar que estas análises são fruto de dois anos de alguma “convivência” com estes trabalhadores, uma convivência construída com observações periódicas e exaustivas do dia a dia dos trabalhadores nas ruas que permitiram a este pesquisador observar, perceber e em alguns casos vivenciar os riscos, intempéries, alegrias, dificuldades e inconstâncias vividas por estes trabalhadores nas ruas da cidade. Uma convivência construída também em diversas conversas informais e entrevistas que tornaram possível apreender fragmentos de suas narrativas, bem como coletar os dados necessários para a confirmação das hipóteses centrais deste trabalho que apontam para uma completa precarização das condições destes trabalhadores.

II - QUEM SÃO ESTES TRABALHADORES?

Aparentemente, trata-se de uma tarefa fácil dizer quem são estes trabalhadores de rua da cidade de Salvador, basta dar uma volta pelas ruas da cidade, em qualquer bairro de classe média, alta ou em bairros populares, que se pode ver um, dezenas ou centenas de pessoas tentando ganhar suas vidas e garantir sua sobrevivência nas ruas da cidade.

Mas a situação se complica para qualquer um quando se começa a perceber a tamanha variedade de atividades que são realizadas nestas ruas. São vendedores de picolé, baleiros, vendedores ambulantes fixos que vendem os mais diversos produtos, desde alimentos e ervas medicinais até eletro-eletrônicos de ponta, são motoristas de táxi, condutores de transporte escolar, motoristas de carro de frete, guardadores de carro, encanadores, eletricitas e até técnicos em informática que fazem seu ponto na rua à espera de um cliente.

Quem passa no Relógio de São Pedro, no centro da cidade, e vê um grupo de homens de meia idade, reunidos conversando, jogando damas e cartas, pode até pensar que se trata de gente que não tem o que fazer, mas na verdade, são trabalhadores “passando o tempo” enquanto aguardam algum serviço. Aí então, como definir uma classe tão heterogênea de trabalhadores. Imagine o leitor, que você vai a uma cidade do sertão nordestino, dessas que não tem e nem nunca teve um aparelho de televisão, onde os moradores pensam que o presidente da república ainda é Figueiredo ou Vargas. Imagine que você tem que explicar para uma criança desta cidade quem são estes trabalhadores de rua de Salvador, por onde começaria? Como levantar características gerais em um grupo de trabalhadores tão heterogêneo, tão multifacetado, com ganhos, condições de instrução e de vida tão distintas entre si?

Um primeiro passo é a busca de definições e conceitos na literatura corrente sobre o assunto. Um segundo passo é através da redução estatística, descobrir quem são pela frequência média de suas características. Associado a tudo isso é indispensável um duro trabalho de campo onde o sociólogo deve se esforçar em fazer uma espécie de exercício etnográfico para apreender o outro.

a) Perfil:

Um primeiro ponto a ser tratado é que, em se tratando dos trabalhadores de rua, esta pesquisa mostra que, se por um lado a nova dinâmica econômica vem alimentando a informalidade com ex-assalariados de melhor qualificação que formam pequenos negócios com nível de renda satisfatório, a maioria dos entrevistados nesta pesquisa são ex-

assalariados que se inserem na informalidade em atividades bastante precárias. Neste sentido, deve-se desfazer o mito de que a informalidade é o paraíso para os ex-assalariados, deve-se desfazer o mito de que na informalidade estes trabalhadores aplicam suas economias e ingressam em atividades estáveis e com rendimentos satisfatórios. Não é que isso não aconteça em parte, mas esta realidade é para uma minoria chamada de elite do informal

Esta parte da nova informalidade que está sendo estudada aqui, se insere nas atividades informais, não somente em novos empreendimentos cheios de inovações, mas ganham suas vidas principalmente através da inserção em atividades tradicionais. Em sua maioria são camelôs, vendedores de produtos diversos, fixados em pontos demarcados e fiscalizados pela prefeitura, nas principais ruas e transversais do centro da cidade. Assim, ao contrário do que acreditam os deslumbrados com a nova informalidade, estes novos trabalhadores de rua, como será demonstrado ao longo desta pesquisa, são em sua maioria bastante diferentes daqueles pertencentes à elite do informal.

O que tem que ser levado em conta sobre estes trabalhadores é que a maioria deles atravessa uma situação chamada pelos sociólogos de mobilidade descendente. Tinham um trabalho formal, com direitos trabalhistas e proteções sociais e, ao ficarem desempregados, ingressam em uma atividade que torna suas vidas mais precárias. Estes trabalhadores não conseguiram, portanto, fazer de sua atividade anterior uma carreira. A sensação e impressão que ficam é a de que eles fracassaram como profissionais. O que deveria ser encarado como uma experiência acumulada em um trabalho, vira uma experiência de incompetência e de derrota, como mostra a fala de um ex-bancário de 47 anos que atualmente dirige um táxi:

“Tive a oportunidade de experimentar o gostinho bom de ter os direitos trabalhistas... salário certo, assistência médica pra mim, pros meus filhos... pagava o colégio direitinho... agora atraso tudo... isso aqui não é vida... lutei tanto, trabalhei duro pro banco, agora tô aqui... sem nada... não me serviu de nada”

Um outro entrevistado, 56 anos, que é técnico em edificações mas dirige táxi nas ruas da cidade por falta de oportunidade de emprego afirma:

“... o meu nível de experiência não é pra estar dirigindo taxi, mas para assumir qualquer obra como mestre de obras, ou até no lugar de um engenheiro, trabalhei muitos anos como técnico em edificações... de repente fui demitido e ficou difícil encontrar trabalho na área.. só há duas alternativas para o peão desempregado: ser motorista de taxi ou vender bugigangas na rua.”

São trabalhadores cuja experiência anterior não lhes serve para nada, que não conseguem dar continuidade em suas carreiras e que, portanto, têm dificuldade de pensar em prosperar no futuro.

Trata-se de um perfil de trabalhadores bastante heterogêneo, cujas atividades, os produtos e serviços oferecidos variam constantemente, dependendo do dia, da estação do ano e das condições do comércio. Um trabalhador que era gerente de um posto de gasolina afirmou na praia: “eu estou pasteleiro, é só o que posso dizer, amanhã eu não sei.” O que mostra o tamanho da incontingência da situação destas pessoas. Alguns números podem mostrar melhor, em média quem são estas pessoas:

Primeiramente, verifica-se que esta amostra apresenta um número de homens consideravelmente maior que o de mulheres¹⁰, sendo o número de homens 76% e o de mulheres 28%. Estes dados, na verdade, refletem uma realidade que foi uma constante durante todo o trabalho de Campo: nas ruas, havia uma dificuldade muito grande de se aproximar das trabalhadoras. Mesmo que o número de homens trabalhado nas ruas de Salvador seja maior que o de mulheres, a olho nu percebia-se que esta diferença não era tão grande assim. Os números da PED referentes aos trabalhadores que ingressaram na informalidade de 1996 à 2000 mostram que o número de homens era de 58% e o de mulheres de 42%, portanto, fica claro que este estudo de caso, com relação à distribuição

¹⁰ Segundo a amostra das pesquisas *Velhos e novos trabalhadores informais - o trabalho nas ruas em Salvador/BA* e *O mapa do trabalho informal na cidade de Salvador* o número de homens trabalhando nas ruas na cidade é de 66% enquanto o de mulheres é de 34%

por sexo acabou ficando distorcido, devido à dificuldade e à recusa das mulheres em participar das entrevistas.

Tabela 1
Faixa etária

Faixa Etária	V.A.	%
18 a 24 anos	2	2,5
25 a 39 anos	31	38,8
Acima de 40 anos	47	58,8
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)¹¹

Com relação à faixa etária destes trabalhadores os números são bastante interessantes. Dos entrevistados, 59 % têm acima de 40 anos, 39% têm de 25 a 39 anos e somente 2% têm de 18 a 24 anos. Ou seja, há nas ruas de Salvador um grupo de trabalhadores que, em sua maioria, são expulsos de seus empregos prematuramente e lançados na informalidade numa etapa da vida, numa faixa etária em que o mercado costuma não aceitar contratar ninguém como empregado. Estes trabalhadores, acima de 40 anos, são considerados em idade avançada para serem contratados como empregados, mas ainda estão bastante longe de se aposentar e descansar, como têm que continuar a ganhar vida ingressam na informalidade, sem qualquer perspectiva de reinserção em um emprego formal. É bem verdade que para um determinado contingente destes trabalhadores o ingresso na informalidade é apenas um complemento de sua renda ou uma perspectiva de criação de um negócio próprio que lhes propicia melhorias em suas condições de vida, mas isso só vale para a chamada elite do informal, que não passa de um pequeno e seleto grupo (4% dos entrevistados) de trabalhadores imersos em um mundo onde a grande maioria vive de incertezas e inseguranças, como poderá ser demonstrado ao longo desta análise da pesquisa de campo.

Tabela 2
Local de Nascimento

¹¹O trabalho de Campo se refere às duas pesquisas citadas na nota anterior, das quais, como já ficou esclarecido, participei como bolsista de IC.

Local de Nascimento	V.A.	%
Salvador	38	47,5
Outra cidade da Bahia	37	46,3
Outro Estado	5	6,3
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Quando se pergunta sobre o local de nascimento pode-se observar que quase metade dos entrevistados nasceu em Salvador mesmo, são 47% de não migrantes enquanto o número de migrantes é de 53%. Entre os migrantes, 46% vieram de outra cidade da Bahia e 6% vieram de outro estado. Este parece ser o retrato de uma nova informalidade: um contingente cada vez maior de trabalhadores não migrantes, que exerceram atividades formais passam a ocupar os espaços nas ruas de Salvador convivendo com trabalhadores que saem de suas cidades no interior da Bahia ou de outros estados para tentar uma vida melhor na cidade grande.

Tabela 3
Cor

Cor	V.A.	%	% Válido
Preto	28	35,0	35,4
Branco	21	26,3	26,6
Pardo	30	37,5	38,0
Total	79	98,8	100,0
Não respondeu	1	1,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Com relação à variável cor, os números mostram que dos trabalhadores que tinham um emprego com carteira assinada e hoje são trabalhadores informais de rua, 38% são pardos e 35% são pretos, ou seja, 73% destes trabalhadores são negros e somente 26% são brancos. Na verdade, estes números acabam refletindo a realidade da distribuição da população em Salvador, onde o número de negros, segundo o IBGE, está sempre na casa dos 80%.

Tabela 04
Situação Conjugal

Situação Conjugal	V.A.	%
Solteiro	15	18,8
Casado	38	47,5
Divorciado	4	5,0
Separado	4	5,0
Viúvo	3	3,8
Concubinato	16	20,0
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Com relação à situação conjugal os dados mostram que dos entrevistados 48% são casados, 20% vivem em situação de concubinato, 19% são solteiros, 5% são divorciados, 5% são separados e 4% são viúvos. Observa-se que a maioria, 60%, vive com algum companheiro ou companheira.

Tabela 05
Local de Moradia

Local de Moradia por Área	V.A.	%
Barbalho	1	1,3
Brotas	9	11,3
Cabula	7	8,8
Cajazeiras	7	8,8
Centro	10	12,5
Comércio	1	1,3
Costa Azul	1	1,3
Federação	1	1,3

Itapoan	2	2,5
Liberdade	7	8,8
Marechal rondon / Pirajá	1	1,3
Nordeste	1	1,3
Pau da Lima	4	5,0
Península Itapagipana	5	6,3
Pernambúes/Saramandaia	2	2,5
Pituba	1	1,3
Retiro	3	3,8
São Caetano	2	2,5
São Cristóvão	2	2,5
Subúrbio Ferroviário	12	15,0
Valéria	1	1,3
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

A tabela acima mostra uma grande distribuição de trabalhadores pelos mais diversos bairros de Salvador. Mas pode-se observar, ainda assim, uma concentração destes trabalhadores em bairros considerados mais populares de Salvador, já que 63% dos entrevistados moram áreas como Valéria, O Subúrbio Ferroviário, São Cristóvão, São Caetano, Retiro, Pernambúes, Saramandáia, Pau da Lima, Nordeste, Marechal Rondon, Pirajá, Liberdade e Cajazeiras. Pode-se juntar a estes ainda os 39% que moram em bairros como Itapoan, Federação, Comércio, Centro, Cabula Barbalho e Brotas, somando um total de 98%. Somente 2% moram em bairros considerados mais nobres como Pituba e Costa Azul.

Tabela 06
Tempo de moradia Por local de nascimento

04_Local de Nascimento		Tempo de moradia										Total
		1 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	21 a 25 anos	26 a 30 anos	31 a 35 anos	36 a 40 anos	41 a 45 anos	Acima de 45 anos	
Salvador	V.A.	1									37	38
	%	2,6									97,4	100
Outra cidade	V.A.	2	4	5	4	8	2	5	3		4	37

da Bahia												
	%	5,4	10,8	13,5	10,8	21,6	5,4	13,5	8,1		10,8	100
Outro Estado	V.A			1	1		1		1	1		5
	%			20	20		20		20	20		100
Total	V.A	3	4	6	5	8	3	5	4	1	41	80
	%	3,75	5	7,5	6,25	10	3,8	6,25	5	1,3	51,25	100

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

A tabela acima mostra que, daqueles trabalhadores que nasceram em Salvador, um único só mora em Salvador faz 1 a 5 anos¹², enquanto todo o restante 97% estão em Salvador faz mais de 45 anos. O que é importante verificar nesta tabela é o seguinte: apenas 6 pessoas (16%) das 37 que nasceram em outra cidade da Bahia migraram para Salvador nos últimos dez anos. Estes dados reforçam o comentário anterior sobre uma nova informalidade formada por trabalhadores que já tinham um trabalho formal na cidade e perdem seu emprego sendo obrigados a trabalhar nas ruas. Os índices de imigração recente baixos mostram que esta informalidade é cada vez mais formada por trabalhadores de Salvador mesmo.¹³

Tabela 07
Escolaridade

Escolaridade	V.A.	%	% Válido
Analfabeto	2	2,5	2,5
1º grau incompleto	34	42,5	43,0
1º grau completo	10	12,5	12,7
2º grau incompleto	10	12,5	12,7
2º grau completo	20	25,0	25,3
Superior completo	3	3,8	3,8
Total	79	98,8	100,0
Não respondeu	1	1,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

¹² Este trabalhador nasceu em Salvador e foi morar em outra cidade logo que nasceu.

¹³ Na verdade, tem se verificado recentemente uma nova configuração da migração que se reflete, por um lado, em uma interiorização em volta de alguns centros urbanos (cidades - pólos) e, por outro, em um o retorno mesmo à zona rural.

Com relação à escolaridade pode-se observar que 43% dos entrevistados que tinham um trabalho com carteira assinada têm o 1º grau incompleto, 25% têm o 2º grau completo, 13% têm o 1º grau completo, 13% têm o 2º grau incompleto, 4% têm o nível superior completo e 2% são analfabetos. Aparentemente estes números mostram uma taxa de escolarização muito baixa. No entanto, se comparados a dados da PED referentes aos níveis de instrução dos trabalhadores informais de 1987/1988, mostram que há uma tendência ao aumento da escolarização destas pessoas. O número de pessoas com nível médio completo era, naquele período, de 8% e o de trabalhadores com ensino superior completo era de menos de 1%. Verifica-se, portanto, um incremento nas atividades informais de trabalhadores com níveis de escolarização cada vez maiores, ou seja pessoas cada vez mais escolarizadas, são expulsas dos postos de trabalhos formais e acabam encontrando na informalidade uma alternativa para continuar ativo e garantindo sua sobrevivência.

Tabela 08
Fez algum tipo de curso para alguma profissão

Fez algum tipo de curso para alguma profissão	V.A.	%	% Válido
Sim	37	46,3	49,3
Não	38	47,5	50,7
Total	75	93,8	100,0
Não respondeu	5	6,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

A tabela acima mostra que 49% afirmam que fizeram algum curso profissionalizante e 51% nunca fizeram nenhum curso para alguma profissão. Estas duas últimas tabelas mostram, na verdade como estes trabalhadores têm uma qualificação relativamente alta. Além dos números sobre melhoria nos índices de escolaridade, verifica-se que metade destes trabalhadores têm algum curso profissionalizante. Estes números refletem uma epidemia a qualificação que na verdade não garante empregabilidade a ninguém, já que não assegurou a estes trabalhadores a possibilidade de manter seus empregos e constituir uma carreira sólida e segura.

Tabela 09

Tem alguma religião?

Tem alguma religião?	V.A.	%	% Válido
Sim, mas não freqüenta	21	26,3	26,6
Sim, é praticante	47	58,8	59,5
Não	11	13,8	13,9
Total	79	98,8	100,0
Não respondeu	1	1,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Quando perguntados se têm alguma religião 27% respondem que sim, mas que não freqüentam os cultos de sua religião, 60% dizem que sim e que são praticantes, enquanto somente 14% afirmam que não têm nenhuma religião. Estes dados mostram, mesmo que de forma superficial, como a religião se apresenta como um forte elemento de sociabilidade entre os homens. No entanto, para uma terra como a Bahia, considerada de forte religiosidade, levando-se em conta também o crescimento das diversas seitas protestantes, o número de 14% que afirmam não ter qualquer religião é bastante alto. Será mais um reflexo do desencantamento do mundo, provocado por uma racionalização crescente das relações humanas, como apontava Weber?

Tabela 10
Se respondeu sim, qual?

Se respondeu sim, qual?	V.A.	%	% Válido
Católica	47	58,8	69,1
Candomblé	1	1,3	1,5
Protestante Tradicional	7	8,8	10,3
Pentecostais	8	10,0	11,8
Outra	5	6,3	7,4
Total	68	85,0	100,0
Não se aplica	12	15,0	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Com relação aos tipos de religião 69% afirmam que são católicos, 12% afirmam que são pentecostais, 10% são protestantes tradicionais, 7% citam outras religiões e somente 2% afirmam que sua religião é o Candomblé. Com relação aos números referentes ao Candomblé, pudemos observar que muitos dos entrevistados que afirmam ser Católicos são também praticantes do Candomblé, mas quando perguntados sobre sua religião preferem responder que são Católicos. Mas estas questões não serão mais aprofundadas, já que não são objeto de estudo desta pesquisa, os dados sobre religião neste casos serão utilizados para compor o perfil destes trabalhadores e a religião, como elemento indispensável à vida social dos homens não pode ser negligenciada.

Tabela 11
Quem sustenta a família?

Quem sustenta a família	V.A.	%	% Válido
Entrevistado	40	50,0	52,6
Casal	19	23,8	25,0
Os pais	1	1,3	1,3
A mãe	4	5,0	5,3
Entrevistado mais outros parentes	9	11,3	11,8
Outros parentes	2	2,5	2,6
Entrevistado e amigo	1	1,3	1,3
Total	76	95,0	100,0
Não respondeu	4	5,0	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Perguntados sobre quem sustenta a sua família, 53% dos trabalhadores afirmam ser eles mesmos que sustentam suas casas, 25% dizem que quem sustenta a família é o entrevistado e o seu cônjuge, 12% dizem que quem sustenta a casa é o próprio entrevistado e outros parentes, 5% dizem que é a mãe que sustenta a família, 3% dizem que são outros parentes, 1% afirma que quem sustenta a família são seus pais e 1% diz que é ele mesmo mais um amigo. Os números mostram que, mesmo exercendo uma atividade que, como será mostrado mais adiante, possibilita uma renda baixa, a maioria dos entrevistados tem que sustentar sua família com o trabalho que realiza nas ruas. Sozinho ou junto com parentes e amigos 66% dos entrevistados afirmam que têm de sustentar suas famílias. Estes trabalhadores eram, portanto chefes de família, sustentavam suas casas, seus filhos e não podiam em momento algum se “dar ao luxo” do desemprego, por isso, ingressaram na informalidade.

Assim, aos poucos, pode-se construir uma definição do perfil destes trabalhadores. Em síntese, são, em sua maioria, mais homens (76%) do que mulheres (24%), possuem mais de 40 anos e, portanto, ocupam uma faixa etária de difícil retorno ao mercado de trabalho formal, são negros (73%) refletindo a realidade da cidade de Salvador e em sua maioria são, também, casados (48%). A grande maioria deles (63%) moram em bairros considerados populares e quase metade (48%) dos entrevistados nasceu em Salvador mesmo, evidenciando que a informalidade cada vez menos se forma a partir dos processos de migração. Verifica-se, também, um incremento nas atividades informais de trabalhadores com níveis de escolarização cada vez maiores, mas de um modo geral, os níveis de escolarização ainda são baixos. Constata-se ainda que a maioria deles (85%) afirma possuir alguma religião, sendo que 69% deles afirmam que são católicos. Por fim, a maioria (66%) dos entrevistados sustentam suas famílias com o trabalho que realizam.

Dois pontos chamaram muita atenção na análise do perfil destes trabalhadores. Um primeiro é o fato de que quase a metade destes trabalhadores de rua de Salvador nasceram na cidade. Já com relação aos migrantes, eles vieram para Salvador há mais de dez anos e constituíram sua vida profissional como trabalhador formal faz bastante tempo na cidade.

O que isto quer dizer? Que se comprova que uma nova informalidade vem reconfigurando a paisagem dos centros urbanos. Nas literaturas mais tradicionais sobre o tema observa-se que a informalidade é formada por trabalhadores migrantes que não são absorvidos pelos empregos formais gerados pelas ondas de industrialização e de regulação do mercado de trabalho do país. Este quadro está mudando, entre os trabalhadores que entram na informalidade, pouquíssimos vêm de uma migração recente. A grande maioria é na verdade de trabalhadores que já moravam a tempos em Salvador, tinham uma vida já estabelecida na cidade, eram empregados e devido a fatores muito claros como a reestruturação produtiva, são demitidos e jogados no mercado informal.

O segundo ponto é o alto índice de qualificação destes trabalhadores. Metade dos entrevistados afirmam ter feito algum curso profissionalizante. Além disso, verifica-se, em comparação com dados da PED referentes aos níveis de instrução dos trabalhadores informais de Salvador no período de 1987/1988, que estes trabalhadores melhoraram sua escolarização também. No entanto, nem a melhoria na sua escolarização, nem as altas taxas de qualificação garantiram para estes trabalhadores a manutenção de seus lugares em empregos formais. Além disso, o fato de serem trabalhadores que carregam uma bagagem e uma experiência em um outro trabalho, associado à sua melhor escolarização e qualificação não significa a garantia de uma melhor posição nas atividades informais, muito menos a obtenção de ganhos altos para estes novos trabalhadores de rua. Assim, é possível desmistificar as análises mais deslumbradas com a nova informalidade que acreditam que estes trabalhadores são uma espécie de felizardos quando comparados aos informais tradicionais. Os novos trabalhadores de rua, em sua maioria, ingressam na informalidade também em atividades tradicionais, sem acrescentar a elas qualquer novidade que lhes possibilite adquirir melhores ganhos e condições de vida.

b) Trajetória:

Com relação à trajetória destes trabalhadores, já foi possível observar que pouco mais da metade deles não nasceu em Salvador, mas reside na cidade há bastante tempo (mais de dez anos). Verificou-se, também, e isso se comprovará melhor ao longo da análise, que estes trabalhadores vêm de trajetórias individuais de mobilidade descendente.

O aprofundamento das análises sobre a trajetória destes trabalhadores, começará por um retorno à atividade dos seus pais, para em seguida, entrar mais detalhadamente na trajetória profissional dos entrevistados propriamente ditos.

Tabela 12
Qual era atividade de seu pai?

Atividade de seu pai	V.A.	%	% Válido
Trabalhador rural (agricultor, lavrador, fazendeiro)	24	30,0	31,2
Comerciário	3	3,8	3,9
Camelô/Comerciante	7	8,8	9,1
Operário (ofício)	18	22,5	23,4
Prestador de serviços	12	15,0	15,6
Funcionário público	7	8,8	9,1
Atividade artesanal	2	2,5	2,6
Profissional liberal	3	3,8	3,9
Bancário	1	1,3	1,3
Total	77	96,3	100,0
Não sabe/ não se lembra	3	3,8	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

A tabela acima mostra que 31% dos trabalhadores afirmam que seus pais eram trabalhadores rurais, o que permite supor que em sua história familiar uma boa parcela destes trabalhadores vem de tradições rurais, o que, pela faixa etária dos entrevistados somente confirma a história da recente urbanização do Brasil e da Bahia. Vale ressaltar ainda que 23% têm pais operários ou seja, têm uma história familiar em que seu pai já experimentara algum tipo de ocupação modernizada, características de um mercado formal regulado. Por fim, vale destacar que 9% afirmam ter pais camelôs/comerciantes, um número pequeno mas expressivo que representa, que estas pessoas, depois de experimentarem alguma elevação social com o acesso a uma atividade formal, acabam retornando à condição de seus pais na sua história familiar.

Tabela 13
Qual a atividade da mãe ?

Atividade da mãe	V.A.	%	% Válido
------------------	------	---	----------

Trabalhador rural	16	20,0	21,3
Operária / Ofício	2	2,5	2,7
Trabalhadora agrícola e serviços domésticos	1	1,3	1,3
Outras	1	1,3	1,3
Vendedora ambulante	4	5,0	5,3
Serviços domésticos	22	27,5	29,3
Atividades artesanais (pequenos fabricantes)	5	6,3	6,7
Professora	1	1,3	1,3
Funcionária Pública	5	6,3	6,7
Comerciária	1	1,3	1,3
Dona de casa	17	21,3	22,7
Total	75	93,8	100,0
Não sabe / não se lembra	3	3,8	
Não respondeu	2	2,5	
Total	5	6,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Com relação à atividade das mães, 29% dos entrevistados têm mães que eram “empregadas domésticas”, as mães de 23% dos entrevistados eram donas de casa e 21% têm mães trabalhadoras rurais, neste sentido, os números refletem também uma realidade da evolução do mercado de trabalho no Brasil, onde as atividades precárias e não reguladas sempre foram reservadas para as mulheres.

Tabela 14
Qual o último trabalho que teve antes do atual?

Último trabalho que teve antes do atual	V.A.	%
Profissional liberal	1	1,3
Operário / Ofício	21	26,3
Prestador de Serviços	35	43,8
Comerciário	23	28,8
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Quando são perguntados sobre qual o trabalho que realizavam quando tinham carteira de trabalho assinada, 44% respondem que eram prestadores de serviço, 29% afirmam que eram comerciários, 26% dizem que eram operários ou trabalhadores de ofício

e somente 1 era profissional liberal. Pode-se observar que há uma grande migração destes trabalhadores no que diz respeito ao setor de serviços; apesar de um grande número permanecer no setor de serviços em sua atividade atual, pode-se afirmar que neste setor vem se verificando uma migração interna de trabalhadores que deixam de realizar atividades formais para trabalhar em atividades informais. Estes dados confirmam que estes trabalhadores refletem em sua trajetória profissional o movimento mais geral ocorrido no mercado de trabalho no Brasil e na Bahia, onde se verifica, como já foi demonstrado no segundo capítulo, uma migração dos trabalhadores da indústria para o setor de serviços e, em seguida, um migração dentro do próprio setor de serviços só que transferindo os trabalhadores dos postos de trabalho formais para a informalidade.

Tabela 15
Quem era seu empregador?

Empregador	V.A.	%	% Válido
Negócio familiar (pai, tio, cunhado, parentes em geral)	1	1,3	1,3
Empresa Industrial	15	18,8	19,5
Empresa de Serviços	30	37,5	39,0
Empresa do Comércio	28	35,0	36,4
Serviço Público / Estado	2	2,5	2,6
Empresa	1	1,3	1,3
Total	77	96,3	100,0
Resposta insuficiente	1	1,3	
Não respondeu	2	2,5	
Total	3	3,8	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

A tabela acima mostra que, das respostas válidas dos trabalhadores entrevistados, 39% afirmam que trabalhavam para uma Empresa de Serviços, 36% para Empresa do

Comércio, 20% eram empregados de Empresa Industrial, 3% eram funcionários públicos e 3% trabalhavam em negócio familiar ou outra empresa.

Tabela 16
Tamanho da Empresa

N. de pessoas na empresa	V.A.	%
de 0 a 19	43	53,8
20 a 99	21	26,3
100 a 499	11	13,8
500 ou mais	5	6,3
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Em se tratando do tamanho da empresa em que trabalhavam 54% afirmam que a empresa tinha até 19 funcionários, 26% afirmam que a empresa tinha de 20 a 99 funcionários, 14% trabalhavam em empresas que tinham de 100 a 499 funcionários e somente 6% afirmam que a empresa na qual trabalhavam tinha 500 ou mais trabalhadores. A tabulação utilizada diz respeito a dados fornecidos pelo SEBRAE que classifica as empresas que têm de 0 a 19 funcionários como microempresas, as que têm de 20 a 99 são pequenas, de 100 a 499 são médias e acima de 500 são grandes empresas. Assim a grande maioria dos entrevistados trabalhava em microempresas. No entanto, um número bastante significativo destes trabalhadores, 20%, trabalharam em empresas de médio e grande porte.

Tabela 17
As vantagens que tinha neste emprego

As vantagens que tinha neste emprego	V.A.	%	% Válido
Nenhuma	17	21,3	22,7
Participação no Lucros da Empresa	1	1,3	1,3
Direitos trabalhistas	29	36,3	38,7
Benefícios	10	12,5	13,3
Rendimento maior	3	3,8	4,0
Direitos trabalhistas e rendimento maior	4	5,0	5,3
Salário Certo	6	7,5	8,0
Direitos trabalhistas e transporte	5	6,3	6,7
Total	75	93,8	100,0
Não respondeu	5	6,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Quando são perguntados sobre as vantagens que tinham em seu emprego com carteira assinada, um número significativo, 23%, afirmam que não tinham nenhuma vantagem em seu trabalho anterior. No entanto, 77% afirmam ter alguma vantagem em seu emprego com carteira assinada, isso mostra que o trabalho formal ainda é símbolo de garantias e seguridade social no ideário dos trabalhadores. Um outro ponto marcante é o fato de que estes trabalhadores consideram ter perdido vantagens ao perderem seu emprego com carteira assinada, confirmando a hipótese de que ocorre uma precarização de suas condições de trabalho. Dentre as vantagens que tinham os trabalhadores de rua, os direitos trabalhistas, seja sozinho ou associado aos rendimentos maiores ou ao transporte dizem respeito à 51% dos casos encontrados, 13% afirmam que suas vantagens em seu trabalho anterior eram os benefícios que recebiam, 8% dizem que as vantagens que tinham eram os salários certos. Portanto, 64% dos entrevistados reconhecem na proteção dos direitos e benefícios trabalhistas a vantagem no emprego. Mas dois outros pontos devem ser ainda destacados, primeiro que somente 4% reconhecem nos maiores rendimentos uma vantagem do emprego anterior e em segundo que 23 %, um número bastante significativo afirmam que não tinham nenhuma vantagem em seu trabalho anterior. Estes números podem significar que parte destes trabalhadores da viviam uma situação de precariedade em sua atividade anterior o que fica evidente quando se verifica que nesta amostra, além de ex-bancários e ex-petroquímicos, além de trabalhadores bem estabelecidos, há também, empregadas domésticas, auxiliares de serviços gerais e outras profissões que, mesmo garantindo uma carteira assinada, conservam os mais baixos níveis de precariedade. Isso é importante para ressaltar que a nova informalidade é formada também por trabalhadores que, mesmo vindo de uma atividade formal, já trazem desta atividade a experiência dos baixos rendimentos e da precariedade.

Tabela 18
Você era sindicalizado?

Era sindicalizado	V.A.	%	% Válido
Sim	42	52,5	53,2
Não	37	46,3	46,8
Total	79	98,8	100,0
Não Respondeu	1	1,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Com relação à taxa de sindicalização enquanto exerciam a atividade anterior (com carteira assinada), um número alto de 53% de trabalhadores afirmam que eram sindicalizados e 47% não eram sindicalizados. Dentro do média das taxas de sindicalização este número de 53% acaba sendo surpreendente. Mas logo a surpresa se desfaz quando se verifica a participação destes trabalhadores nas atividades sindicais. Somente 19% afirmam que participavam de alguma atividade do sindicato e a grande maioria, 81%, não participavam de nenhuma atividade de seu sindicato. Dos que participavam de alguma atividade, a maioria citou as assembléias e reuniões como atividades mais freqüentadas. Esta pouca participação no sindicato, este pouco engajamento vai acabar se refletindo mais à frente na sua relação com seus sindicatos enquanto trabalhadores informais.

Tabela 19
Tempo que deixou trabalho

Tempo que deixou trabalho	V.A.	%	% Válido
Menos de 1 ano	3	3,8	3,8
1 a 3 anos	9	11,3	11,5
4 a 6 anos	14	17,5	17,9
7 a 10 anos	17	21,3	21,8
11 a 14 anos	14	17,5	17,9
15 a 20 anos	10	12,5	12,8
Mais de 20 anos	11	13,8	14,1
Total	78	97,5	100,0
Não respondeu	2	2,5	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Segundo a tabela acima 22% deixaram seu emprego com carteira assinada faz 7 a 10 anos, 18% deixaram seu trabalho de 11 a 14 anos, 18% deixaram seu trabalho anterior faz 4 a 6 anos e 15% deixaram seu emprego há 3 anos. Portanto, a maioria dos entrevistados, 55%, afirmam que deixaram seu emprego com carteira assinada há dez anos, ou seja este período corresponde exatamente ao período em que o processo de reestruturação produtiva ocorreu de forma mais acirrada no Brasil e na Bahia, gerando uma

onda de desemprego e um processo de informalização das relações de trabalho. A reestruturação produtiva é, portanto, um fator determinante para o incremento da informalidade na Bahia. Isto reforça a hipótese de que este segmento de trabalhadores da nova informalidade são parte necessária da nova lógica da acumulação flexível. A reestruturação produtiva é um dos alicerces da transição do fordismo para a cumulação flexível e estes trabalhadores são um de seus principais produtos, uma de suas principais conseqüências.

Ainda confirmando o que foi colocado na tabela anterior, verifica-se que os números da pesquisa mostram que 56% dos entrevistados deixaram seu emprego com carteira assinada por iniciativa da empresa seja por que foram demitidos (49%) ou por causa de crises na atividade (7,5%). Estes números revelam e acentuam bem o impacto da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho na cidade de Salvador, a cidade que detém desde a década de noventa os índices mais altos de desemprego do país segundo dados da PED. Somente 15% dos entrevistados saíram de seu emprego por iniciativa própria.

Tabela 20
Quando saiu deste trabalho o que você recebeu?

O que recebeu?	V.A.	%
Indenização	8	10,0
FGTS	4	5,0
Nada	6	7,5
Indenização, FGTS e Seguro Desemprego	41	51,3
FGTS e Seguro Desemprego	9	11,3
Indenização e FGTS	10	12,5
Indenização e seguro desemprego	2	2,5
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

A tabela acima mostra que ao saírem de seu emprego com carteira assinada 7,5% afirmam não terem recebido qualquer indenização ou benefício, 10% receberam indenização, 5% receberam FGTS, 51% receberam Indenização, FGTS e Seguro Desemprego, 11% receberam FGTS e Seguro Desemprego, 13% receberam Indenização e FGTS e 3% receberam Indenização e seguro desemprego. Ou seja, pode-se verificar que a

grande maioria, 92%, recebeu algum tipo de benefício ou direito que o emprego formal garante, ao deixar seu trabalho com carteira assinada.

Tabela 21
Entre este último trabalho e o atual ficou desempregado?

Entre este último trabalho e o atual ficou desempregado	V.A.	%	% Válido
Sim	47	58,8	60,3
Não	31	38,8	39,7
Total	78	97,5	100,0
Não respondeu	2	2,5	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

A tabela acima mostra que, das respostas válidas, 60% dizem que ficaram desempregados entre o seu último trabalho e sua atividade atual e 40% não ficaram desempregados passando direto do trabalho formal para um atividade informal. É difícil, com os dados que se tem, desvendar com clareza esta passagem direta para o trabalho informal, o fato é que como já foi visto, trata-se de pessoas que em sua maioria sustentavam suas famílias e não podiam ficar desempregados um só instante. Grande parte deles recebeu ajuda de parentes ou conhecidos que já eram informais ou tinham contato na prefeitura e órgãos afins para liberar a atividade, investiram o dinheiro das indenizações ou o pequeno capital acumulado na atividade anterior e foram à luta.

Bem, com relação a esta questão do desemprego, alguns pontos ainda devem ficar claros: durante a entrevista, muitos trabalhadores diferenciavam bastante o desemprego e a inatividade, faziam questão de dizer que não ficaram inativos nunca, mas que, desempregados, ficaram desde o dia que perderam seu emprego com carteira assinada e continuam sem emprego até então. A condição de empregado é um status social específico, que confere ao trabalhador estabilidade, segurança, direitos e benefícios. Confere, também uma outra organização da vida, dos horários, a necessidade de prestar contas a outrem (o patrão), um contrato específico e o salário certo. Para muitos dos entrevistados o emprego, estar empregado, significa somente alguma e qualquer que seja, inserção no mercado de trabalho, significa, simplesmente, estar ativo. Para outros tantos, o emprego é um prestígio

social que perderam e que não vão voltar a ter e deixam muito claro que compreendem que estar ocupado é uma coisa, estar empregado é outra coisa bem diferente.

Tabela 22
Tempo de Desemprego

Tempo de Desemprego	V.A.	%	% Válido
Menos de 1 ano	15	18,8	35,7
1 a 2 anos	17	21,3	40,5
3 a 5 anos	4	5,0	9,5
6 a 10 anos	5	6,3	11,9
Mais de 10 anos	1	1,3	2,4
Total	42	52,5	100,0
Não se aplica	38	47,5	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Entre aqueles que disseram que ficaram desempregados 41% afirmam que ficaram nesta condição por um período de 1 a 2 anos, 36% ficaram desempregados menos de um ano, 10% de 3 a 5 anos, 12% ficaram desempregados de 6 a 10 anos e 2% viveram mais de 10 anos de desemprego. Na verdade, o trabalhador informal de rua não pode ser considerado uma pessoa empregada. Estar empregado significa ter um contrato de trabalho específico e receber um salário e benefícios por este trabalho garantidos pelo contrato firmado. De um modo geral, todos os trabalhadores entrevistados - excetuando-se aqueles que têm alguma outra atividade além do trabalho nas ruas - são e estão desempregados, porem ativos e ocupados. O emprego é uma forma específica de trabalho assalariado e por isso os trabalhadores entrevistados devem ser considerados como desempregados. Segundo a conceituação da PED estes trabalhadores estão em situação de **desemprego oculto por trabalho precário**.

Desempregados em exercício de trabalho precário, trabalhador informal, autônomo, o fato é que estes trabalhadores em sua maioria não puderam ficar durante muito tempo parados e tiveram que ir a luta, tiveram que encontrar alguma maneira de permanecer ativos para garantir sua subsistência e de suas famílias. Estes trabalhadores que antes eram motoristas de ônibus, cobradores de ônibus, bancários, petroleiros, trabalhadores do pólo, empregada domésticas, caixas de supermercado, balconistas de loja, gerentes de vendas, encanadores, eletricitas, secretária etc, perdem seus empregos, precários ou bem estabelecidos e são lançados à sua própria sorte.

Estes trabalhadores vestem então a fantasia do “homem moderno.” Precisam se lançar ao mundo numa luta solitária pela sobrevivência. Precisam ganhar dinheiro, precisam encontrar uma forma de voltar a colocar todo mês um dinheiro no orçamento familiar que substitua o salário perdido junto com o trabalho formal que se fora. O mercado não os aceita mais, estudaram, têm curso profissionalizante mas o mercado de trabalho não precisa mais deles, estão ultrapassados, seu conhecimento não lhes serve de nada. É preciso então vestir a fantasia completa do homem moderno e se desprender do passado, se desprender das suas sabedorias, de sua escolaridade, do conhecimento adquirido em sua atividade formal ao longo dos anos. O homem moderno não se apega a passados, não se apega a conceitos, deve ter garra e gostar dos desafios, quanto mais problemas melhor, é assim que prova o seu valor.

Vestido da fantasia do homem moderno o ex-trabalhador fordista descobre que não deve ter vergonha de ter perdido seu emprego, vergonha é ficar inativo, ser imprestável. O homem moderno não, ele vai a luta, ele é capaz de enfrentar qualquer dificuldade, é capaz de enfrentar qualquer desafio e correr riscos, afinal ele é adaptável, é flexível. Vergonha é não fazer nada e morrer e deixar a família com fome, sem escola, sem água e sem luz. Então vai a luta, atrás do que fazer, faz tudo, é adaptável, afinal, não tem escolha. Ainda há alternativas, é preciso encontrar o que fazer, algo útil, algo que sirva para alguém, que alguém queira ou precise comprar. Se for esperto e ágil o homem flexível descobre o que fazer, se for útil alguém vai querer. O mais importante não é ser útil de verdade, o homem flexível deve, antes de tudo, saber convencer, persuadir, mostrar que é útil, tudo agora depende dele e só dele. Há um espaço na sociedade, que o Capital reserva para estes homens de iniciativa, para estes “autopatrões”, estes “empresários de si mesmos.” O mercado é livre, é o espaço da livre concorrência, ao menos é assim que desejam e afirmam os liberais. Há um mercado especial que é o espaço deste homem livre, sem patrão, independente, o mercado informal. É esta a saída para estes trabalhadores. Que vergonha que nada, vergonha é não fazer nada. O homem flexível encara os desafios e vai a luta se vender, mostrar que é bom e que tem tudo de bom, para garantir o pão de amanhã.

Mas como começar? Entrar na informalidade não é fácil, pois, este mercado também tem seus limites. Como os próximos números ajudarão a mostrar, estes trabalhadores, mesmo sendo expulsos do trabalho formal, ainda conservam ranços do

homem fordista e alguns deste ranços os ajudarão a ingressar na informalidade. Observe a tabela abaixo, como este números ganham vida.

Tabela 23
De que maneira você começou na atividade atual?

De que maneira você começou a atividade	V.A.	%	% Válido
Parentes	9	11,3	11,4
Aprendeu o ofício em outro trabalho	1	1,3	1,3
Negócio Familiar	2	2,5	2,5
Como ajudante/aprendiz	5	6,3	6,3
Através de amigo/sócio/vizinho/collega	15	18,8	19,0
Empréstimo em bancos ou poder público em geral	1	1,3	1,3
Iniciativa própria e aplicação de recursos de outra atividade	38	47,5	48,1
Insatisfação com atividade anterior	1	1,3	1,3
Desemprego	7	8,8	8,9
Total	79	98,8	100,0
Não respondeu	1	1,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Quando perguntados sobre como começaram na informalidade, observa-se que, dos entrevistados, 48% responderam que começaram na atividade por iniciativa própria a partir da aplicação de recursos da outra atividade. O capital e recursos acumulados na atividade anterior, bem como o dinheiro das indenizações das demissões acaba funcionando como ponte de passagem para a nova atividade. Este parece ser um dos últimos benefícios retirados do trabalho formal. Verifica-se, ainda, que 19% tiveram ajuda de amigos, sócio, vizinho ou colega, 11% começaram na atividade com ajuda de parentes e 6% começaram como ajudante e/ou aprendiz., ou seja, 36% afirmam que começaram na atividade com a ajuda de alguém, ou seja preferem dar destaque como fator importante para o início na atividade a presença de outras pessoas, traços ainda marcantes de uma rede de solidariedade e compromissos mútuos e coletivos característicos de uma sociedade e uma realidade menos individualizada do que a era das relações flexíveis. Estes números são reforçados quando se pergunta diretamente se estes trabalhadores contaram com a ajuda de alguém para começar na atividade e 40% afirmam que sim. No entanto, 60% afirmam que não receberam a ajuda de ninguém e tiveram que começar a atividade sozinhos, o que revela claramente que a informalidade é o *locus* do indivíduo solitário, do indivíduo sem outro.

Além destas características mais subjetivas, estes números mostram, também, como o chamado setor informal está subordinado à lógica da acumulação capitalista por diversas vias complementares: primeiro, alimentando o capital através da sua existência enquanto exército de reserva, participando ativamente da reprodução da força de trabalho disponível; segundo, sendo alimentado pelo capital, já que são as pessoas diretamente exploradas pelo capital, os assalariados, que consomem as mercadorias e serviços produzidos pelo mercado informal, possibilitando desta forma seu escoamento e circulação; terceiro, que este setor informal também é alimentado pelo setor formal no que diz respeito à mão de obra; quarto e último, pode-se observar uma crescente utilização de recursos e rendas acumuladas em atividades formais para o emprego nas atividades informais.

Tabela 24

Tempo de Atividade

Tempo de Atividade	V.A.	%
Menos de 1 ano	7	8,8
1 a 5 anos	16	20,0
6 a 10 anos	30	37,5
11 a 15 anos	13	16,3
16 a 20 anos	3	3,8
21 a 25 anos	5	6,3
26 a 30 anos	2	2,5
Acima de 35 anos	4	5,0
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Para terminar a análise sobre a trajetória deste trabalhadores, observa-se que dos entrevistados, 66% estão na atividade atual há no máximo dez anos, ou seja, exatamente o período referente a implementação do processo de reestruturação produtiva. Verifica-se, ainda, que 16 % passou a exercer a atividade atual faz 11 a 15 anos. Os 18% restantes estão na atividade atual há mais de 15 anos. A partir dos dados da tabela acima pode-se mais uma vez confirmar um dos principais objetivos desta pesquisa que é o de demonstrar

como o processo de Restruturação Produtiva implementado no Brasil na década de noventa atinge de forma intensa o mercado de trabalho em Salvador sendo um dos principais fenômenos causadores do surgimento da nova informalidade.

III - COMO VIVEM?

Os próximos relatos e dados que serão mostrados e analisados dizem respeito às condições e processos de trabalho dos trabalhadores de rua de Salvador, bem como às suas projeções futuras. Como já foi colocado no início deste trabalho acredita-se que a categoria trabalho é um fator determinante para se apreender as condições de vida dos homens. Descubra como um homem trabalha, o que faz, como se relaciona com o seu meio e com os outros homens e então saberás quem é este homem, saberás como vive e em que condições vive.

É através das suas condições de trabalho que será possível desvendar as condições de vida destes trabalhadores, uma vez que, como será mostrado mais adiante, a maioria deles passa a maior parte de suas vidas na labuta e as suas casas passam a servir como dormitório somente.

a) Condições de trabalho:

No intuito de colher destes trabalhadores informações sobre o seu cotidiano que pudessem revelar informações sobre suas condições de trabalho, foi pedido no roteiro de entrevista que eles descrevessem em poucas palavras como era seu dia de trabalho. Quase a totalidade das respostas apresentam o mesmo quadro:

“ acordo, o sol nascendo, ainda, umas cinco horas... saio muito cedo de casa, chego no ponto e vou pegar a mercadoria no depósito... antes de oito horas já tem que estar tudo pronto, barraca armada e mercadoria arrumada pra vender... aí é só esperar o cliente... tem dias que agente vende, outros não... Meio-dia, uma hora eu almoço... às vezes aqui mesmo, comida fria ou num restaurante desse aqui... volto, de tarde é a mesma coisa... sete horas, desmontar a banca, levar tudo pro depósito...

até oito dá certinho... depois é ir pra casa... chega umas dez, come e dorme...” (vendedor ambulante)

“Saio de casa cedo, bem cedo, chego no ponto e fico esperando os clientes, às vezes dá muita gente, às vezes não... no final do dia, volto para casa” (encanador)

“Saio cedo, vou para algum ponto de taxi... a maior parte do tempo fico mais parado do que rodando ... passo mais ou menos 6 horas esperando e 4 horas rodando o dia inteiro.”

“Boto o carro na fila e fico esperando a minha vez de pegar passageiro, tem dias que é muito pouco.” (motoristas de taxi)

“Acordo bem cedo pra pegar a meninada... sete horas tem que estar todo mundo no colégio... volto para casa, almoço às dez e meia... onze horas estou na porta do colégio de novo, levo todo mundo para casa... pego um renca de menino de novo... os da tarde... passo a tarde na frente do colégio, normalmente, jogando dominó... pra não gastar óleo (combustível)... cinco horas (tarde) começa a confusão de novo... só chego em casa quase oito horas, por causa do trânsito”. (condutor de transporte escolar)

No caso de algumas mulheres, em se tratando de qualquer das atividades, chegam do trabalho e ainda vão arrumar a casa e fazer comida para o outro dia, para os filhos e marido, ou seja realizam a dupla jornada de trabalho.

De um modo geral os depoimentos passam uma sensação de monotonia, de rotina. Bem, isso é um pouco obvio, quando se pede para relatar o cotidiano, as pessoas acabam elencando o que é comum o que é rotineiro, aquilo que fica, é a forma de recompor uma noção de si dos seus dias, apreendê-lo a partir de suas repetições.

Para aprofundar um pouco mais a compreensão sobre as condições de trabalho destas pessoas é preciso conviver e viver um pouco da sua experiência, é preciso ser um pouco antropólogo neste sentido e viver o campo de pesquisa. Para acompanhar o dia a dia destes trabalhadores é preciso, portanto acordar cedo, como se pôde perceber, não importa

bem a atividade, tem que acordar cedo. Depois, deve-se escolher a atividade, para então se decidir para onde ir. No caso dos vendedores ambulantes, deve-se ir ao centro da cidade, transversais da Carlos Gomes e Av. Sete, na Barroquinha, na Rodoviária, na Liberdade ou nas diversas feiras livres de Salvador. Se forem os motoristas de táxi a Estação de Transbordo da Lapa ou o “pontão” da Rodoviária, são uma boa pedida. Para os carros de frete e prestadores de serviço (encanadores e eletricitas), sugere-se o largo das Sete Portas e o relógio de São Pedro. Para os motoristas de transporte escolar, a portaria de qualquer colégio grande é uma boa alternativa, o Salesiano em Nazaré oferece uma praça confortável com motoristas espalhados por diversos pontos de domínio.

Independente dos trabalhadores, da atividade que realizem, uma coisa será constante e rotineira, sim, no cotidiano destes trabalhadores, a dificuldade do trabalho nas ruas, a realidade do trabalho informal, que será aos poucos desvendada nas próximas páginas deste trabalho, frutos de dois anos de pesquisa de campo, vivenciando um pouco do dia a dia destes trabalhadores.

Um primeiro ponto a ser tratado, é a chamada solidão do informal. Estas pessoas vêm de empregos em indústrias ou estabelecimentos comerciais onde dividiam a responsabilidade por seu trabalho com alguém, com colegas de trabalho. A realidade no informal é um pouco diferente, como será mostrado a seguir. Nesta nova atividade, podem contar, no máximo com a divisão de algumas responsabilidades com parentes.

Tabela 25
Trabalha sozinho nesta atividade?

Trabalha sozinho nesta atividade	V.A.	%	% Válido
Sim	61	76,3	77,2
Não	18	22,5	22,8
Total	79	98,8	100,0
Não respondeu	1	1,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Conforme mostra a tabela 25, entre os entrevistados, a grande maioria, 77%, afirmam que trabalham sozinhos em sua atividade e somente 23% afirmam que contam com a ajuda de alguém. Entre os entrevistados que afirmam ter a ajuda de alguém em sua

atividade (dezoito pessoas em oitenta), 71% dizem que trabalham com somente mais uma pessoa e 29% trabalham com duas pessoas. Entre estas dezoito pessoas que recebem ajuda de alguém, 12 delas recebem ajuda de familiares.

O trabalho de rua além de precário é também solitário. É aquela história que já foi tratada e que mostra como estes trabalhadores são o exemplo mais precário do homem flexível. O trabalhador informal não pode ser somente o que trabalha, ele é também o empresário e o patrão, acumula todas as tarefas necessárias para a sobrevivência na e da atividade. Estes indivíduos acabam tendo que se comportar mais como um empreendedor, do que como um simples executor do trabalho. É ele que planeja a produção, controla estoques, levanta custos, contabiliza a receita, atrai a clientela, mesmo que às vezes isso seja feito instantaneamente e intuitivamente, sem perceber, como uma resposta imediata às incertezas da atividade.

É bem verdade que estes trabalhadores, em seu local de trabalho, conseguem tecer redes de amizade, um toma conta da barraca do outro, no caso dos ambulantes, jogam juntos para passar o tempo, mas o caráter destas relações é duvidoso quando se pensa no estabelecimento de compromissos mútuos que impliquem em longa duração, que impliquem em uma identidade coletiva. Na maioria das vezes, o trabalhador informal vê o seu colega de atividade como concorrente, se ajudam é bem verdade em muitas coisas, mas esta ajuda não implica no estabelecimento de uma identidade de classe, não implica que estes trabalhadores se identifiquem um com o outro enquanto um corpo coletivo único. Cada um deve cuidar do seu e tem que cuidar do seu. Ser um trabalhador informal é estar só no mundo, é ter que provar sozinho o seu valor para a sociedade, é “se vender”, é convencer de que deve ser comprado, de que “deve ser escolhido” no lugar do outro, o concorrente. O trabalho informal é portanto o retrato mais explícito de uma “individualismo negativo”, como afirma Castel. Negativo, porque não se trata do lado positivo do ideário liberal, onde o respeito às individualidades, entendidas como diferenças, a compreensão do homem como ser individual que tem direitos inalienáveis se tornam condição necessária e indispensável para a sobrevivência da humanidade. No chamado individualismo positivo, ser indivíduo, ter sua individualidade respeitada era, inclusive condição necessária para os homens, trabalhadores se organizarem coletivamente. A realidade do trabalhador informal é diferente, é ele mais ele mesmo e mais ninguém. O trabalho informal aparece portanto

como um exemplo mais claro da fragmentação da classe trabalhadora, da fragmentação dos homens enquanto classe.

Tabela 26
É dono do ponto ou das mercadorias?

É dono do ponto ou das mercadorias	V.A.	%	% Válido
Sim	64	80,0	90,1
Não	7	8,8	9,9
Total	71	88,8	100,0
Não se aplica	9	11,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Ainda com relação aos processos de trabalho, a grande maioria, 90% afirma que são donos do ponto de trabalho, das mercadorias ou dos meios de trabalho. Somente 10% afirmam não serem os donos dos meios de trabalho. Os números, portanto, além de confirmar que estes trabalhadores são patrões de si mesmos, evidenciam que não é grande ainda, entre os entrevistados, a “subcontratação” do trabalhador informal das ruas de Salvador dado o grau da precariedade da condição das atividades informais. Para aqueles que responderam que não são donos dos meios de trabalho perguntou-se quem é o seu patrão ou dono do negócio e 3 pessoas dizem que trabalham para pessoa física, 1 pessoa trabalha para uma empresa e 1 pessoa trabalha para familiares.

Continuando a análise sobre as condições de trabalho destas pessoas, um ponto que sempre vem à tona quando se está discutindo a informalidade é o controle sobre os processos de trabalho, o controle efetivo sobre a atividade. É como se acreditar que na informalidade, o trabalhador é o dono dos processos de trabalho e dos meios de produção. Bem, isso é dos fatores utilizados inclusive para se definir se uma atividade é informal. Os números anteriores - 90% afirma que são donos do ponto de trabalho, das mercadorias ou dos meios de trabalho - mostram esta realidade claramente. No entanto a questão sobre o controle efetivo dos processos de trabalho como um todo deve ser tratada com cuidado. Observe, então as próximas tabelas e depoimentos.

Tabela 27
O ponto é fixo?

O ponto é fixo	V.A.	%	% Válido
-----------------------	-------------	----------	-----------------

Sim	58	72,5	72,5
Não	22	27,5	27,5
Total	80	100,0	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Esta tabela mostra que 73% dos entrevistados afirmam que seu ponto é fixo e somente 28% dizem não terem ponto fixo. Esta pergunta vale, também, para taxistas e condutores de transporte escolar e, para estes trabalhadores levou-se em consideração que o ponto de trabalho é o local em que estavam parados à espera de passageiros, no caso dos taxistas e o colégio em que fazem transporte escolar, no caso dos condutores. Quando se pergunta quem define o espaço em que realizam sua atividade, 41% dizem que é a prefeitura, 5% dizem que são associações ou sindicatos e 1% dizem que é a prefeitura e os sindicatos ou associações, ou seja, 48% dos entrevistados têm seu espaço de trabalho definido por outrém, um número bastante significativo de trabalhadores portanto, têm seu espaço de trabalho definido pelo poder público ou associações sindicais com as quais não se identificam. No entanto o que mais chama a atenção é o fato de que 51% destes trabalhadores afirmam que são eles mesmos que definem o espaço de seu trabalho, o que aparentemente confirma que estes trabalhadores possuem realmente uma grande independência em se tratando da definição e organização do seu espaço de trabalho. Mas estes números podem confundir um pouco a realidade que apresenta outra face, conforme será demonstrado.

Tabela 28
Frequência dos principais problemas
enfrentados pelos trabalhadores

Problemas enfrentados	V.A.	%
Prefeitura / Fiscalização / Repressão	20	25
Condições do comércio	17	21
Condição de trabalho nas ruas	13	16
Infra-estrutura	6	7,5
Relacionamento com os colegas	5	6,3
Problemas no trânsito	3	3,8
Violência	2	2,5

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Entres os problemas listados como os principais enfrentados pelos trabalhadores no seu dia a dia, problemas com a prefeitura, sua fiscalização e repressão aparecem em 25% dos casos, ou seja é sempre o caso mais lembrado pelos trabalhadores como o principal problema enfrentado no seu trabalho. Realmente não é incomum ao passar nas ruas de Salvador ver funcionários da SESP (Secretaria de Serviços Públicos), órgão da Prefeitura responsável pela organização e ocupação dos espaços públicos, em conflito com trabalhadores de rua da cidade. São inúmeros casos de agressões, relatados pela imprensa local e observados no dia a dia em que quase sempre estes trabalhadores têm sua mercadoria e instrumentos de trabalho recolhidos. Os trabalhadores que usam carros (motoristas de táxi, condutores de transporte escolar, ou carros de frete) bem como os guardadores de carros enfrentam muitos problemas com fiscais do Detran-BA (Departamento de Trânsito) e da SET (Secretaria de engenharia de Tráfego). Os relatos dos trabalhadores são impressionantes e revelam com clareza esta situação:

“Acho que a fiscalização dos carros deveria ser menor, enchem o saco, toda hora querem tirar um dinheiro nosso”

“acho que a prefeitura deveria acabar com este negócio de rapa, vendi um café na LAPA e tive minha guia presa, não tinha registro, não tinha permissão para vender lá”

“Uma vez, fui espancado pelo rapa, acho que deveria diminuir a perseguição do rapa.”

“Trabalhar na rua é horrível, agente toma sol e chuva, a prefeitura não deixa botar proteção nas barracas... não quero ficar aqui mais não... o sufoco tá grande, a perseguição da prefeitura é grande... A prefeitura bota você num local que você não vende nada, que fazer você desistir da atividade... botam também agente um contra o outro...”

“Ela (a prefeitura), ao invés de ajudar atrapalha, a pessoa quer trabalhar eles mudam de lugar, tiram da rua. O que sobra? Roubar ou matar. O negócio é deixar a gente trabalhar, mas é guerra o dia inteiro.”

“Meu principal problema são os fiscais da prefeitura que exigem tanto e não fazem nada pra agente. Até o plástico que agente bota na barraca pra proteger da chuva e do sol eles tiram, só querem nosso dinheiro.”

“Meu dia de trabalho é tomar chuva o dia todo, os fiscais da prefeitura não deixam trabalhar, tiram até a proteção da chuva.”

São inúmeros os relatos que mostram que estes trabalhadores não são tão livres para controlar e definir o seu espaço de trabalho. Nem mesmo os que trabalham em seu próprio carro. Um outro fator que exemplifica bastante esta situação é a necessidade de algum registro autorizando o funcionamento do negócio, para que a atividade possa continuar existindo.

Tabela 29
A atividade tem algum tipo de registro?

A atividade tem algum tipo de registro	V.A.	%
Sim	52	65,0
Não	28	35,0
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

A tabela mostra que 65% dos trabalhadores afirmam que sua atividade tem algum tipo de registro e 35% dizem que sua atividade não possui nenhum tipo de registro. A maioria, portanto, precisa de algum tipo de registro para manter sua atividade, para continuar trabalhando e se sustentando com o seu trabalho, ou seja, o trabalhador das ruas não é nem livre nem autônomo para realizar sua atividade como bem quer. Normalmente estes registros dizem respeito à cadastros na prefeitura sem os quais estes trabalhadores não podem exercer suas atividades, têm que dar satisfação de tudo. Para os ambulantes, até o horário de chegada e saída é fiscalizado pela SESP.

Tabela 30
Você se considera independente neste trabalho?

Você se considera independente neste trabalho	V.A.	%	% Válido
Sim	63	78,8	81,8
Não	14	17,5	18,2
Total	77	96,3	100,0
Não respondeu	3	3,8	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Outra questão interessante diz respeito ao fato de estes trabalhadores serem independentes ou não na atividade que realizam. Segundo a tabela, 82% dos entrevistados se consideram independentes e somente 18% não se consideram independentes. Esta questão é bastante interessante e pode ser olhada por dois ângulos, um mais estrutural e outro no nível da própria representação dos sujeitos entrevistados. Sob um âmbito mais estrutural não se pode afirmar que estes trabalhadores são realmente independentes, não se pode levar em conta somente o que eles mesmos acham de sua condição. A análise de tabelas anteriores e a própria convivência e observação no trabalho de campo mostram que, a visão de independência destes trabalhadores pode ser reinterpretada. São trabalhadores com jornadas de trabalho diária e semanal longas, que acordam de manhã cedo para trabalhar e só retornam para suas casas tarde da noite, subordinados à uma rotina diária em que não podem faltar o trabalho, nem por doença, se não, não ganham o dinheiro do dia, estão sempre submetidos à insegurança do mercado e à vontade dos clientes e consumidores, são subordinados à uma fiscalização intensa da prefeitura, que lhes impõe pagamento de taxas, regularização das barracas, tamanho das mesmas, licença para os veículos, fiscalização sobre os tipos de produtos vendidos, segurança dos carros etc., são trabalhadores que também são submetidos a um conjunto de regras e comportamentos que por vezes não são tão visíveis quanto as cobranças de patrões, mas que também ditam maneiras de ser e de se estruturar dentro da realidade social.

Mas sob uma ótica mais subjetiva, no âmbito da representação que os próprios entrevistados têm da sua condição - e é isso que esta pergunta sobre a independência pode alcançar - pode-se afirmar que estes trabalhadores são realmente independentes e são dados vários e convincentes motivos para que os mesmos se considerem como tais. Entre os motivos pelos quais os trabalhadores se consideram independentes 63% dos entrevistados dizem que é por causa da ausência de controle e obrigatoriedade no trabalho, 27% dizem que é porque não têm Patrão. São portanto, motivos claros que definem claramente porque estes trabalhadores se consideram independentes, mas nunca é demais ressaltar que estes motivos dizem respeito à própria representação que estes sujeitos fazem de sua condição.

O fato de estes trabalhadores se considerarem independentes não significa que consideram sua situação de trabalho boa, independência não é sinônimo de boas condições de trabalho. O fato de serem independentes não significa que estes trabalhadores desfrutam de excelentes condições de vida e de trabalho, a independência traz consigo toda uma gama de fatores estruturais ou subjetivos - já citados no parágrafo anterior - que condicionam a vida e o trabalho destas pessoas.

Conforme aponta Sennett a repulsa à rotina burocrática e ao controle do fordismo, a recusa de ter um patrão de ser subordinado ou dever algo a alguém, enfim, a busca pela flexibilidade do tempo do espaço e das relações de trabalho, ao invés de criarem as condições necessárias à livre ação dos homens, produziram novas estruturas de poder e controle que subordina os trabalhadores a uma condição de precarização, fazendo com que eles se achem livres, donos de seus destinos. O avanço nas análises vai permitir uma melhor compreensão e apreensão destes mecanismos mais sutis de controle. Um dos principais pontos é a relação destes trabalhadores com o tempo, o tempo destinado às suas vidas e ao seu trabalho.

Conforme Capítulo II da CLT, sobre a duração do trabalho está previsto o seguinte:

“Art. 58. A duração normal de trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

Art. 59. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente a duas, mediante acordo escrito entre patrão e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.”

No entanto, observa-se segundo as próximas tabelas que estes trabalhadores encontram na informalidade uma realidade bem diferente da que tinham em suas atividades formais.

Tabela 31

Quantos dias você trabalha neste atividade por semana?

N. de dias	V.A.	%	% Válido
3	3	3,8	3,8
5	15	18,8	19,0
6	38	47,5	48,1
7	23	28,8	29,1
Total	79	98,8	100,0
Não Respondeu	1	1,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Com relação à jornada semanal de trabalho 48% afirmam que trabalham 6 dias na semana, 29% trabalham 7 dias, 19% 5 dias e 4% trabalham 3 dias. A tabela mostra que 77% dos entrevistados trabalham mais que os 5 dias habituais de um contrato de trabalho formal. Estes trabalhadores acabam enfrentando uma realidade diferente da que tinham em seus empregos e o tempo que têm que abrir mão em suas vidas para se dedicarem ao seu trabalho acaba sendo bem maior.

Tabela 32
Jornada de Trabalho

Jornada de Trabalho	V.A.	%	% Válido
4 a 7 horas	5	6,3	6,4
8 horas	11	13,8	14,1
9 horas	8	10,0	10,3
10 horas	12	15,0	15,4
11 horas	13	16,3	16,7
12 horas	20	25,0	25,6
Mais de 12 horas	9	11,3	11,5
Total	78	97,5	100,0
Não respondeu	2	2,5	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Dos entrevistados 12% trabalham mais de 12 horas por dia, 68% trabalham de 9 a 12 horas 12 horas, 14% trabalham 8 horas e 6% trabalham menos de 8 horas por dia. Este dado é fundamental para se compreender as condições de trabalho destas pessoas, verifica-se que 80% dos entrevistados trabalham mais que 8 horas de trabalho, ou seja, um número significativo de trabalhadores gasta muito mais tempo em sua atividade do que o previsto legalmente para atividades formais, o que significa que se pode supor que a grande maioria destes trabalhadores têm que dedicar muito mais tempo de suas vidas ao seu trabalho do

que o que faziam em seu emprego formal. Este é um dado bastante interessante para ser analisado pelos defensores da “sociedade do tempo livre”, para os que acreditam que o capitalismo, nesta nova fase da acumulação flexível cria uma nova forma de organização do tempo do trabalho que permite que os trabalhadores possam dedicar mais o seu tempo para outras instâncias de suas vidas. O trabalho ficaria, portanto, em segundo, terceiro ou quarto plano nesta nova realidade. Mas infelizmente para os amantes das teorias sobre o ócio criativo e também para o conjunto de trabalhadores que saem da condição de fordista para virarem flexíveis, o trabalho continua central e ocupando cada vez mais tempo da vida dos homens.

Uma outra categoria central para entender as condições de trabalho e de vida dos entrevistados é a sua relação com o dinheiro, ou melhor, qual o ganho destes trabalhadores? Como se sustentam? Vale lembrar que a forma como são remunerados é decisiva não só para determinar o consumo destes trabalhadores, mas também sua relação com o tempo.

Tabela 33
Ganho por semana em SM¹⁴

Ganho por semana em SM	V.A.	%
Menos de 1 SM	31	38,8
1 a 2 SM	6	7,5
Acima de 2 SM	1	1,3
Total	38	47,5
Não respondeu/Não sabe	42	52,5
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Para o trabalhador de rua o ganho é diário, o gasto também é diário, o dinheiro que entra, sai logo, para garantir sua sobrevivência e de sua família e a reprodução de sua atividade. Observa-se, segundo a tabela acima que 53% dos entrevistados não têm noção de qual o seu ganho semanal. Dos 38 que têm idéia do que ganham na semana, 31 ganham menos de 1 salário mínimo por semana, 6 ganham de 1 a 2 salários mínimos e 1 acima de

¹⁴ De um modo geral, em pesquisas sociológicas, qualquer questão nos questionários referentes a renda e ganhos dos entrevistados sempre apresentam problemas, principalmente com relação à coleta dos dados. Nesta pesquisa este problema foi ainda maior, devido ao fato de os entrevistados terem reais dificuldades de calcular o valor de seus ganhos.

dois salários mínimos por semana. Este último trabalhador que ganha acima de dois salários mínimos era motorista particular, foi demitido e agora trabalha prestando serviços como motorista de frete.

Tabela 34
Ganho por mês

Ganho por mês	V.A.	%
Menos de 1 SM	10	12,5
1 a 2 SM	18	22,5
2 a 5 SM	13	16,3
5 a 10 SM	6	7,5
Acima de 10 SM	2	2,5
Total	49	61,3
Não respondeu/Não sabe	31	38,8
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Com relação aos ganhos mensais a história muda, mas só um pouco. Com relação àqueles que não sabem o quanto ganham por mês os números caem consideravelmente para 39%, mas ainda são bastante altos. A queda se deve ao fato de que alguns trabalhadores como os condutores de transporte escolar têm data fixa para o recebimento do pagamento de seus clientes pela prestação de seus serviços e também por terem uma média quase fixa de clientes por mês. Vale ressaltar ainda que, o cálculo desta renda foi ajudado e muitas vezes, feito pelos pesquisadores de campo no intuito de conseguir alcançar uma visão, mesmo que aproximada, das condições econômicas dos entrevistados.

Verifica-se que do total de entrevistados, 12,5 % ganham menos de 1 salário mínimo e 22,5% ganham de 1 a 2 salários mínimos por mês, ou seja, 35% ganham somente até 2 salários mínimos por mês. Levando-se em consideração que a maioria dos entrevistados trabalha mais que 8 horas por dia, 6 a 7 dias por semana e têm que sustentar suas famílias, vê-se que as condições de vida e de trabalho destes trabalhadores são bastante precárias. É uma ilusão, portanto, achar que porque estes trabalhadores acumularam uma experiência em um emprego formal, porque são também mais qualificados, entram na informalidade para auferir altos ganhos. Isto só é verdade para um número muito seleto destes trabalhadores que merecem a denominação de “elite do informal.” Mas esta elite que ganha valores superiores a dez salários mínimos representa

somente 2,5% dos entrevistados, ou seja, são somente dois condutores de transporte escolar em um total de oitenta trabalhadores. Verifica-se, ainda, que 16% dos entrevistados que responderam esta pergunta ganham de 2 a 5 salários mínimos, um ganho ainda baixo, por certo, e 7,5% que ganham melhor, de 6 a 10 salários mínimos.

A questão que fica é a seguinte: como estes trabalhadores podem sustentar famílias com estes ganhos, como podem garantir um padrão de consumo que garanta um mínimo de satisfação e conforto em suas vidas? De que tipo de lazer podem desfrutar? A lógica da satisfação simplesmente parece não existir para estes trabalhadores. Um outro ponto que chama bastante atenção é o fato de o dinheiro “não parar na mão” deles. O que entra hoje sai amanhã. Não podem poupar, não podem fazer compromissos financeiros à longo prazo garantidos no dinheiro que ganham. Como eles mesmos afirmam, “tem dias que dá dinheiro, tem dia que não dá nada.” E o dinheiro que recebem só garante, minimamente a sobrevivência do trabalhador, de sua família e a reprodução da atividade. Eles têm que viver sob estes riscos, têm que viver sempre na incerteza de uma dia poder ter e no outro talvez não ter nada. Como estas pessoas fazem, então, para reproduzir sua atividade?

Tabela 35
Como você compra as suas mercadorias?

Como você compra as suas mercadorias	V.A.	%	% Válido
A vista	33	41,3	68,8
Prazo	8	10,0	16,7
A vista e a prazo	7	8,8	14,6
Total	48	60,0	100,0
Não se aplica	32	40,0	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Diante desta dificuldade de precisar seus ganhos mensais um outro ponto que parece ser muito interessante e reflete a dificuldade dos entrevistados em reproduzir seu negócio são as formas de pagamento de suas mercadorias. A grande maioria dos entrevistados, 69%, afirmam que pagam suas mercadorias a vista, somente 17% compram suas mercadorias a prazo e 15% pagam a vista ou a prazo. O trabalhador, por não ter certeza do seu ganho para o próximo mês, não pode projetar pagamentos a prazo, se tem o dinheiro, paga e leva a mercadoria que puder, com o dinheiro que tiver no momento, não podem firmar compromissos a longo prazo, se não tiver o dinheiro não leva.

Tabela 36
No caso de comércio, onde adquire a mercadoria que vende?

No caso de comércio, onde adquire a mercadoria que vende	V.A.	%	% Válido
Direto da fábrica e comércio atacadista	2	2,5	4,3
Direto da fábrica	3	3,8	6,4
Comércio Atacadista	21	26,3	44,7
Comércio varejista, supermercados	7	8,8	14,9
De outra pessoa/ intermediário	12	15,0	25,5
Direto da fábrica e de outra pessoa intermediária	1	1,3	2,1
Comércio varejista e outra pessoa/ intermediário	1	1,3	2,1
Total	47	58,8	100,0
Não se aplica	32	40,0	
Não respondeu	1	1,3	
Total	33	41,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Quando o entrevistado é um vendedor de produtos (comerciante), 45% dizem que adquirem sua mercadoria no comércio atacadista, 26% compram sua mercadoria de outra pessoa (intermediário), 15% no comércio varejista, 6% compram suas mercadorias direto na fábrica 4% na fábrica ou comércio atacadista e 4% adquirem sua mercadoria através de intermediário e/ou direto da fábrica e comércio varejista. Estes números ilustram bem as redes de relações criadas entre as atividades informais e o sistema de produção e trocas tipicamente capitalista. O mercado de rua serve como um escoamento de parte daquilo que é produzido na indústria formal, além disso, percebe-se o surgimento de diversas redes de interdependências exemplificadas na figura do intermediário, o que confirma e amplia cada vez mais a tese de que os setores formal e informal são partes diferentes, mas dependentes e necessárias para a reprodução do capitalismo em suas formas mais modernas.

Nos dados analisados anteriormente, foi mostrado que um dos fatores apontados como um dos principais problemas enfrentados por estes trabalhadores são as condições de trabalho nas ruas. Mas o que quer dizer isto, o que são estas condições de trabalho nas ruas? Em seus depoimentos é possível identificar que se trata, das incertezas do comércio, a submissão de sua atividade às estações do ano, a exposição ao sol e à chuva, a perseguição e violência do poder público (representado pela figura do rapa), os assaltos e furtos, a violência, a falta de segurança, falta de estrutura e saneamento, a escassez de clientes e os diversos problemas no trânsito.

Trabalhar nas ruas é portanto uma incerteza e uma inconstância, é um mudar sempre de atividade, é correr risco de vida, é sofrer violência, é não ter certeza do que vai ganhar. Quando se diz que sua atividade varia bastante, não quer dizer que deixam de ser informais, o que se quer dizer é que, estes trabalhadores têm muita facilidade de mudar seus serviços e produtos, dependendo da condição do comércio, do desejo dos clientes e das condições de trabalho. Os trabalhadores de praia, por exemplo têm ganhos satisfatórios no verão, mas no inverno são obrigados, devido à falta de clientes a procurar outro tipo de produto ou outro local para trabalhar. No período de volta às aulas por exemplo, cadernos e material escolar são encontrados a ótimos preços em qualquer camelô de Salvador, depois deste período eles vendem de tudo, menos material escolar. Outra coisa que ilustra a variabilidade da atividade é a mudança do local de trabalho, principalmente devido à perseguição da prefeitura com aqueles que não têm registro.

Durante os dois anos de realização dos trabalhos de campo, cada pesquisador e bolsista que contribuiu com esta pesquisa viveu um pouco das condições insalubres a às vezes incômoda do trabalho nas ruas. Todos tomaram muito sol na cabeça, fizeram entrevistas debaixo de chuva, sofreram com a desconfiança dos entrevistado que pensavam que os pesquisadores eram fiscais da prefeitura, e em alguns destes casos as entrevistas eram inclusive suspensas, por total falta de condição de prosseguir.

O medo da violência e a exposição constante à insegurança nas ruas também incomodavam bastante. Felizmente, constatou-se com a entrevista que a maioria dos entrevistados, 68%, dizem que nunca foram vítima de violência em seu local de trabalho no entanto, um número significativo de 32% dos trabalhadores dizem que já sofreram algum tipo de violência. O que é pior é que quando se verifica de onde vem esta violência sofrida, 32% dos entrevistados afirmam que sofreram violência do “rapa”, ou seja, a prefeitura acaba sendo um dos principais responsáveis pela insegurança destas pessoas. Há trabalhadores que são espancados, outros que têm sua mercadoria toda destruída pelos fiscais da prefeitura. Estes trabalhadores sofrem todo tipo de perseguição as mais inimagináveis possíveis, implicam se a pessoa está sentada, se colocou um plástico para se proteger da chuva, se está vendendo um produto diferente naquele dia, qualquer coisa é motivo para perseguição segundo os trabalhadores.

Verifica-se que os problemas como roubos e assaltos também aparecem em 32% dos casos entre aqueles que afirmam já terem sofrido alguma violência. Os que mais se queixam dos assaltos são os motoristas de taxi e os vendedores ambulantes. Estes números, associados à convivência diária com estas pessoas mostra que a situação destes trabalhadores é bastante complicada, é uma vida de risco mesmo, em todos os sentidos desta palavra. Risco econômico, risco por não ter ganhos suficientes e risco de vida propriamente ditos.

Um outro dado surpreendente é a taxa de sindicalização de 24%, considerada alta em comparação com outras categorias de trabalhadores. Mas esta taxa alta de sindicalização não deve ser interpretada como um reflexo de uma grande coesão e união de classe. Os dados seguintes, na verdade, mostram uma relação destes trabalhadores com seu sindicato conflituosa e cheia de dificuldades.

Tabela 37
O que acha do sindicato ou associação da sua categoria?

O que acha do sindicato ou associação da sua categoria	V.A.	%	% Válido
Não sabe, não conhece	12	15,0	20,0
Não participa / não confia	6	7,5	10,0
Não atua, não resolve nada	22	27,5	36,7
Atuação comprometida com a prefeitura	2	2,5	3,3
Não tem força política	7	8,8	11,7
Avaliação positiva (Atuante, ajuda, é bom,...)	10	12,5	16,7
É ruim / O sindicato não reconhece a categoria	1	1,3	1,7
Total	60	75,0	100,0
Resposta insuficiente	1	1,3	
Não respondeu	19	23,8	
Total	20	25,0	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

A tabela mostra que, dos que responderam o que acham do seu sindicato ou associação, somente 17% fazem algum tipo de avaliação positiva e 63% fazem avaliações

negativas, afirmam que o sindicato não resolve nada, não têm força política, ou que não confiam no sindicato. Vale ressaltar ainda que 20% não sabem o que é o sindicato ou não conhecem. Ou seja, como estava sendo mostrado anteriormente, apesar da alta taxa de sindicalização entre os trabalhadores de rua a grande maioria deles não se identifica, ou não confia em seu sindicato.

Esta relação destes trabalhadores com o sindicato é um assunto bastante delicado e necessita de mais atenção, já que revela a dificuldade destes trabalhadores de se organizarem coletivamente para resolver problemas ou melhorar suas condições de trabalho. A grande maioria dos entrevistados avaliam os sindicatos de forma negativa e quando avaliam de forma positiva tratam o sindicato através de uma espécie de relação utilitarista, paternalista e assistencialista. Alguns depoimentos revelam bastante esta condição:

“...o sindicato dos ambulantes não faz nada... a prefeitura faz o que quer e eles não resolvem nada.”

“Não ajuda em nada, não procura botar a gente num lugar melhor pra vender.”

“O sindicato não trás nenhuma vantagem para mim.”

“Não confio nessas coisas, na hora da precisão a gente vai lá e eles negam.”

“O sindicato não tem força, não tem o apoio da categoria”

“quando a gente precisa eles atendem, quando a prefeitura quer tirar a gente de um lugar, da rua, o sindicato aparece, discute e reivindica.”

São diversos depoimentos com conteúdo semelhante, onde o sindicato aparece como um ente distante, algo que não pertence e nem é o trabalhador. Estes trabalhadores enxergam o sindicato como uma instituição externa a eles, semelhante à prefeitura, que deve servir a eles, mas com a função de se opor ao poder público que oprime os trabalhadores. Em suas falas não é possível captar qualquer identificação com o sindicato, em sua maioria eles não participam do sindicato e nem são o sindicato. Sempre estão à espera de que o sindicato venha até eles. A fala de um outro trabalhador por si só revela e ilustra bem esta situação:

“...quem faz um sindicato ser ruim ou bom somos nós. A atuação do sindicato não está sendo boa por causa de nós mesmos... você é convidado para participar das reuniões e não vai, não sabe o que está acontecendo... está não está sendo bom ... não devia nem esperar convidar... Eu mesmo, só vou lá quando preciso de algum documento ou coisa parecida”

O informal não é o lugar das ações coletivas, entre os informais, cada um cuida de si, o sindicato é para servir, para resolver problemas, este é um retrato claro e triste da fragmentação da classe trabalhadora.

Alguns pontos ainda são fundamentais para se compreender o nível de precarização das condições de vida dos trabalhadores que deixaram seu trabalho com carteira assinada e atualmente trabalham nas ruas de Salvador. Por exemplo, segundo a pesquisa realizada constata-se que somente 25% dos entrevistados afirmam pagar INSS e a maioria, 75% não contribuem para o INSS. Têm-se, portanto, um conjunto de trabalhadores que, enquanto tinham seu trabalho com carteira assinada poderiam ter sua aposentadoria garantida e, portanto, mais tranquilidade quando estivessem com idade avançada, no entanto, estes trabalhadores perdem este trabalho com carteira assinada e, junto com ele toda a segurança social que este trabalho lhes garantia, já que, ao serem lançados no mercado informal a grande maioria não contribui mais com o INSS.

Um outro ponto sobre as condições de vida e de trabalhos dos entrevistados é fato de eles terem ou não um plano de saúde, 81% dos trabalhadores não têm um plano de saúde e somente 18% afirmam ter um plano de saúde. Os números mostram como a maioria dos trabalhadores acabam ficando sem a cobertura e a proteção de uma assistência médica. Nesta amostra tem trabalhadores que foram bancários e petroleiros, empregos que garantem uma assistência média para seus empregados. Entre aqueles que não têm plano de saúde 84% utilizam o SUS (Sistema Único de Saúde) e 16% não utilizam. Para estes trabalhadores sobra apenas o deficitário atendimento do SUS e para alguns poucos, nem mesmo o atendimento do governo é usado. A realidade do trabalho informal é uma só, ficou doente se vira e vai trabalhar, se não trabalhar não ganha. A tabela abaixo ilustra bastante esta realidade.

Tabela 38
Quando você adoecer ou fica impossibilitado de trabalhar alguém te substitui?

Quando você adoecer ou fica impossibilitado de trabalhar alguém te substitui?	V.A.	%	% Válido
Sim	27	33,8	34,2
Não	52	65,0	65,8
Total	79	98,8	100,0
Não respondeu	1	1,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Quando ficam doentes ou impossibilitados de trabalhar, 34% dos trabalhadores têm alguém para os substituir e 66% não têm nenhum substituto. O resultado que se pode concluir deste números é que a maioria dos trabalhadores, por não terem ninguém para substituí-los, ficam sem ganhar o dinheiro referente àquele dia de trabalho em que estão doentes. Esta é uma realidade cruel, o trabalhador informal não pode ficar doente, mesmo. E se ficar, tem que trabalhar de qualquer jeito, porque não pode ficar sem ganhar o dinheiro do dia. Estes trabalhadores, em sua maioria vivem do dinheiro ganho em cada dia de trabalho, não acumulam renda, não têm como poupar, por isso, um dia sem ganhar acaba sendo uma situação muito complicada para eles. No emprego formal, a licença médica remunerada é garantida por lei, que lei protege estes trabalhadores agora? Quem lhes garante o ganho de um dia de trabalho perdido por causa de uma doença?

É preciso investigar, ainda, se estes trabalhadores possuem alguma outra fonte de renda para complementar os ganhos de sua atividade, os comentários que se seguem visam dar conta deste aspecto.

Tabela 39
Além desta atividade, atualmente você tem algum outro trabalho?

Além desta atividade, atualmente você tem algum outro trabalho	V.A.	%
Sim	15	18,8
Não	65	81,3
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Dos entrevistados a grande maioria, 81% afirmam que não possuem outro trabalho além da atividade que realizam atualmente e 19% acumulam mais um trabalho além dos trabalhos nas ruas. Entre aqueles que têm outra atividade 79% (11 pessoas) dizem que esta outra atividade é um bico para complementar a renda, um entrevistado afirma que tem outro negócio em via pública e apenas dois afirmam ter um emprego formal. Com relação à jornada de trabalho diária nesta outra atividade 46% (5 pessoas) trabalham de 2 a 4 horas nesta outra atividade, 36% (4 pessoas) de 5 a 8 horas e 18% (2 pessoas) trabalham mais de 9 horas.

Quando perguntados se têm alguma aposentadoria ou pensão, 13% respondem que sim e 87% afirmam que não têm nenhuma aposentadoria ou pensão. Tanto os números referentes à outra atividade que estes trabalhadores têm, quanto estes números referentes ao recebimento de alguma aposentadoria ou pensão, mostram que estes trabalhadores, em sua maioria têm somente a sua atividade nas ruas para se sustentar e sustentar suas famílias.

b) Perspectivas futuras:

As próximas tabelas se referem às perspectivas futuras destes trabalhadores e sua opinião sobre a condição de ser e estar trabalhador informal e de rua:

Tabela 40
Você pretende continuar na atividade atual?

Você pretende continuar na atividade atual	V.A.	%
Sim	48	60,0
Não	32	40,0
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Se são perguntados sobre o fato de pretenderem ou não continuar na atividade atual, 60% afirmam que sim e 40% dizem que não pretendem continuar nesta atividade. A primeira vista pode-se concluir que estes trabalhadores estão satisfeitos com a sua condição de trabalho na informalidade. Mas uma análise mais detalhada das próximas tabelas poderá transformar sensivelmente a verdade destes números, pois, dentre os 60% que afirmam querer continuar nesta atividade 36% afirmam que pretendem continuar na atividade atual porque gostam e estão satisfeitos com ela e 4% porque na atividade atual trabalham para si próprios. No entanto, e isto que é mais interessante, 23% dizem que pretendem continuar por falta de oportunidade de emprego, 26% por falta de emprego devido a idade, 9% por considerarem a atividade atual uma satisfação provisória e 2% por falta de emprego devido à idade e a escolaridade. Ou seja, 60% dos que dizem que pretendem continuar na atividade atual afirmam isto por que sabem que não têm outra opção para suas vidas, pretendem continuar por que sabem que o mercado de trabalho não tem mais espaço para eles caso queiram ingressar em outra atividade. Estes trabalhadores continuam como informais devido uma total situação de desalento. Como já foi mostrado anteriormente, a maioria destes trabalhadores têm acima de 40 anos, uma idade em que são considerados ultrapassados para o mercado de trabalho, a sua única alternativa é envelhecer e morrer trabalhando, já que não têm como se aposentar, porque pararam de contribuir com a previdência.

Para aqueles que responderam que não pretendem continuar na atividade atual (40%) também perguntou-se por que e 37% deles responderam que a atividade é muito instável e insegura, 20% porque consideram seu rendimento insuficiente, 17% porque têm

perspectiva de estabilidade com outra inserção no mercado de trabalho e 10% têm medo do rapa e querem ganhar mais dinheiro do que ganham.

Somando-se os trabalhadores que pretendem continuar na atividade atual devido a um total desalento - 28 entrevistados - àqueles que afirmam claramente que não querem continuar - 32 entrevistados - têm-se um total de 60 trabalhadores, ou seja, 75% do total, para os quais a questão da estabilidade aparece como ponto principal no que diz respeito às suas (ou falta de) perspectivas futuras. Isto confirma a situação de precariedade, instabilidade e insegurança das condições de vida e de trabalho dos entrevistados.

Tabela 41
Gostaria de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada?

Gostaria de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada	V.A.	%	% Válido
Sim	57	71,3	72,2
Não	22	27,5	27,8
Total	79	98,8	100,0
Não respondeu	1	1,3	
Total	80	100,0	

Fonte: Trabalho de Campo (2001 - 2002)

Esta tabela confirma o que foi dito anteriormente sobre o desejo dos trabalhadores de continuarem na atividade atual, eles podem até pretender continuar na atividade, já que, não têm outra opção, mas se pudessem, fica claro que mudariam para outra atividade que lhes trouxesse mais segurança. É isto que significa os dados que mostram que 72% dos trabalhadores gostariam de mudar para um emprego com carteira assinada.

Dentre os motivos apresentados pelos que desejam um emprego com carteira assinada, 37% dos entrevistados dizem que é por causa dos direitos trabalhistas, 20% por que consideram seu trabalho incerto e inseguro, 16% porque desejam ter salário certo e 12% porque acreditam que podem melhorar sua renda. Observa-se que o desejo de ter direitos trabalhistas aparece para 43% dos casos, isso mostra como a questão da seguridade aparece como central para estes trabalhadores, do que se pode concluir que os entrevistados vivem e uma condição de trabalho e de vida mergulhada em incertezas e inseguranças, que podem ser considerados os retratos mais evidentes da precarização.

Dentre aqueles que não gostariam de mudar para um trabalho com carteira assinada, 28% dizem que não querem ter patrão e 28% dizem que o salário é insuficiente. Este é um dado que acaba revelando também a precarização do trabalho formal, através dos baixos salários pagos no mercado de trabalho. Um número significativo de 22% dos entrevistados dizem que não querem um trabalho com carteira assinada porque sua idade não lhes permite ter esperança de conseguir uma inserção no mercado de trabalho com um emprego com carteira assinada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, poucas considerações precisam ser feitas ainda. O trabalho informal, nas ruas de Salvador parece realmente ganhar um novo perfil. Algumas características se mantêm firmes, como o fato de que a maioria deste trabalhadores continuam sendo homens e negros, mas outras mudam drasticamente e trazem conseqüências sérias para a realidade do mercado de trabalho e para a vida dos trabalhadores de Salvador.

Algumas destas novas características parece, aos olhos dos mais desavisados, representar alguma melhoria em termos de melhorias em condições sociais. Por exemplo, os trabalhadores entrevistados nesta pesquisa têm uma taxa de escolarização mais alta do que há dez anos atrás. São, também, mais qualificados, cheios de cursos profissionalizantes e experiência acumulada em um emprego formal.

Na verdade isto nada mais do que uma das facetas do que Cacciamali chama de processo de informalidade. Trabalhadores estabelecidos em empregos formais são lançados na informalidade via transformações ocorridas no mercado de trabalho devido à implantação de políticas neoliberais, abertura da economia, reestruturação produtiva etc. De forma simples e direta isto significa que estes trabalhadores, escolarizados e qualificados simplesmente perderam seus empregos formais e foram lançados na informalidade. Sua qualificação e escolaridade não lhes serviu de nada para assegurar seus empregos. E o que é pior, foram lançados fora do mercado de trabalho formal em idade prematura, naquilo que poderia ser o auge da carreira formal, para alguns. Mas esta idade é prematura para se perder um emprego, mas considerada elevada para tentar retornar para outro trabalho formal.

Pensariam ainda estes desavisados: Ah, mas se estes trabalhadores têm mais qualificação e esta experiência toda em um emprego formal, é melhor para eles entrar mesmo na informalidade, virar autônomo, se livrar do patrão e mandar na própria vida. Além disso, com o dinheiro e a experiência acumulados na atividade anterior podem ingressar em negócios altamente rentáveis, entram em vantagem com relação aos outros informais.

Bobagem, esta parece ser a contribuição central desta pesquisa, mostrar que a saída destes trabalhadores de um trabalho formal para o trabalho nas ruas da cidade implica em uma precarização das suas condições de vida. O novo trabalhador informal, este que vem de um trabalho formal, que é lançado na informalidade via processo de reestruturação produtiva não entra neste novo trabalho necessariamente para inovar ou auferir altos ganhos. Os trabalhadores entrevistados nesta pesquisa, em sua maioria ocupam posições de atividades tradicionais na informalidade, tendo como exemplo principal, os camelôs, os vendedores ambulantes. E ainda, a grande maioria trabalha uma média muito maior do que as 8 horas habituais de um emprego formal para ter uma renda de miséria. O mito da nova informalidade, como já vem sendo feito, deve ser derrubado, a qualificação e a experiência no trabalho anterior não garantem melhores condições de trabalho e de vida para os novos informais. É preciso levar em conta que, em um mercado de trabalho tradicionalmente pouco estruturado como o de Salvador, muitos destes trabalhadores tinham empregos precários em condições já bastante precárias.

Além de mostrar que a passagem de um trabalho formal para um trabalho informal precariza as condições de trabalho e de vida destes trabalhadores, esta pesquisa mostra também que os mesmos são o exemplo mais claro e precário daquilo que se pode chamar de um trabalhador flexível. Uma comparação das características do trabalhador flexível demonstradas no capítulo 3 com as condições de existência dos informais no capítulo 4 não deixa espaço para dúvidas sobre esta afirmação. O novo trabalhador informal é o principal produto de toda esta reestruturação do capital, é o principal fruto desta passagem do modo de regulação fordista para a sociedade da acumulação flexível. É bem verdade que este estudo só deu conta de uma mínima parcela desta nova informalidade, já que estes trabalhadores se espalham em fábricas, em suas casas, em escritórios e existem através das

terceirizações, das subcontratações, etc. Mas estes trabalhadores de rua ilustram de forma clara a radical precarização da vida advinda com a acumulação flexível.

Alguns autores comemoram esta condição, a cumulação flexível, mesmo que não lhe dêem este nome, dizem que o mundo está vivendo na sociedade do tempo livre, que os trabalhadores voltaram a ter um maior controle sobre o seu trabalho, e que portanto, a discussão sobre alienação do trabalho proposta por Marx já está esvaziada e ultrapassada, não serve mais para explicar a realidade social, dizem até que o trabalho deixa de ser central na vida dos homens e que a sociedade está caminhando para uma libertação da classe que vive do trabalho. Bem, ficou muito claro que as coisas não funcionam exatamente desta maneira. O trabalho é e continua sendo central na vida dos homens e do sistema capitalista. O que parece não ser mais tão interessante para o modelo de acumulação flexível é o tipo de organização do trabalho na forma de emprego.

Na verdade o que esta pesquisa pode mostrar, juntamente com a literatura da sociologia do trabalho é que este novo modelo de estruturação e acumulação do capital este novo modelo de sociedade que promete libertação, liberação, que ataca duramente os mecanismos de controle da sociedade fordista, acaba criando e subordinando os trabalhadores e todos os homens a mecanismos de controle do tempo e da vida bem mais sutis e talvez mais eficientes que o modelo de sociedade anterior.

O trabalho é ainda central e o Capital precisa dele, tanto que usa o trabalho humano mesmo que o homem não esteja mais trancado em uma fábrica. Imagina o que significa para a Nestlé os diversos vendedores de chocolate nas ruas do Brasil inteiro vendendo um chokito e um prestígio, fazendo escoar as mercadorias desta monstruosa empresa de alimentos sem que esta empresa precise gastar um centavo com salários, coberturas sociais ou impostos. O mesmo vale para os diversos bancos espalhados no mundo inteiro que, através das diversas centrais de autoatendimento e dos serviços pela internet fazem com que os clientes realizem o trabalho de um bancário.

Vale então a pergunta, qual deste clientes se sente um bancário, mesmo estando realizando o serviço de um bancário? Voltando para o trabalhador informal, qual trabalhador informal tem realmente consciência de que continua sendo empregado do

capital? De que continua funcionando como peça chave na produção e reprodução do sistema? Pode-se realmente dizer que não há um processo de alienação? Será que realmente as discussões de Marx estão esgotadas e esvaziadas?

Não é bem isso que as pesquisas em sociologia do trabalho estão mostrando. O trabalhador, mesmo informal, autônomo, não tem o controle efetivo sobre o seu trabalho. Estar inserido numa nova relação em que volta a ser dono dos instrumentos de trabalho não significa que este trabalhador tem liberdade para fazer o que quiser, quando bem quiser. Esta pesquisa mostrou claramente que estes trabalhadores estão duramente subordinados a uma lógica de acumulação que controla o seu tempo, não lhes permite adoecer ou tirar folga, condena-os a uma jornada de trabalho como as dos primórdios do capitalismo, precariza suas condições de vida, lhes restringe o consumo, reduz seus ganhos e não lhes dá qualquer possibilidade de pensar para si um futuro diferente, um futuro que os tire desta condição. Será que é possível falar em não alienação para um conjunto de trabalhadores que não são senhores de seu destinos, que não têm uma organização eficiente que garanta uma melhoria de sua condição de vida e que se consideram excluídos de um sistema que na verdade bebe cada gota de suor e sangue advindo do trabalho destes homens?

É um controle mais sutil realmente, os trabalhadores não estão mais submetidos a um calendário de folgas e férias controlados pelo seu patrão. Não se submetem mais à carga horária semanal e diária de trabalho obrigatórias do emprego formal. Quem dita seu tempo, quem o controla são eles mesmos, portanto. Não é bem assim que a banda toca. Realmente não existe a figura do patrão para controlar o tempo destes trabalhadores. Mas quem é, então, que os condena a uma jornada semanal de trabalho de mais de cinco dias, com mais de oito horas cada dia? O novo patrão é a necessidade, é a barriga, que precisa estar cheia, é a família que precisa sobreviver. O novo patrão é todo este conjunto de conflitos e necessidades que são, na verdade, manifestação da lógica do mercado e suas regras.

Mas o mercado nem sempre é visto como oponente, sua lógica acaba sendo naturalizada, acaba sendo tomada como inevitável, inexorável e natural e, por vezes, os trabalhadores não tomam a lógica do mercado como instrumento de controle do Capital. Estes trabalhadores preferem acreditar que foram libertados do jugo da relação patrão

empregado, que são senhores do seu destino, que são independentes e sabem que toda independência tem um preço a pagar. E este preço é caro, é o risco a insegurança das ruas, a incerteza de não saber se o dia de trabalho de hoje vai garantir o dia de sobrevivência de amanhã. E em alguns de seus depoimentos os trabalhadores informais demonstram se orgulhar de sua autonomia, afirmam que preferem ser independentes, preferem não dever nada a ninguém, mesmo que, para isso, tenham que correr riscos e viver na incerteza, carregando com firmeza o espírito do homem flexível. O homem flexível aceita o desafio.

Na verdade, como bem esclarece Richard Sennett (1989), todo este discurso destes novos trabalhadores flexíveis que enaltecem a independência e os riscos e atacam duramente as relações de trabalho fordistas, onde o empregado deve satisfação ao patrão, são simplesmente uma tentativa de auto afirmação de um grupo de pessoas que vive em total desalento e perdeu a esperança de melhorar sua condição de vida. Na pesquisa fica claro que a grande maioria dos trabalhadores gostaria de mudar para um emprego com carteira assinada, para recuperar os benefícios e o padrão de vida perdidos. Mas também dizem que vão continuar na atividade informal e este é o retrato de seu maior desalento. Esta, talvez, seja a única certeza que carregam, a de que estão ultrapassados, a de que não têm mais chances de voltar a ter direitos. São velhos demais, não têm escolaridade suficiente.

Enaltecer a independência é se proteger contra o fracasso, o fracasso de ter perdido seu emprego e não poder constituir uma trajetória de trabalho contínua. Ou seja enaltecer a independência é recuperar as suas vidas nas mãos e dar sentido à sua trajetória, já que a trajetória que vinha sendo construída com um emprego formal foi fragmentada. Enaltecer a independência é também um antídoto contra o fracasso de não ser mais capaz de subir, de voltar a ter um trabalho condizente com todo esforço que fez durante toda vida. É uma tentativa de responder e sobreviver à pergunta; quem precisa de mim? Perder o seu emprego e não ser mais aceito pelo mercado acaba significando para estes trabalhadores que eles podem não ser tão bons quanto pensavam que eram, não servem para o sistema, não servem para ninguém. Mais uma vez vale a máxima de que o sistema irradia indiferença, quebra o senso de que estes trabalhadores contam como pessoas, de que são necessários aos outros.

Isto fragmenta os trabalhadores, individualiza-os, faz com que não se reconheçam como comuns, como produtores e reprodutores do sistema e da riqueza deste sistema. Estes trabalhadores passam então a não saber quem são. Não há instituições nem parâmetros nos quais estabelecer referência de identidade, estão sós no mundo, são independentes de tudo e de todos.

No fordismo, os parâmetros de identidade, de diferenciação e proximidade estavam bastante claros. De um lado a figura do capitalista, o patrão que oprime e detém a riqueza produzida pelo trabalhador, que é oprimido e precisa se unir, para garantir coletivamente uma melhoria em suas condições de existência. Há um relação de dependência clara entre o capitalista e o trabalhador. O capitalista precisa do trabalho do trabalhador e o utiliza na forma do emprego. Há neste modelo de sociedade um acerto de divisão de responsabilidade na reprodução da força de trabalho ou dos trabalhadores, entre o Estado (direitos trabalhistas), os empresários (contribuições/impostos/encargos sociais) e os trabalhadores

Na acumulação flexível toda a responsabilidade é transferida para o trabalhador, individualmente, através da desregulamentação do mercado de trabalho. A dependência do capital ao trabalho e do trabalho ao capital existe também e existirá sempre enquanto houver capitalismo, mas ela não se esboça claramente, é ilegível, é invisível a olhos nus.

No fordismo o controle do tempo da vida dos trabalhadores por parte do Capital estava bem claro, na acumulação flexível está disfarçado pelo discurso da liberação do tempo dos homens. Na acumulação flexível, como os postos de trabalho em empregos formais tem sido reduzidos cada vez mais, tem-se a sensação de que o capital não precisa mais do trabalho, mas na verdade o capitalismo está dispensando o uso do emprego fordista, em detrimento de formas de trabalho mais precárias como a informalidade. O trabalho humano, continua portanto central.

No fordismo, a condição de assalariado, como foi mostrado no **capítulo 3** não era garantidora somente de um padrão de consumo, mas principalmente de uma definição de identidades, de diferenciações sociais. Na sociedade salarial as posições ocupadas pelos

trabalhadores no espaço social estavam bem distribuídas em relações de poder que ficaram muito claras ao longo dos tempos. A reformulação do sistema veio para embaçar e confundir esta realidade ao extinguir, aparentemente a oposição entre capital e trabalho. O que é preciso se entender é que assim como a condição de assalariado colocava o trabalhador em um lugar específico, ocupando um lugar de subordinação na relação de poder entre o capital e o trabalho, a acumulação flexível também o faz. O trabalhador informal tem um lugar muito claro no espaço social, ele também se subordina ao sistema e serve ao sistema. A teorização sobre a constituição, formação e reprodução do Exército Industrial de Reserva mostra isto. Estes trabalhadores, do lado de fora das fábricas são cada vez mais úteis ao capital, para subordinar o trabalhador, como um todo à lógica capitalista, para fazer elevar as taxas de mais valia, para utilizar cada vez mais trabalho não pago.

É em cima destas bases que estes trabalhadores devem reconstituir sua identidade e retomar suas vidas em suas mãos. Os discursos sobre independência são vazios, remontam fragmentos de trajetórias, desculpam um fracasso ou culpabilizam o trabalhador por um fracasso que na verdade é fruto de uma lógica de um sistema que cada um destes trabalhadores ajudou a construir, mas que se impõe sobre estes homens subordinando-os.

É preciso recuperar, como aponta Sennett o pronome perigoso *nós*. É preciso que estes trabalhadores voltem se identificar enquanto um coletivo responsável pela realidade que o cerca, um coletivo sem o qual o sistema não vive, não caminha, não se reproduz. Só então, se reconhecendo úteis, necessários e utilizados, só se sabendo peça chave deste jogo enquanto corpo coletivo é que estes trabalhadores podem abrir perspectivas para reequilibrar novamente a luta entre o capital e o trabalho ou até partir para a construção de um outro projeto de sociedade.

Mesmo correndo o risco de ser taxado de utópico e ultrapassado, acredito que a velha máxima do pensador alemão Karl Marx, ganha significados cada vez mais amplos, atuais e necessários nesta nova ordem, por tanto: “trabalhadores de todo o mundo unidos!”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Maria Aparecida. Setor Informal ou trabalho informal? uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. São Paulo: Unicamp, 2001. Dissertação de Mestrado (mimeo).

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho : ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BORGES, Angela, BORGES, Franco. Economia informal da RMS: verdades e mitos. In: Bahia análise e Dados, Salvador,. v.9,n.3, p. 27-35, dez. 1999.

BORGES, Angela, BORGES, Franco. Mudanças de gestão: para além dos muros da Fábrica. In: FRANCO, Tânia (org.). Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável? Salvador: EDUFBA, P. 63-116, 1996.

BORGES, Angela. Notas preliminares sobre o uso das categorias teóricas de Pierre Bourdieu na análise das transformações do mercado de trabalho. Salvador: UFBA, 2001. (mimeo)

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu - Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, pp. 46 - 81.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, pp.59 - 73.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Gênese de classes. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998c, pp. 133 - 131.

CACCIAMALI, C. As Economias Informal e Submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (org.) Distribuição de Renda no Brasil . Rio de Janeiro: Paz e Terra,. p.121- 143, 1991.

CACCIAMALI, C. Globalização e Processo de Informalidade. In: Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp, Instituto de Economia, n. 14, jun. 2000.

CAMPANHOLE, Adriano & Hilton Lobo. Consolidação das Leis do Trabalho: e legislação complementar. 55. Ed. Atlas: São Paulo, 1981.

CARVALHO, Inaiá M. M., SOUZA, Guaraci Aodeoato Alves de. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato ; FARIA, Vilma (orgs.). Bahia de Todos os Pobres. Vozes: Petrópolis/RJ, 1980.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social - uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes,1998.

DEDECA & FERREIRA, Cláudio Salvadori, Sinésio Pires. Crescimento Econômico e População Economicamente Ativa. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: 2 (3): 43-55, jul./set. 1988.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização - (des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 261p.

DRUCK, Graça. Velhos e novos trabalhadores Informais: o trabalho nas Ruas em Salvador-BA. Projeto Individual de Pesquisa-CNPq. Salvador:CRH/UFBA, 2000.(mimeo)

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalho Informal: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. Caderno CRH. Salvador, n.37, p.289-308, jul./dez. 2002.

FILGUEIRAS, Luiz A. M., DRUCK, Graça, AMARAL, Manoela. O conceito de informalidade: problema ou solução? (mimeo)

GRAMISCI, A . Maquiavel, a política e o Estado Moderno. 5. ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1984.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8.ed. São Paulo: Loyola,1999. 349p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Mensal de Emprego. Resultados de setembro de 2002. Disponível em <<http://www1.ibge.../23102002pme.shtm?PHPSESSID=7db964c276f298fb8e4416814cc10a3>>. Acesso em: 29 out. 2002.

JESUS, Selma Cristina de. A crise do habitus fordista: um estudo do processo de reestruturação do Banco do Brasil. Salvador, 2003. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. (mimeo)

MARX, K., ENGELS, F. A ideologia Alemã. 3. Ed. São Paulo: Editorial Presença e Livraria Martins Fontes, 1976. 55 p.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos Filosóficos, Primeiro Manuscrito, parte final, in Marx e Engels. Fernandes (org.). São Paulo: Ática, 1982.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna . 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, Livro primeiro, vol. I e II.

- OLIVEIRA, F. O elo perdido: classe e identidade de classe. São Paulo: Scritta, 1995.
- POCHMANN, M. O trabalho sob o fogo cruzado. São Paulo: Contexto, 1999.
- RANIERI, Jesus. A Câmara Escura: alienação e estranhamento. São Paulo: Boitempo, 2001.
- REIS, João José. A Greve Negra de 1857 na Bahia. In: Revista da USP, n.18 , jul. / ago.
- SANTOS, João Bosco Feitosa. O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume, 2000.
- SEGNINI, Liliana R. P. Constantes recomeços: desemprego no setor bancário. In: BRUSCHINI, Cristina, PINTO, Céli Regina (orgs.). Tempos e lugares de gênero. São Paulo: 34, 2001. p.145-183.
- SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. Continua caindo a taxa de desemprego na RMS. Resultados de julho de 2002. Salvador, Ano 6 - setembro de 2002. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/conjuntura/rel_ped.asp>. Acesso em: 29 out. 2002.
- SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. Tabelas. Resultados do ano de 2001. Salvador, Ano 6 - Março de 2002. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/ped/ped_tabelas.asp>. Acesso em: 30 out. 2002.
- SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. Taxa de desemprego mantém trajetória de crescimento na RMS. Resultados de Maio de 2002. Salvador, Ano 6 - julho de 2002. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 29 out. 2002.
- SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador. Uma avaliação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. Resultados do ano de 2001. Salvador, Ano 6 - Março de 2002. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/ped/ped_pesquisa.asp>. Acesso em: 30 out. 2002.
- SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. por Marcos Santa Rita. 2.ed. Record: Rio de Janeiro, 1999.
- SILVA, Patrícia Pugliesi. A nova informalidade na região metropolitana de Salvador. Bahia, UFBA, 2002. Dissertação de Mestrado em Economia. (mimeo)
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Panorama Social da Bahia nos anos 1990. Salvador: SEI, 2003, Serie estudos e Pesquisas, 59.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Trad. Maria Irene Szmrecsányi. 10.ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.

